

WALTER SPALDING

A Beneficência Portuguesa

História da
SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA
fundada em Porto Alegre,
Rio Grande do Sul, no dia
26 de Fevereiro de 1854.



1954

Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda.
PORTO ALEGRE



A BENEFICÊNCIA PORTUGUESA



JOSE MARIA DO AMARAL RIBEIRO,
fundador e 1.º Presidente da Sociedade
Portuguesa de Beneficência.



Dr. HEITOR PIRES,
Presidente da Sociedade no Ano do
Centenário.

WALTER SPALDING

A Beneficência Portuguesa

História da
SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
fundada em Porto Alegre,
Rio Grande do Sul, no dia
26 de Fevereiro de 1854.

1 9 5 4

Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda.
P O R T O A L E G R E

ÍNDICE

Nota inicial	7
Cap. I. — Pôrto Alegre	9
Cap. II. — O ambiente social em 1854	14
Cap. III. — Os portugueses se movimentam	20
Cap. IV. — A criação da Sociedade Portuguesa de Beneficência	27
Cap. V. — ...e o Governador do Rio Grande do Sul não acreditava	31
Cap. VI. — Desenvolve-se a obra	39
Cap. VII. — Beneméritos e benemerência	47
Cap. VIII. — Ao raiar do século XX	63
Cap. IX. — O que parecia grande, torna-se pequeno	65
Cap. X. — ...e o centenário chegou	76
Cap. XI. — A Granja Retiro da Velhice	93

APÊNDICE:

1 — Primeiros benfeitores (1854)	101
2 — Relação dos Presidentes da Sociedade (1854-1954)	103
3 — Evolução do patrimônio social (1854-1954)	105
4 — Ativo e Passivo em 31 de Janeiro de 1954	107
5 — Beneméritos e benfeitores no Ano do Centenário	111
6 — Jubileu da B. P. (1904) — poesia de N. V. Pereira ..	112
BIBLIOGRAFIA	113

Ilustrações — esparsas pelo texto.

NOTA INICIAL

Disse Gustave le Bon em seus **Aphorismes**:

«Le joug formidable des ancêtres écrase l'individu mais fortifie la société».

É a tradição e a cultura de um povo vencendo as idades e fortificando, através tôdas as inovações, os alicerces da raça, ou seja: «o jugo formidável dos antepassados» dominando a atualidade.

Não fosse isso, não existiriam sociedades, não se formariam pátrias, não haveria História.

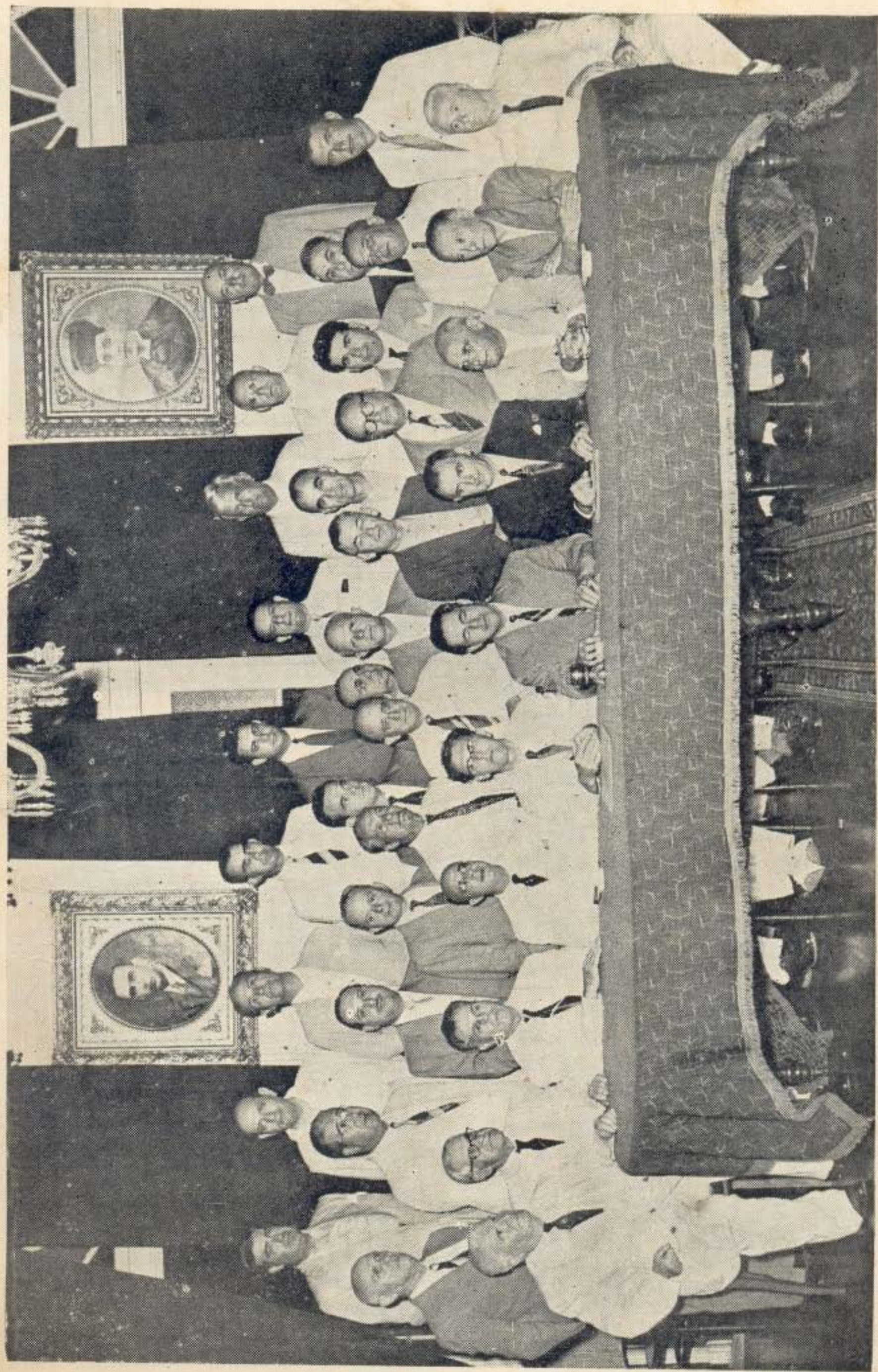
E como tudo no concôrto social tem uma origem e, portanto, história própria, nada mais justo do que, — se a obra for digna e nobre como, aliás, deveria ser tudo no conjunto social, — eternizar-se-lhe a memória pelo livro.

Foi pensando nisso certamente que alguns amigos, entre êles o decano dos jornalistas de Pôrto Alegre, sr. Arquimedes Fortini, nos lembraram o centenário da Beneficência Portuguesa, verdadeiro monumento mais do que digno de ser perpetuado numa obra que encerrasse, em traços preciosos, a trajetória da notável Sociedade.

Relutamos, pois o tempo de que dispunhamos era curto demais para tão trabalhosa emprêsa, até que um dia, em conversa com o sr. dr. Heitor Pires, benemérito Presidente da Beneficência, recebemos a ordem que nos permitia entrar nos segredos da Sociedade visitando seus arquivos, para trabalharmos como entendêssemos. Era, isso, verdadeiro incentivo à curiosidade de que, como nós, se dedica à história e "não pode ver documento sem chorar"...

E aí está, como resultado dêsses empurrões amigos, para comemorar os cem anos de vida da grande e benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, êste livro, historiando e louvando, ainda que desataviadamente, a meritórissima criação de lusos e luso-brasilicos nesta bendita Nossa Senhora Madre de Deus de Pôrto Alegre que foi, antes, Pôrto de São Francisco dos Casais, dos jamais assás louvados casais açorianos que nêle se instalaram em 1752.

Walter Spalding



DIRETORIA E CONSELHO DELIBERATIVO DA BENEFICENCIA PORTUGUESA EM 1954 •

CAPÍTULO I

PÔRTO ALEGRE

Terra de ninguém, Capitania del Rei, — o Rio Grande do Sul somente começou a ser povoado oficialmente depois que o brigadeiro José da Silva Paes se instalou, com seus homens, na barra do Rio Grande, a 20 de Fevereiro de 1737, fundando, aí, o presidio militar Jesus-Maria-José.

Espírito clarividente, patriota, homem de iniciativa, o benemérito brigadeiro não se limitou à criação do núcleo militar, o presidio. Foi além: iniciou, desde logo, trabalho mais amplo — o de povoar a terra em que, em nome del Rei de Portugal, se instalara para cooperar na defesa e provimento das tropas para a defesa e manutenção da Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por D. Manuel Lobo, seu heroico defensor e primeira grande vítima.

O gesto inicial do brigadeiro Silva Paes foi mandar buscar, na referida Colônia do rio da Prata, os trasmontanos que lá existiam desde 1725, abandonados e à míngua, e a eles e aos soldados casados que o acompanhavam doou terras para que se fixassem na Capitania que fundara, cultivando a terra e criando gado, principalmente o bovino que havia em abundância, espalhado por todo o Continente em estado selvagem.

Logo depois mandou vir casais açorianos. E, assim, espalhando-se pelo interior da nova Capitania de São Pedro do Rio Grande, cooperados pelos tropeiros que desde 1732 vinham recebendo sesmarias, povoou-se o Rio Grande do Sul, conquistado em definitivo para a coroa portuguesa — para o Brasil.

Mais ou menos desde 1732 também a zona ocupada atualmente por Porto Alegre vinha sendo povoada. Em 1740, por carta de doação de 5 de Novembro, o tropeiro Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira, casado em São Paulo, na cidade de Facão (hoje Franca) na família Leme, instalou-se definitivamente na ponta de terra à margem da lagoa do Viamão, depois rio Guaíba. Justamente no ponto central da cidade de hoje. Aos lados, outras sesmarias foram doadas, algumas antes, outras mais tarde: Francisco Xavier de Azambuja, em 1732, no Viamão atual, aos fundos da de Jerônimo de Ornelas; ao sul desta, até a ponta dos Coatis, também município atual de Porto Alegre, ficava a de Sebastião Francisco Chaves doada em 1736; Belém Velho, ainda no município, passou a ser de Dionísio Rodrigues Mendes. E outras, pelo Viamão, até o mar onde

ia encontrar a primeira doada no Rio Grande do Sul, na parada das Conchas, no Tremandí (Tramandaí), a Manuel Gonçalves Ribeiro, para leste; para o norte, outras, abrangendo os atuais municípios de Gravataí, Canoas, Bom Jesus do Triunfo. E diversas, muitas mais, por todo o interior do Continente de São Pedro.

Em 1752 vieram reforçar o povoamento da estância de Jerônimo de Ornelas os casais açorianos do contrato Velho Oldenberg, vindos através de Santa Catarina. Vinte anos mais tarde, em 1772, o progresso da localidade exigiu a desapropriação definitiva da sesmaria de Jerônimo, sendo criada, independente de Viamão, a freguezia do Porto de São Francisco dos Casais, a 26 de Março do mesmo ano, dando origem definitiva ao que seria, depois, a capital do Rio Grande do Sul — Porto Alegre.

A criação da freguezia desenvolveu extraordinariamente o incipiente núcleo povoantista de Jerônimo de Ornelas e dos casais açorianos, já naquele ano tão desenvolvido que o governador da Capitania, coronel José Marcelino de Figueiredo (*), iniciou a urbanização da localidade aproveitando o engenheiro capitão Montanha. Mandou construir a Igreja Matriz e, ao lado desta, o Palácio do Govêrno, no ponto mais elevado da localidade. No ano seguinte, a 24 de Julho, transferiu a capital do Viamão para Porto Alegre, — Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, — como passou a denominar-se a nova capital, e a 6 de Setembro a Câmara realizou seu primeiro ato de vereança em casa alugada nas proximidades do Palácio.

Eentretanto, continuava simples freguezia, apesar dos esforços do coronel José Marcelino. Somente em 1808 conseguiu passar à categoria de Vila, e a 14 de Novembro de 1822, por Carta Imperial, recebeu o título de cidade.

De 1835 (20 de Setembro) a 1.º de Março de 1845, a Revolução Farroupilha perturbou a ordem e a paz na já então progressista Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Mas o procedimento heróico de Porto Alegre nessa luta armada de quase dez anos valeu-lhe o título honorífico de "Leal e Valerosa Cidade", que lhe foi concedido pelo Decreto n.º 103, de 19 de Outubro de 1841. Para a conquista desse

(*) — O coronel José Marcelino de Figueiredo chamava-se, na realidade, Jorge Gomes de Sepúlveda. Tendo morto um oficial inglês, em Lisboa, os ingleses que então tinham certo predomínio em Portugal, exigiram a prisão, julgamento e provável fuzilamento do brioso Sepúlveda que não aturara desaforos lançados contra sua Pátria. El Rei de Portugal, entretanto, dado os antecedentes do valente oficial e sua gloriosa ascendência, não teve dúvida: mudou-lhe o nome para José Marcelino de Figueiredo e nomeou-o governador do Rio Grande do Sul. E mandou que a policia procurasse, prendesse e executasse se preciso fosse, o assassino do inglês... o tenente coronel Jorge Gomes de Sepúlveda.

título muito contribuíram os portugueses radicados na capital, pois que sempre, na sua quase totalidade, se colocaram ao lado do governo legal.

O movimento revolucionário farroupilha estagnou, de certo modo, o desenvolvimento não só de Porto Alegre, como de toda a Província, como é bem de imaginar-se. Ao iniciar-se a revolução, em 1835, Porto Alegre tinha mais ou menos 14.000 habitantes e ao terminar a luta, em Março de 1845, sua população não ia além de 15.000 almas. O cálculo censitário feito em 1848 dava para Porto Alegre 16.900 habitantes e 187.820 para todo o Rio Grande do Sul, que tinha, em 1822, 106.196, o que prova a paralisia populacional.

Em 1839, confo me a planta de L. P. Dias, Porto Alegre possuía apenas 53 ruas, becos, praças e "caminhos", e ocupava somente a área da ponta da atual cidade, com mais ou menos um quilómetro desde a **ponta de pedra** (onde depois foi construída a Cadeia Civil) até o alto da Caridade onde se localizara, desde 1803, a Santa Casa de Misericórdia, marcando o limite extremo da cidade, e outro tanto de sul a norte, ligando a margem do Guaíba, na Praia de Belas, à margem do Guaíba no Caminho Novo (rua Voluntários da Pátria), formando verdadeiro triângulo cuja base era formada, mais ou menos, pela rua Coronel Genuino — Santa Casa — rua Senhor dos Passos.

Naquela época as ruas principais da cidade eram as seguintes: rua da Práia e sua continuação, rua da Graça (ambas dos Andradas desde 1865). esta rua, a principal, ia terminar no alto da Caridade, continuando daí com o nome de Caminho do Passo da Areia ou Caminho da Aldeia dos Anjos. Este "caminho" é, hoje, a Avenida Independência, onde se localizou em definitivo o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência. — Rua do Cotovelo e sua continuação — rua da Ponte, formando, ambas, atualmente a rua Riachuelo. — Rua Formosa e sua continuação — rua São José e rua do Hospital — atual rua Duque de Caxias. Foi na rua Formosa que José Marcelino de Figueiredo mandou construir a Igreja Matriz e o Palácio do Governo, (no mesmo local dos atuais), justamente no ponto mais elevado da vila de então: 25 metros acima do nível do rio Guaíba. — Rua Nova do Poço (Jerônimo Coelho); rua do Arvoredo (Cel. Fernando Machado); rua da Varzinha (Demetrio Ribeiro); Rua Nova (Gal. Andrade Neves); Rua da Cadeia (depois 2 de Fevereiro e agora Avenida Salgado Filho); rua Principal, zona dos açorianos (Gal. Vasco Alves); rua Bela (Gal. Portinho); rua Direita (a mais torta, tanto que foi dividida em duas: Gal. Canabarro e Gal. Cipriano Ferreira); rua do Arrôio (Gal. Bento Martins. Esta rua teve os apelidos populares de "Pecados Mortais" e "Nabos a Doze"); rua Clara (Gal. João Manoel); rua de Belas (Gal. Auto); rua d'Alegria (Gal. Vitorino); rua do Ouvidor (Gal. Câmara — popularmente conhecida, desde velhos tempos, por rua da Ladeira e Ladeira do Palácio); rua do Cemitério (ladeira ao lado da catedral em cujos fundos ficava o cemitério; atual rua do

Espírito Santo); rua dos Braganças, assim denominada em 1795; foi a primeira rua a receber nome em Porto Alegre (Marechal Floriano); rua do Poço (Gal. Paranhos, desaparecida com a abertura da Av. Borges de Medeiros); rua do Rosário (Vigário José Inácio); rua de Santa Catarina (Dr. Flores); Beco do Couto (rua Senhor dos Passos); rua da Misericórdia (popular Alto da Caridade — Dr. Anes Dias); rua da Figueira (é tradição ter sido aberta pelo Conde da Figueira, D. José de Castelo Branco, Governador de 1818 a 1820, que ali estabelecera sua residência particular. Atual Coronel Genuino); rua da Olaria (Gal. Lima e Silva); rua da Azenha (a parte inicial é a Avenida João Pessoa, desde 1930); Becos: do Leite (desaparecido), do Fanha (rua Caldas Junior, ex-Paisandú), do Coelho (trav. Itapirú, hoje Eng.º Acilino Carvalho), da Fonte (rua 24 de Maio), da Ópera (rua Uruguai, ex-do Comércio), do 8.º Batalhão (Desembargador André da Rocha (avenida), ex-3 de Novembro), do Firmo (rua Avaí), do Israel (antiga rua 1.º de Março, atual Dr. Sarmiento Leite), do Barbosa (incorporado à rua Dr. Barros Cassal, ex-Aurora), do Chico Pinto (início da rua Cristóvão Colombo, ex-da Floresta); Praças: do Palácio (Marechal Deodoro, ex-D. Pedro II), da Alfândega (criada em 1806; Senador Florêncio), do Paraíso (15 de Novembro, ex-Conde d'Eu. Teve, também, o nome de Praça dos Ferreiros, a parte fronteira ao Palácio Municipal), do Portão, onde terminava a cidade (Conde de Porto Alegre); Práias: do Riacho (rua Pantaleão Teles), do Arsenal (trecho inicial da rua da Práia, atual dos Andradas, zona também habitada especialmente por açorianos); do Caminho Novo (aberto por D. Diogo de Souza pelo ano de 1808, — rua Voluntários da Pátria); Caminhos: da Capela (Capela do Viamão — Avenida Protásio Alves, ex-Caminho do Meio), do Passo da Areia — ou — da Aldeia dos Anjos (Aldeia dos Anjos, atual cidade de Gravataí; — Avenida Independência. O caminho incluía além da avenida as ruas atuais 24 de Outubro, Plínio Brasil Milano e Assis Brasil), de Belas (avenida Padre Cacique, ex-rua Práia de Belas), da Azenha (trecho final da rua da Azenha, antiga, isto é, sua continuação desde a Várzea (Parque Farroupilha) à ponte da Azenha onde Francisco da Silveira (Chico da Azenha, açoriano) tinha seu moinho de trigo.

Estes nomes antigos perduraram por longo tempo. Durante e após a guerra do Paraguai é que foram substituídas as denominações antigas por nomes de heróis, de batalhas e datas que as lembravam.

Entre 1850 e 1865 o governo mandou aterrar parte da atual rua 7 de Setembro (denominada assim em 1865), recebendo, o trecho conquistado ao rio Guaíba o nome de rua Nova da Práia. A finalidade desse aterro, ao que parece e consta da tradição, foi evitar a invasão das águas na rua da Práia...

Também nesse período foram criadas as Docas fronteiras à Praça do Paraíso e dos Ferreiros (Praça 15 de Novembro e Montevideo — largo fronteiro à Municipalidade). Sobre uma dessas Docas assenta o

Palácio Municipal. O mercado, — Praça do Mercado —, situado entre as duas docas e dando os fundos para o rio, foi inaugurado em 1842.

As demais partes centrais hoje da cidade, eram chácaras de propriedade, a maioria, de portugueses. Chácaras e sítios, como o criado e habitado por D. Diogo de Souza, no Caminho Novo, cerca de um quilômetro além da Praça do Paraíso.

Essa a cidade de Pôrto Alegre que, levemente ampliada com a divisão de algumas chácaras e sítios junto aos limites da cidade de 1839, — existia em 1854, com cerca de 17.500 habitantes, quando a numerosa colônia portuguesa, ordeira e laboriosa, resolveu criar a sua casa hospitalar — a Sociedade Portuguesa de Beneficência.

CAPITULO II

O AMBIENTE SOCIAL EM 1854

Cidade pequena mas cheia de vida e animação, Pôrto Alegre com suas 53 ruas, intenso comércio e vida social ativa e desenvolvida, tinha, como toda as "pequenas grandes cidades" da época, na sociedade e em tudo, suas qualidades nobres e seus defeitos, virtudes e vícios. Uma cousa, entretanto, tinha Pôrto Alegre em grau elevado: espírito ordeiro, solidariedade, principalmente nos momentos difíceis, grande sentimento de caridade cristã e hospitalidade. Isso tudo, porém, não a privava do entusiasmo partidário em que se degladiavam seus membros e do espírito brejeiro e mordaz que se verificava na sua imprensa e na sua sociedade.

O jornal, a partir de 1850, desenvolveu-se consideravelmente em Pôrto Alegre, podendo citar-se, na época da fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência os importantes órgãos **Correio do Sul**, dirigido pelo Cel. Felipe Betzebé de Oliveira Néri que muito se bateu pela criação da Sociedade e, com êle, **O Mercantil**, dirigido por Felix da Cunha. Existiam, ainda, o **Diário Comercial**, de B. P. de Oliveira, que bateu palmas à iniciativa da colônia portuguesa, e a **Tribuna Riograndense**. Depois, enquanto a "colônia e amigos" trabalhavam ativamente para levar avante o grande empreendimento que culminou em 1867 com a construção do Hospital no Caminho da Aldeia ou do Passo da Areia, mais tarde Avenida Independência, outros jornais surgiram, como **O Conciliador** (1860) com sua redação e oficinas no Beco do Fanha; **Correio de Pôrto Alegre**; **O Guaíba**, dirigido por Carlos Jansen; **Jornal do Comércio** (1865); **O Riograndense**, de 1866; **A Sentinela do Sul**, em 1867, que publicou em seu número dois expressivos artigos e bonita litografia sobre o ato solene do lançamento da pedra fundamental do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência; **A Reforma** (1868) e outros que iam aparecendo e desaparecendo meses ou poucos anos depois.

Jornais independentes, ou políticos, ou sociais, críticos e humorísticos, refletiam, todos, o ambiente da época. Alguns eram desaforados, malcriados, arbitrários, debochados mesmo.

Pôrto Alegre, cidade bonita e bem localizada, — aliás, a boa localização das cidades era uma das características do povoador português que sabia escolher o ponto em que criaria o povoado, a vila, a cidade, — pouco antes, mereceu de Nicolau Dreys, comerciante inglês, estas palavras:

“Está situada sôbre uma eminência (...). Na sumidade da eminência, erguem-se, entre outros edifícios mais ou menos notáveis, a Matriz, o Palácio do Govêrno, o Paço da Câmara Municipal e a Casa suntuosa do Visconde de São Leopoldo”, declarando que era uma cidade bonita e moderna.

O solar do Visconde de São Leopoldo, hoje propriedade dos herdeiros do Visconde de Pelotas, Marechal José Antonio Correa da Câmara — foi construído em 1824. Os “outros edifícios mais ou menos notáveis” eram a Casa da Alfândega, o Arsenal de Guerra e o de Marinha, o Quartel do 8.º Batalhão, o edifício da Assembléia Legislativa e o prédio mais alto da época, na rua da Praia esquina do Beco da Ópera, depois rua do Comércio, atual Uruguai, — a casa do sr. João Inácio, rico comerciante, filho e sucessor do português João Inácio Teixeira, de quem nos fala o trasmontano Manuel Antonio de Magalhães em seu Almanaque de Pôrto Alegre.

A rua mais importante da cidade era a da Práia, “á borda da lagoa” — dizia Dreys, — “formada por casas geralmente altas, de estilo elegante e moderno, quasi tôdas habitadas por comerciantes”.

Outra rua importante era a Formosa (Duque de Caxias, da ponta da cadeia á praça Marechal Deodoro). Nela residiam os vultos da administração e estavam localizados, em volta da praça, o Palácio, a Assembléia, a Câmara, a Cathedral, o Teatro São Pedro (inaugurado em 1858) e outros, além da magnífica residência do Visconde de São Leopoldo.

Rua também importante era a dos Braganças (assim batizada em 1795), com algumas casas comerciais, muitas residências e um teatriinho, em meados do século...

Era nesse ambiente que a sociedade portoalegrense se movimentava em suas relações particulares e nas festas religiosas e sociais — teatro, bailes, saraus ou reuniões familiares, como a organizada pelo Presidente da Província, Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, em 1854, no Palácio, onde reuniu elementos da alta sociedade e membros do corpo consular. Um sarau de arromba!

Outras distrações da época, eram os grandes e longos passeios para a zona do Menino Deus hodierno e os alegres convescotes aí realizados, e nas ilhas fronteiras e, no verão também, os banhos na Práia de Belas e no Caminho Novo, lá pelas proximidades do solar de D. Diogo. A êsses banhos, aliás, pouca gente concorria porque era imoral a exibição (embora os trajes de banho fossem herméticos...), segundo a grande maioria, e os jornais assim o proclamavam, citando escândalos. Foi por isso que no último quartel do século XIX o capitão Antonio Lino de Figueiredo Moreira requereu à Câmara “licença para colocar uma casa de banhos flutuantes, com trapiche de 80 palmos” na embocadura da rua do Ouvidor, já então General Câmara. A licença foi concedida e a casa começou a funcionar, banhando-se de um em um dentro da casa, em pleno Guaíba, livre de olhares indiscretos... Mas

não durou muito. A moda das praias voltou com mais ardor e intensidade...

Uma das festas mais notáveis de meados do século, foi a da posse do primeiro Bispo do Rio Grande do Sul, D. Feliciano José Rodrigues Prates, em 1853.

Mas havia, também, os casos dolorosos, como as enchentes periódicas, destacando-se pela violência, a de 1873, e as epidemias do cólera morbus que tanto preocuparam o governo e a colônia portuguesa que se tornou, por ocasião da terceira, verdadeiramente benemérita pelos serviços prestados e auxílios fornecidos a todos. Foi em consequência do primeiro surto dessa epidemia, ao que parece, que nasceu a ideia da criação da Beneficência Portuguesa, ideia tornada efetiva muitos anos mais tarde, em 1854, quando faleceu a Rainha D. Maria II, conforme veremos em outro capítulo.

Entre a data da fundação da Sociedade e seu desenvolvimento até 1870, alvoroçaram a cidade acontecimentos diversos, como a guerra do Uruguai, (1854), a do Paraguai (1864/70), a famosa "Questão Christie", em 1862, que envolveu, por imprudência, os colonos alemães que pretenderam assaltar Pôrto Alegre, vindos de São Leopoldo.

A cousa foi assim: Um jornal alemão de Pôrto Alegre resolveu defender o ministro inglês Christie acusando o Brasil. O povo empastelou o jornal. Os alemães de São Leopoldo, enfurecidos pelo empastelamento, armaram-se e marcharam sôbre a capital da Província. Foram atacados na ponte do rio Gravatai pelo coronel Felipe Betzebé de Oliveira Néri que conseguiu acalmá-los reenviando-os á colônia.

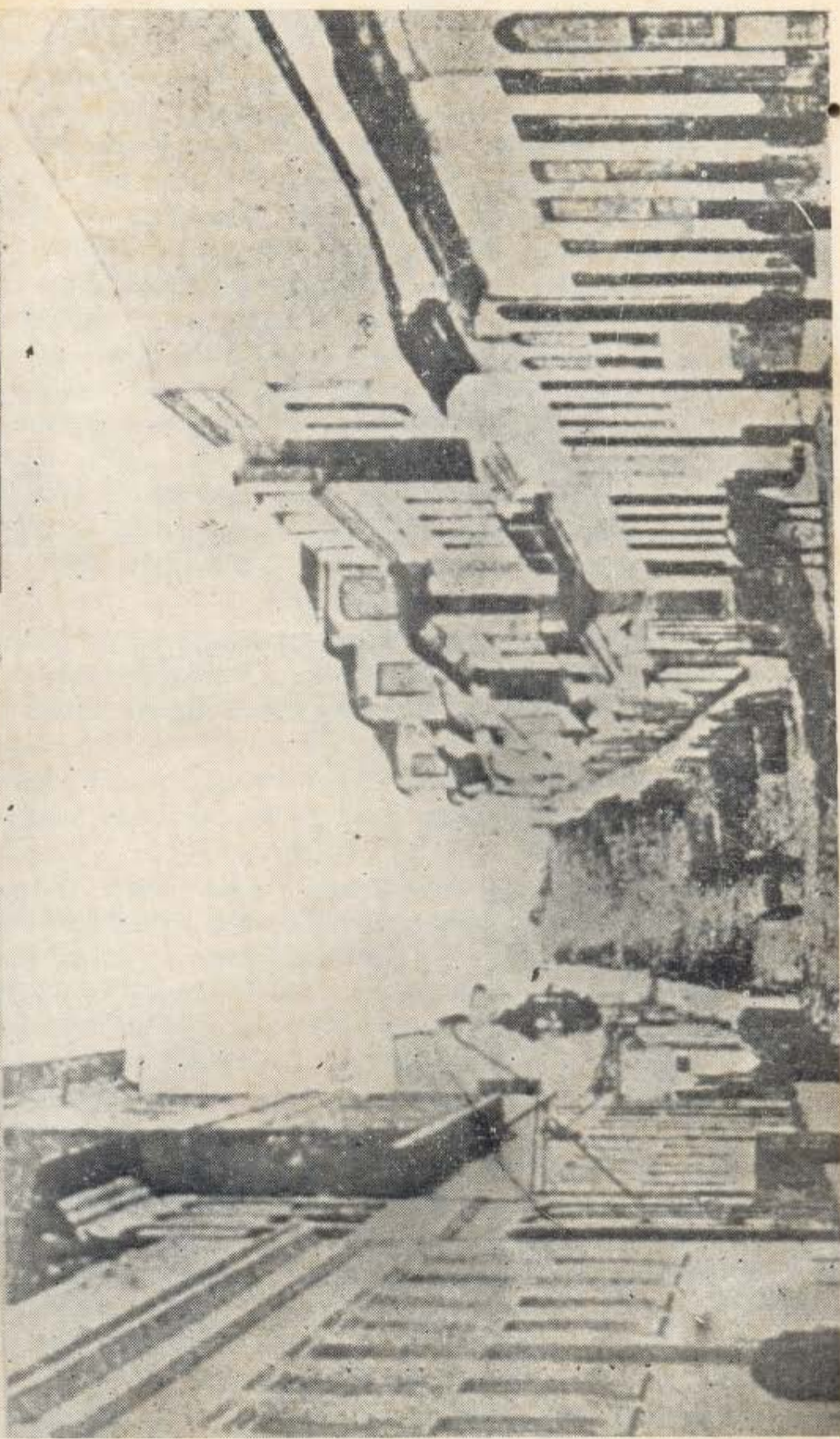
Pouco depois outro fato revoltou a cidade e obrigou a Câmara Municipal a manifestar-se.

Certo tarado matou fria e cobardemente velho comerciante português e seu empregado saqueando a mercearia. O povo gritou pedindo justiça e tentou linchar o criminoso. A polícia, intervindo em defesa do criminoso que foi trancafiado no xadrez, causou sério conflito em que o sangue correu.

Dias depois, a imprensa divulgava uma nota firmada pelo Consul Alemão em primeiro lugar e mais dois ou três, felicitando o chefe de Polícia e agradecendo-lhe a "defesa dos interesses dos subditos estrangeiros, especialmente dos alemães, contra a malta amotinada".

No seu violento protesto diziam os srs. Vereadores:

— "A Câmara Municipal desta Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, corre o indeclinavel dever de vir,, na qualidade de representante e verdadeira intérprete dos sentimentos do povo deste município, protestar pela imprensa, como por êste enérgica e solenemente protesta contra os assertos malévolos, quiçá capciosos lançados contra esta população em uma felicitação publicada no jornal **O Mercantil** de 30 do mês próximo pretérito, que parte do Corpo Consular aqui residente endereçou ao Sr. Dr. Chefe de Polícia da Província após logo ao conflito ocorrido na



PORTO ALEGRE EM MEADOS DO SÉCULO XIX, VISTA DO GUAIBA E SUBIDA DA RUA DA GRAÇA (ATUAL ANDRADAS).

infausta noite de 18 do predito mês, á porta do mesmo Sr. entre a tropa e o povo, em cujo ânimo atuava o máximo exaltamento, e expontânea indignação pelos nefandos assassinatos perpetrados por José Ramos nas pessoas do mísero ancião Januário e seu infeliz caixeiro. O receio que nutria a parte do Corpo Consular de que graves prejuizos podiam ter resultado á tranquillidade dos subditos das nações que representam, e especialmente os Alemães, é inteiramente destituída de fundamento, talvez ficticio, e nem pode ser de modo algum partilhado por seus compatriotas». E após várias considerações mais, concluia a egrégia instituição municipal: — «Ora, se a parte do Corpo Consular entendeu que a autoridade policial bem mereceu dêle por seu procedimento, estava em seu direito tecer-lhe quantos encômios lhe aprouvessem; mas jamais menosprezando os brios dêste tolerante povo, que nas épocas mais calamitosas e anormais há sempre sabido respeitar os estrangeiros, nunca os envolvendo em suas questões, nem perturbando-lhes sua segurança e bem estar, o que assáz apraz, e até mesmo se ufana esta Câmara de repetir. — Paço da Câmara Municipal da Leal e Valerosa Cidade de Pôrto Alegre, 5 de Maio de 1864. — Antonio Manuel Fernandes, José Martins de Lima, José Leal de Azevedo, Luiz José da Fontoura Palmeiro, José Pinto da Fonseca Guimarães, José Luiz da Costa Junior».

Nêsse desagradável conflito o Consul Português isolou-se e, conforme a tradição, teria felicitado a Câmara, particularmente, pelo protesto, levando seu abraço ao presidente, Antonio Manuel Fernandes, filho de casal português.

Waldi Rodrigues em bonita crônica — «A evolução de Pôrto Alegre, através de dois séculos» (Boletim Municipal, n.º 7, 1941) — escreveu:

— «Os filhos de Pôrto Alegre, em sucessivas gerações, têm perpetuado os caracteres físicos e morais dos honrados ilhéus lusitanos. Há perfeita analogia entre os tipos do antigo açoriano e os do porto-alegrense atual. Nêles a hospitalidade era verdadeiro culto. No verão às 10 horas e no inverno às 9, o bronze médio da matriz tocava silêncio. A cidade dormia. Uma carreta retardatária cruzando as ruas. O «coupé» de algum endinheirado... Com o tempo, vieram as «cadeirinhas». Só para gente rica. Em 1873 inaugura-se o serviço de bondes e a «maxambomba» desaparece. A iluminação elétrica substitui a iluminação a azeite de peixe e a gaz».

Mas havia algo nesse meio senhorial e poético que trazia a Câmara Municipal alarmada: a grande quantidade de «expostos» que lhe cabia alimentar e criar, pagando, para isso, os que os recebiam. Ah! os retardatários!... Os que não ouviam, às 9 ou 10 horas da noite, o toque de silêncio!...

Mais tarde, substituíram o sistema, criando na Santa Casa a «roda dos expostos». Ficava, porém, o encargo de os alimentar. Por diversas vezes o govêrno provincial doou á Câmara terrenos para se-

eram vendidos em benefício desses infelizes inocentes, conforme se lê nas vereanças no decorrer do século XIX.

Dentre os expostos apareceram alguns que deixaram seus nomes ligados á sociedade e á cultura portoalegrense, como Josefa Barreto, a primeira mulher jornalista do mundo e poetisa de mérito, e a professora Luciana de Abreu.

*

* *

A Câmara de tudo cuidava. Há, em suas posturas municipais ou policiais, artigos verdadeiramente curiosos, ligados a velhas tradições e superstições.

De todos o mais curioso é este artigo 4.º que ainda figurava nas de 1870:

— "É proibido andar a cavalo ou de carro no dia de sexta-feira santa. O contraventor pagará 30\$000 de multa".

Verdadeira exorbitância essa multa. Era das mais elevadas de quantas haviam estabelecido!

* *

Cidade pequena ainda quando se reuniram os portugueses para fundar a Sociedade Portuguesa de Beneficência, quasi todos se conheciam e sabiam, mais ou menos, da vida uns dos outros. E havia, para tal, as beneméritas «linguinhas de prata» dos que se reuniam em casa do barbeiro ou do boticário, e as das "comadres" e "beatas", esta verdadeira instituição que prejudicava a religião e a honrabilidade de suas vítimas, com os «diz-que-diz-que» e os «cala-te, boca!...»

E quasi todos tinham alcunhas, — o que hoje se diz apelido, corradamente.

Era o Chico da Azenha que deu nome á rua da Azenha; o Chico Fumaça, que deu nome ao então longinquo Capão da Fumaça e beco do Fumaça, no mesmo local; Manuel das Canas; Chico Ilhéu (Francisco Silveira de Azevedo); Vicente Erabo (Vicente Silveira Gonçalves, ilhéu); Bagango (Joé Silveira Fernandes, ilhéu); entre os militares havia os capitães João dos Afetos, Guilhrme Pescocinho e Conde da Cunha; o Coronel Maneta; o cabo Luiz Sujo, e muitos outros. As senhoras Piriquitas; as senhoras Pilotas, que «não deixavam passar camarão pela malha», disse um cronista; as senhoras Araras; as senhoras Maravilhas, grupos, todos êsses, de damas da sociedade, formados, no geral, por mãe e filhas solteironas, das quais muitas casavam, embora tarde, ou irmãs solteironas, «já fora do mercado», mas firmes na sociedade. Respeitáveis senhoras, conspícuos senhores, não fugiam ao veso da alcunha. E lá apareciam a senhora Popa Redonda, a senhora Ana Gorda, Ana Bolena, Iaiá Pombinha, dona Prosódia (por pronunciar mal as palavras), e outras e outras... O padre Antonio Neves, era o padre Antonio das Marimbas; o padre Malheiros, era o padre Batalha; e havia ainda o padre Viracambota, o padre Chiquinho... Os professores Amansa Burros, Tico-tico, Desejo de Ciência, Marimbon-

do... Os comerciantes, na sua quasi totalidade portuguezes: Salsaparilha, Tragozana, Furapipas, Ferrabraz, Espalha Braza, Bom de Vela, D. João V, Estanque, Custódio Ferrugem que adotou a alcunha, transmitindo-a a seus descendentes), Fadú, Coalhada, Afoga Rosa, Cara Linda, Especula, Abarrota, Garapa, Marquês dos Ananazes, Queimna, fundador da famosa «Casa Queimada» que perdurou, trazida pelos herdeiros, até 1925, mais ou menos, Manuel Batuta, Chico das Botas... Taverneiros: Angolista, Zé das Negras, Manuel das Mulatas, João Marinheiro, Combra Bicos, Manuel Biribiri, Felipe Tatú, Pedro Mandinga, Nabos a Doze, Pedro Jacaré, o mentiroso maior da cidade — o Mil Onças, Chico Fanha que deu nome ao Beco do Fanha, como o Nabos a Doze dera nome popular a outra rua, e uma infinidade mais, pois que, aqui, queremos, apenas exemplificar. Praticamente todos os vultos de destaque da sociedade e do comércio tinham alcunhas, e muitos sómente por elas eram conhecidos.

Esse o ambiente social em que se movimentaram os beneméritos portuguezes em 1854 para a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência e, depois, erguer obra gigantesca que é esse grandioso hospital que tanto os glorifica.

* * * *

CAPÍTULO III

OS PORTUGUESES SE MOVIMENTAM

A 15 de Novembro de 1853, — após a notícia do nascimento, e outra bem triste, a do falecimento do infante, o Príncipe D. Eugénio com apenas algumas horas de vida, — cobria-se de luto o povo português com o falecimento, em Lisboa, de S. M. a Rainha D. Maria II. A notícia célere correu causando a mais viva consternação não só em Portugal mas onde houvesse um peito português, em todo o mundo, portanto, e no Brasil sobretudo porque a gloriosa Rainha era irmã do augusto Imperador do Brasil o Sr. D. Pedro II.

Rainha piedosa e mãe estremosa, teve onze filhos dos quais o último, Eugénio, morrendo logo após ter nascido, levou consigo para o Além a alma bondosa de sua augusta Mãe.

Mas, ao luto e á dor do povo português juntou-se um fato estranho ocorrido por ocasião do sepultamento: uma pomba branca pousou sobre o coche da corôa e d'êlé sómente levantou vôo quando se retirou o cortejo fúnebre, já sepultada a Rainha. O povo crente e bondoso do heroico Portugal, viu, nisso, sinais divinos.

A pomba, símbolo do Espírito Santo, designou, conforme Tertuliano, no segundo século da era cristã, a Casa de Deus, a Igreja — **Domus Columbæ**. E o Flos Santorum está cheio de intervenções de pombas na vida dos Santos e o próprio Santo Antonio de Lisboa viu, em forma de pomba entrar no céu a alma de um humilde franciscano que com êlle trabalhava. Mas não só isso: — foi uma pomba que trazendo a Noé um ramo verdê de oliveira, anunciou o fim do dilúvio — a paz de Deus com os homens.

Desde aqueles tempos bíblicos a pomba era símbolo sagrado e sua presença sempre algo de bom prenunciava. E tanto assim que nos lares cristãos portugueses, — e também brasileiros até mais ou menos meados do século XIX, — a pomba era simbolizada nos beirais das casas e o que se chama festa da cumieira modernamente, então se dizia «festa da pombinha». E lá figurava, na cerimônia da cumieira, a bandeira do Divino Espírito Santo invocando sobre a nova as bênçãos de Deus. E, nos cantos, em memória, «pombinhas estilizadas» diziam da fé de seus moradores.

Por isso a pomba branca dos funerais de D. Maria II encheu das mais profundas emoções a alma do lisboeta e de todo o povo português, e fez com que o illustre poeta João de Lemos escrevesse, em memória, uma de suas mais inspiradas poesias — **O funeral e a pomba**.

A notícia da infausta morte ecoou dolorosamente no Brasil, onde também a história da pomba alvorotou os espíritos.

Em Pôrto Alegre, a notícia chegou a 6 de Janeiro de 1854. A colônia portuguesa reunindo-se, fez rezar solene missa de Requiem, enquanto os jornais, mormente **O Mercantil** e o **Correio do Sul**, ocupando-se do triste acontecimento lembravam a necessidade de fundarem, os portugueses, sua sociedade beneficente.

O que foram os funerais de S. M. em Pôrto Alegre, dizem-nos os jornais da época com maiores ou menores minúcias.

— "Na mesma tarde em que a notícia do passamento de D. Maria chegou a Pôrto Alegre, — escrevia **O Mercantil**, que era dirigido por José Cândido Gomes, — apresentaram-se os portugueses trajando luto pesado e levando o tope de sua nação sob o fumo dos chapéus".

A consternação fôra geral, aliando-se a ela o próprio governo Provincial.

Os portugueses, porém, não ficaram apenas nessas manifestações exteriores: resolveram, por iniciativa do Sr. Vice-Consul (Consul Honorário) Antonio Maria do Amaral Ribeiro, realizar solenes exéquias. E para isso, conforme nô-lo relata **O Mercantil** em sua página especial, ilustrada, — "cotizaram-se entre si, e para provar com quanta generosidade o fizeram basta dizer que a subscrição, sendo levantada só entre portugueses, atingiu à cifra que produzem as maiores subscrições para festejos nacionais, nas quais concorrem tôdas as classes da população".

As exéquias foram suntuosas. Convidado, o Sr. Presidente da Província, Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, assim respondeu ao officio do sr. Consul Antonio Maria do Amaral Ribeiro, com data de 18 de Fevereiro de 1854:

— "Foi-me presente o atencioso officio de Vmcê. de 8 do corrente, no qual participando que no dia 20, pelas 9 horas da manhã, terão lugar na Igreja Catedral as exéquias públicas, que os súbditos portugueses residentes nesta cidade pretendem mandar celebrar pelo passamento da muito virtuosa e excelsa Soberana, a Senhora Dona Maria II, convida-me para, com as corporações civis e militares assistir a êsse piedoso ato, e em resposta tenho a dizer que, louvando muito a lembrança dos súbditos portugueses, não sómente acederei ao convite que me fazem, como que darei tôdas as providências para que êsse ato seja feito com tôda a magestade devida à memória de tão illustre Princeza, visto ser de tôda a justiça que em momentos tão solenes se confundam as lágrimas de dois povos, que se estão separados por suas instituições, são ainda unidos pelos laços que derivam do berço comum; e se há ocasião em que essa união se deva manifestar com mais intensidade é certamente naquela em que, se um dêles chora uma Rainha que fazia as delicias e a glória de sua nação, o outro prantêia a perda de uma filha do fundador do Imperio, nascida sob o céu da América. —

Prevaleço-me desta ocasião para novamente apresentar a Vmcê. meus protestos de estima e consideração. — Deus guarde a Vmcê. — **João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.** — Sr. Antonio Maria do Amaral Ribeiro — Vice-consul português".

* *

O dia 20 "amanheceu triste, pesado; nuvens pardanhas cobriam o céu; dir-se-ia que a natureza acompanhava os homens nas demonstrações de mágua".

Na Praça do Palácio postara o Presidente da Província uma bateria que, de 15 em 15 minutos se fazia ouvir pela boca dos canhões, durante o dia inteiro. As 9 horas da manhã os sinos de tôdas as igrejas repicaram a finados. As 10 teve inicio a cerimônia celebrada por S. Excia. Revma. D. Feliciano José Rodrigues Prates, bispo diocesano do Rio Gr. do Sul. Ao Evangelho, o orador sacro padre Francisco de Paula Macedo fez o panegírico da Rainha.

A catedral estava à cunha. Rodeavam o custoso catafalco imitando mármore, o povo em geral e, nos lugares de honra, as autoridades: Presidente da Província, marechais, brigadeiros, generais, a Câmara que compareceu em corporação, membros da Assembléia Legislativa, Consules, altos funcionários da nação e da província e redatores dos diversos jornais da Capital.

O magestoso catafalco media quasi 6 metros de altura (28 polegadas), formado por doze colunas coríntias que sustentavam magnífica cúpola rodeada de anjos. Tudo assentava sôbre um estrado de 3 polegadas de altura por 37 de comprimento e 28 de largura.

Nunca se assistira a tão imponentes exéquias! Pôrto Alegre e a colônia portuguesa podiam orgulhar-se de tão brilhante cerimônia que talvez sómente em Portugal tivesse tido superiores e iguais.

* *

Entre a notícia do falecimento da Rainha e a suntuosa solenidade fúnebre, a imprensa, em especial **O Mercantil** e **O Correio do Sul** lembraram a necessidade de criarem os portugueses a sua Sociedade de Beneficência, já tentada uma vez, e a exemplo do que haviam feito no Rio de Janeiro. A idéia não caiu em terra esteril.

Antonio Maria do Amaral Ribeiro, consul honcrário de Portugal em Pôrto Alegre, entusiasmou-se com a idéia e tomou a si o encargo de tornar efetiva a lembrança dos amigos jornalistas.

Após várias reuniões com súbditos portugueses de destaque, deu consistência à sugestão e a 26 de Fevereiro daquele mesmo ano de 1854, já tudo prepaado, até mesmo os Estatutos que regeriam a Sociedade Portuguesa de Beneficência, reuniram-se na sala de sessões da Santa Casa de Mesericórdia, por ser ampla e ter sido gentilmente oferecida, às 10 horas da manhã.

...e fundaram a sociedade, aprovaram os Estatutos e elegeram sua primeira Diretoria que teve como presidente o próprio fundador, sr. Antonio Maria do Amaral Ribeiro.

Retrocedamos um pouco.

Mais ou menos oito anos antes do que acabamos de narrar, haviam tentado os súbditos portugueses reunir-se e fundar sua sociedade beneficente. O momento, porém, não se prestou apesar da boa vontade do então Vice-presidente da Província em exercício, major Patricio Corrêa da Câmara. Houve receios e retraimentos.

Em 1845, a 1.º de Março, fôra pacificado o Rio Grande do Sul que, assim, recém saía de uma luta que por quasi dez anos dessangrara a província e o povo. Mas havia, ainda, a agravante: a revolução farroupilha terminada havia pouco, tivera principio justamente contra o elemento português que, na maioria, se filiara ao chamado «partido restaurador», — saudosistas de D. Pedro I expulso do Brasil a 7 de Abril de 1831 e que colocara no trono de Portugal sua filha D. Maria, depondo, para tal, o usurpador D. Miguel, seu irmão.

Agora, porém, nada disso havia. Todos os ressentimentos desaparecidos, portugueses e brasileiros viviam na mais completa e perfeita harmonia. Ainda mais, a morte da Rainha D. Maria II, recebida com verdadeira mágua em todo o Brasil, tornou, graças também ao auxilio espontâneo da imprensa, possível o que antes seria temeridade.

Assim, conforme vimos, a 26 de Fevereiro de 1854, após convites publicados nos jornais, reuniram-se os senhores portugueses que atenderam ao apêlo, fundando a Sociedade como se verifica da Ata n.º 1, que diz:

«Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de mil oitocento e cinquenta e quatro, às 10 e meia horas da manhã, nesta cidade de Porto Alegre, no império do Brasil, tendo sido previamente feitos nos jornais desta cidade anúncios para no dia de hoje ser instalada na sala de sessões da Santa Casa de Misericórdia, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, e sendo aí presentes um grande número de sócios sob a presidência do illustrissimo senhor vice-consul de Portugal nesta cidade Antonio Maria do Amaral Ribeiro, por êle foram nomeados para servirem na presente sessão de instalação, primeiro secretário eu, Joaquim José de Macedo Freitas da Silveira, e segundo o senhor Domingos José Ribeiro Alves, e em seguida foi instalada a Sociedade pelo dito illustrissimo senhor vice-consul o qual por essa ocasião recitou o seguinte discurso:

— Senhores. Opressos sob o duro pêso de uma dor profunda e reunidos pelo mais justo e doloroso sentimento, rendemos, há dias, junto aos altares a devida homenagem de nossa religiosa submissão aos imprescrutáveis decretos da Providência, pela sentidíssima e prematura morte de nossa adorada Rainha, e pagamos um tributo de respeito, amor e saudade á sua augusta memória. Esse pio e religioso ato, para cuja execução pressurosos concorreram ainda os menos abastados de nossos concidadãos, não só revela o quilate de amor e respeito que os portugueses sempre consagram a seus legítimos soberanos, como dá uma idéia da dor amarga que sentimos por perda tão irreparável, mostrando também de um modo positivo o quanto é acendrado o civismo dos portugueses residentes nesta capital; os quais apesar da imensa barreira com que o vasto oceano os separa da Mãe Pátria, tomando parte em suas venturas ou desgraças, se é feliz com ela exultam, ou se contristam e com ela choram, se calamidades a oprimem!

Se as venturas e infortúnios da nossa Pátria nos não podem ser indiferentes, se avivam e despertam em nossos corações o mais acrisolado amor pátrio, como deixar, senhores, de patentear tanto ou mais patriotismo interessando-nos pela sorte e ventura de centenas de concidadãos nossos, que vêem procurar trabalho honesto e meios de subsistência neste país hospitaleiro que nos considera como irmãos, e que, cu pelo contacto das mãos nodoem e vilipendiam o bom nome português, tornando-se pelo seu máu proceder hóspedes infensos e importunos, ou perseguidos de sorte adversa, das enfermidades, e de mil azares, vegetam e perecem na miséria, por lhes faltar uma mão protetora que os desvie da borda do abismo, lhes procure trabalho honesto e finalmente os socorra e ampare em suas moléstias e adversidades?

Quantas vêzes, senhores, indignados, ouvindo as torpezas de alguns discolos, não tereis corado de vergonha? Quantos não terão desejado uma mão protetora que os faça parar no caminho do vicio e do crime, afastando os encantos desses membros contaminados? Quantos não tereis anelado ter proporções e recursos, para, caridosos, procurardes emprego aos que querem trabalho e o não encontram, e socorrer compassivos a tantos a quem as necessidades ou tolheram os membros ou exauriram as fôrças, e a quem a orfandade e viuvez roubaram o único amparo que tinham? A quantos cada um de vós não terá dado os mais salutaes conselhos e a esmola bem ou mal recebida? Tudo, porém, improficuamente, porque o conselho e a esmola são isolados, e vós falta quem vós imite e acompanhe nessa meritória ação; não tendes os meios precisos para conhecerdes se é bem ou mal aplicada para que se torne meritória e possa aproveitar a quem é feita!

Para obviar a tanto mal, tiveram nossos concidadãos, residentes na capital deste Império, a feliz idéia, o patriótico e generoso pensamento de estabelecer ali uma sociedade de beneficência, a qual desde sua instalação até hoje tem prosperado, prestando os mais valiosos e reais serviços a nossos concidadãos necessitados. Em mil e oitocentos e quarenta e seis, o falecido senhor consul de Portugal nesta capital, doutor Manuel Gomes Coelho do Vale, de honrosa e grata recordação para quantos acatam e reverenciam a virtude, a probidade austera e o profundo saber, teve comigo o pensamento de estabelecermos aqui uma igual; causas, porém, houve que malograram o nosso fervoroso desejo, entorpecendo-nos os meios de ação. Com a morte extinguiu-se o desejo dêle; o meu, sempre vivaz, aguardava um foverável ensejo, o qual há pouco inesperado surgiu com a aparição do eloquente e conceituoso artigo de fundo do *Mercantil* sob a epigrafe — "Sociedade Portuguesa de Beneficência".

E depois de falar, com agradecimentos, na cooperação da imprensa, mormente do *O Mercantil* e do *Correio do Sul*, continuou:

"Como tudo quanto existe criado obedece a leis físicas e morais que o regem, a nossa Sociedade não podia existir sem uma lei que o governasse: essa lei são os Estatutos que vistes publicados nos jornais desta capital e que por mim foram elaborados, servindo-me dos da Sociedade do Rio de Janeiro; o que nêles houver de tosco e imperfeito, é por certo o que suprimi, alterei e acrescentei: eu os ofereço á Sociedade e se merecerem a aprovação da Comissão que tem de os examinar, julgar-me-ei assas recompensado do trabalho que tive; enquanto porém ela não emitir seu judicioso e crítico parecer, ou não forem apresentados outros que melhor satisfaçam o nosso fim, é conveniente que a Sociedade se governe por estes; perfeitos ou imperfeitos, são a lei que nos deve reger, e se literalmente não forem cumpridos em tôdas as partes por cada um de nós, o que Deus não permita, se desvirtuará o nosso fim, reinará a anarquia, e teremos de ver dissolvida uma Sociedade tão útil, conveniente e proveitosa e que

tanta honra faz aos briosos portugueses que residem nesta capital e província. Para lhe dar tãda a importãncia tenho a honra de propor, que seja o primeiro passo da diretoria, dirigir em nome da Sociedade a Sua Magestade El Rei Regente a súplica de que se digne conceder à nossa Sociedade a honra de ser seu protetor, e se for outorgada essa especial graça, a mesma diretoria faça subir à sua augusta presença anualmente uma exposição do estado da Sociedade.

Achando-se, pois, instalada a Sociedade Portuguesa de Beneficência nesta capital eu me congratulo e felicito com todos os amigos da humanidade, por ver realizado um de meus mais ardentes desejos, e faço os maiores votos pela sua duração, prosperidade e aumento, desejando do fundo da alma que todo o membro desta Sociedade seja de procedimento tão regular que unicamente o título de sócio lhe sirva de recomendação e abono de suas ótimas qualidades».

Após a entusiástica oração do sr. Vice-consul de Portugal, trataram de eleger a primeira Diretoria da Sociedade que mais tarde ficou sob a proteção de S. M. El Rei D. Fernando de Portugal.

O resultado, quasi que por unanimidade, foi o seguinte:

Presidente — Antonio Maria do Amaral Ribeiro

Secrtário — Joaquim Caetano Pinto

Tesoureiro — Francisco José Belo

Vogais — Antonio Ribeiro da Silva e Faustino Ferreira d'Oliveira Guimarães

Conselheiros — Antonio da Silva Santos Paranhos, Joaquim Gonçalves Porto Maia, Jerônimo Veloso Pacheco, Antonio Felix de Bittencourt, Manuel Leite Ferreira Guimarães, Domingos José Ribeiro Álvares e José Antonio Barreiros.

Firmaram a primeira ata, entre outros muitos, os senhores:

Antonio Maria do Amaral Ribeiro — Joaquim José de Macedo Freitas da Silveira — Domingos José Ribeiro Álvares — Joaquim Caetano Pinto — Francisco José Belo — Antonio da Silva Santos Paranhos — Antonio Ribeiro da Silva — José Antonio Barreiros — Joaquim Gonçalves Porto Maia — Faustino Ferreira d'Oliveira Guimarães — Jerônimo Veloso Pacheco — Antonio Felix de Bittencourt — Manuel Leite Ferreira Guimarães — José Gomes Pereira Bastos — Clemente José Pinto — Domingos José Lopes e, entre outros, Lúcio Frederico Whitney, de origem inglêsa, ou inglês vindo através de Portugal, e que foi quem recebeu o diploma n.º 1, como veremos a seguir.

Estava, pois, a Sociedade Portuguesa de Beneficência plenamente constituída, nada lhe faltando para prosseguir...

Um mês mais tarde, em sessão, resolveram criar mais os cargos de Vice-presidente e 2.º secretário, que foram logo preenchidos.

*

* *

Ao encerrar-se o ano de 1854 haviam se inscrito socios 557 pessoas, sendo, pela ordem de inscrição, os seguintes os dez primeiros e que receberam os diplomas de Nrs. 1 a 10:

- Lúcio Frederico Whitney, n.º 1
Francisco Pereira de Brito, n.º 2
João Batista Ferreira d'Azevedo, n.º 3
José Antonio Barreiros, n.º 4
Joaquim José de Macedo Freitas da Silveira, n.º 5
Antonio da Silva Santos Paranhos, n.º 6
Joaquim Teixeira Vale, n.º 7
Antonio José Meireles, n.º 8
Manuel Pinto da Costa Guimarães, n.º 9
José Gomes Pereira Bastos, n.º 10.

Para estes dez fundadores e quasi 270 mais, os diplomas foram expedidos com data de 1.º de Março de 1854.

Durante esse mesmo ano da fundação, receberam diplomas de benfeitores 90 sócios, dos quais vários do interior do Rio Grande do Sul. Em apêndice figura a relação desses primeiros benfeitores, entre os quais não figura o nome do fundador Antonio Maria do Amaral Ribeiro que, por ser consul e dada sua imensa modéstia, diz a tradição nada aceitou a não ser a direção inicial da Sociedade. Continuou, porém, a trabalhar com afinco pelo desenvolvimento de sua «filha dileta — a Sociedade Portuguesa de Beneficência».

Embora não encontrassemos seu nome em relação alguma de sócios, o nome e os feitos do ilustre consul honorário Antonio Maria do Amaral Ribeiro jamais foram esquecidos, tanto assim que no Relatório de 1862, diz o presidente que "foi colocado na sala de honra da Sociedade o retrato do sócio benemérito, fundador, Antonio Maria do Amaral Ribeiro", em presença da Diretoria e Conselho, em sessão solene.

Era, também, o primeiro retrato inaugurado na séde da Sociedade Portuguesa de Beneficência. E nem podia deixar de ser. A justiça assim o exigia, e a gratidão o proclamava.

* * * *

CAPÍTULO IV

A CRIAÇÃO DO HOSPITAL

A finalidade da Sociedade Portuguesa de Beneficência, cujos membros deviam ser, conforme o declarou o fundador em suas palavras no dia da fundação, de «procedimento tão regular que unicamente o título de sócio lhe sirva de recomendação e abono de suas ótimas qualidades», não era apenas congregar os portugueses e amigos da colônia numa sociedade que lhes trouxesse mútuos benefícios, ou os reunisse sob um teto, como tantas outras, mas sim fazer com que o nome português ficasse perpetuado numa obra social de vulto como seria o caso de um hospital, grande e moderno.

Ao se tornar efetiva a idéia de criação da sociedade, existia em Pôrto Alegre apenas um hospital: a Santa Casa de Misericórdia, que o trato e o tino do Visconde de São Leopoldo reformara, ampliara e dotara devidamente. Depois, para doentes mentais, o govêrno provincial, cooperado pela mesma Santa Casa, criaria o Hospital São Pedro, em 1858, e os franceses de Pôrto Alegre, à imitação dos portugueses, fundariam, mas sem êxito, sua Sociedade de Beneficência, em 1867. Por essa época fundaram também a Sociedade Beneficente Brasileira União, réplica à Portuguesa.

Mas tanto a portuguesa, de início, como a francesa, nos poucos anos que viveu, tratavam seus enfêrmos nas enfermarias da Santa Casa com a qual, antes, haviam firmado contrato. A Brasileira União organizara logo um hospital no Alto da Bronze (Praça Gal. Osório).

Isso, entretanto, não satisfazia. E se foi uma das causas que dissolveu a Sociéte Française de Bienfaisance, para os portugueses foi incentivo, pois em seguida trataram de organizar seu hospital próprio.

O fundo social, entretanto, mui lentamente se elevava. Em 31 de Dezembro de 1854 orçava em 5:920\$680 (*), o que mal daria para aquisição de um prédio capaz de servir á finalidade.

Mas já em 1856, pagas tôdas as despesas, atingia o capital da Sociedade a soma de 11:184\$087.

Pensaram, então, sériamente na aquisição do prédio para a instalação do hospital. E no ano de 1858, presidindo a Sociedade o sr. Domingos José Lopes, a Diretoria e o Conselho reunidos a 28 de Maio

(*) — Para seguirmos a época, daremos tôdas as importâncias em mil réis, o antigo padrão da moeda brasileira, até sua transformação em Cruzeiro. Simples questão de fidelidade histórica.

resolveram a compra do próprio. Após buscas e pesquisas encontraram um que se prestaria, devidamente adaptado, aos fins. E pela quantia de 5:5000\$000 passou à propriedade da Sociedade Portuguesa de Beneficência a casa de n.º 22-A da rua da Figueira.

O primeido passo estava dado.

A situação hospitalar em Pôrto Alegre, como vimos, não se podia dizer má, na ocasião, embora existisse apenas um hospital — o da Santa Casa de Misericórdia que, funcionando desde 1803, somente em 1824 inauguraria suas instalações definitivas dignas do nome, e o pequeno e rudimentar da Brasileira União, fudada depois.

E tanto assim que antes de conseguir seu hospital próprio, como já o dissemos, a Sociedade Portuguesa de Beneficência lavrara contrato com a Santa Casa para a internação e tratamento de seus sócios em dependência especial. E o mesmo aconteceu em 1867 quando os franceses fundaram a sua Societé Française de Bienfaisance, cujos sócios, conforme diziam os Estatutos, deveriam ser reconhecidamente honrados, pois qualquer pecha «entachant l'honneur et la probité» impossibilitariam o individuo de ser sócio, e caso tal acontecesse depois, seria motivo de expulsão sumária.

Aliás, os Estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência traziam dispositivos semelhantes, o que nos faz crer que tais medidas pertenciam à época, se é que os franceses não os copiaram dos portugueses.

E enquanto a instituição francesa periclitava, em 1867 os portugueses lançavam a pedra fundamental do monumento da atual avenida Independência.

Adquirida a casa da rua da Figueira, em 1858, já no ano seguinte, a 2 de Fevereiro para ela transportavam, oficialmente, seus enfermos da Santa Casa, comemorando êsse fato com missa solene e sessão festiva.

Dizemos oficialmente porque no livro primeiro de registro de entradas e saídas de doentes, do primeiro a data de entrada é 31 de Janeiro de 1859. É êle Manuel Dias, com 26 anos, filho de José Dias, português, solteiro. Saiu curado a 5 de Março de 1860.

A este seguiram-se:

— 25 de Abril: — José Alves Reis, 31 anos, filho de Bernardo Alves de Carvalho, português, não diz se casado ou solteiro. Faleceu a 25 de Abril de 1860: justamente dois anos de hospital.

— 29 de Junho: — Antonio da Costa Pimenta Junior, 32 anos, ignora a filiação, português, viuvo. — Faleceu a 5 de Outubro de 1859.

— 17 de Setembro: — Antonio José de Meireles, 37 anos, ignora a filiação, português, solteiro. Saiu a 19 de Outubro de 1859.

— 25 de Setembro: — Estevão de Abreu, 65 anos, filho de Francisco de Abreu, português, não declarou se solteiro, casado ou viuvo. Faleceu a 1 - 11 - 1859.

— 26 de Setembro: — Domingos José de Azevedo, 46 anos, filho

de Antonio José de Azevedo, português, solteiro. Faleceu a 3-10-1862.

— 1.º de Outubro: — Serafim Ribeiro de Barros, 23 anos, filho de João José de Barros, português, solteiro. Saiu em 6-9-1860.

— 2 de Outubro: — Pe. Tiago de Pena Cabral, 51 anos, filiação ignorada, português, solteiro. Saiu em 2-3-1860.

— 8 de Outubro: — Antonio Pinto Ferreira, 40 anos, filho de Manuel Ferreira Pinto, português, solteiro. Faleceu a 21-12-1859.

— 12 de Outubro: — Domingos José Nogueira, 60 anos, filho de José Nogueira, português, solteiro. Saiu em 15-11-1859.

— 13 de Outubro: — Emilio Teixeira Pinto, 21 anos, filho de José Joaquim Teixeira Pinto, português, solteiro. Saiu a 30-11-1859.

— 22 de Outubro: — João José da Fonseca, 40 anos, filho de João José da Fonseca, português, solteiro. Saiu a 20-11-1859.

— 12 de Novembro: — Antonio José Pereira, 38 anos, filho de João Manuel Ferreira, português, solteiro. Saiu a 26-11-1859.

Estes os enfêrmos do primeiro ano de existência do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

A 5 de Maio de 1859 o Conselho Deliberativo confeccionou o regulamento do hospital. Seu primeiro médico foi o Dr. João Pires Farinha, que atendia gratuitamente na enfermaria da Sociedade.

Teve, entretanto, que retirar-se e, por isso, a 28 de Setembro do mesmo ano, assumia o cargo, nas mesmas condições, o Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, português, dedicado especialmente á medicina homeopática.

Ao encerrar-se o ano financeiro de 1859, o patrimônio era de .. 22:558\$553.

Em 1860 falecia em Pôrto Alegre o português João Caetano d'Oliveira. Sócio fundador, deixou á Sociedade Portuguesa de Beneficência um prédio á rua da Varzinha n.º 70 que foi logo vendido por 1:800\$000. Foi o primeiro legado que, infelizmente, por estar muito gravado, pouco rendeu.

A ansiedade entre os sócios para que se edificasse um grande hospital digno do nome português, era enorme. A idéia foi agitada em 1861 podendo ser resumida assim:

Apresentada e discutida em várias reuniões, concluíram ser impossível, no momento, com recursos próprios. Sendo proibido por lei lançar mãos dos títulos que a Sociedade possuía por fazerem parte do fundo patrimonial, estudaram, então, a possibilidade de um empréstimo. A situação, porém, era instavel e viram, desde logo, que não obteriam o suficiente. Por isso resolveram submeter a questão á apreciação da Assembléia geral que, reunida a 14 de Abril, "tomou a deliberação de só ser levado a efeito a desejada edificação quando a Sociedade pudesse dispor dos precisos meios". Isso, entretanto, não impediria que adquirisse outros prédios contíguos para melhorar, ampliando, o precário hospital da rua da Figueira.

No fim do ano de 1862 o patrimônio social montou a 28:669\$488.

Já era uma fortuna, um patrimônio apreciável que estimulou a Diretoria e o Conselho Deliberativo de 1863, o mesmo que vinha trabalhando desde 1861, presidido pelo Sr. Jerônimo José da Silva Guimarães, a efetuar a compra do prédio contíguo ao estabelecimento, sob ns. 26 e 26A, pela importância de 6:562\$500. Foi, entretanto, necessário lançar mão de um empréstimo de 1:800\$000 visto não haver em dinheiro a quantia necessária.

Mas, logo depois, foi feito o segundo legado á Sociedade. A Exma. Sra. D. Leopoldina Joaquina de Souza Teles que falecera em Lisboa, deixou á instituição a importância de 4:000\$000.

No ano seguinte, 1864, sob a presidência do sr. Antonio da Silva Santos Paranhos, o hospital da rua da Figueira foi provido de uma capela em que seriam celebradas missas todos os domingos. E mais: "deliberou-se melhorar o sepultamento dos sócios que desde a fundação eram conduzidos num esquife e assim lançados á sepultura". A inovação para o caso era a do caixão: cada sócio que falecesse seria inumado em caixão especial e ainda: por sua alma seriam rezadas missas.

Em 1862 havia sido inaugurado no salão nobre do hospital o retrato do fundador, S. Excia. o sr. Antonio Maria do Amaral Ribeiro. Em 1865 o presidente doou á Sociedade o retrato de S. M. El Rei D. Fernando, regente de Portugal, que foi solenemente colocado na sala de honra.

* *

Apesar dos sócios recalcitrantes, muitos dos quais desde 1860 não pagavam ou pagavam com grande atrazo suas mensalidades, o que deu motivo a amargas queixas de diversos presidentes, mormente do sr. Antonio Felix de Bittencourt, seu patrimônio, em 31 de Dezembro de 1866 era de 41:733\$357.

Assim, como se vê, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, apesar dos máus pagadores, estava absolutamente vitoriosa, com fundo, patrimonial avultado para a época, e nada lhe faltava para dar o passo definitivo, concretizando a aspiração da grande maioria — a construção de prédio definitivo, verdadeiro hospital, em local mais apropriado.

Criado já, desde 1858, o da rua da Figueira, melhorado em 1863, o esforço para a realização do sonho magnífico há anos alimentado, não seria mais tão difícil. Era só ter coragem e por mãos á obra.

* * * *

CAPÍTULO V.

... E O GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL NÃO ACREDITAVA...

Ao entrar o ano de 1867, o presidente eleito, sr. Antonio Francisco Pereira dos Santos, recebera de seu antecessor, sr. Antonio Felix de Bittencourt, um patrimônio já avultado, que montava a 41:733\$357.

Em Assembléia Geral de 13 de Janeiro, após a leitura do Relatório, ia processar-se a eleição da nova Diretoria. Houve, porém, no momento, um impasse: o sr. Presidente Bittencourt queria que a eleição se processasse de acôrdo com a letra do artigo 60 dos Estatutos, enquanto grande número de sócios desejava que se realizasse como era de hábito e que, no final, dava o que exigiam os Estatutos. Além disso, a cumprir-se o que desejava o Presidente, isto é: que Diretoria e Conselho constassem de uma só chapa, retardaria a eleição, visto serem obrigados a confeccionar novas chapas. Em vista disso o sócio sr. José Fernandes Granja protestou e seu protesto foi acompanhado por regular quantidade de sócios que, em virtude da intransigência do Presidente, se retiraram. Ficaram, entretanto, 32, número suficiente para a que foi feita, afinal, com o seguinte resultado:

Diretoria, inclusive Conselho: Joaquim Rocha Ramos, Manuel da Rocha, Joaquim da Silva Barbosa, João Batista Talloni, José Martins Soares, Joaquim Martins Gomes, José Tomas Pereira, Custódio Teixeira de Lemos, Joaquim Pinto Vieira, Francisco José de Almeida, Manuel Gomes do Vale Quaresma, Augusto Teixeira Cardoso, José Antonio da Costa Araujo, Antonio José Ferreira Cardoso, Antonio Jerônimo Martins, Francisco José Domingues e Antonio dos Santos Reis, — assim colocados pela ordem de votação.

Os sócios protestantes requereram, a 17, nova Assembléia Geral para discutir o assunto e conseguir nova eleição. O Presidente sr. Antonio Felix de Bittencourt, porém, ao envés de convocá-la conforme lhe fora solicitado, convidou os eleitos para tomarem posse imediatamente, em sessão solene. Estes negaram-se a tomar posse, dando um exemplo grandioso de harmonia e desinteresse pessoal. Essa atitude desautorando o Presidente Bittencourt, fez com que êle se afastasse, por assim dizer obrigado pelos sócios em geral. Estando ausente o vice-presidente, sr. Joaquim José Macedo Freitas da Silveira, assumiu a presidência o Secretário, sr. João Borges de Almeida que, a 27 do mesmo mês de Janeiro, convocou nova Assembléia Geral para renovação da eleição.

Antes, porém, de ter início a votação, o sr. Fernandes Granja

solicitou licença para ler o protesto firmado por 180 sócios, e no qual, também, solicitavam fosse anulada a eleição anterior e feita nova eleição. Estavam, então, presentes 142 sócios. Aprovados por unanimidade o protesto e a proposta, realizaram, em seguida a nova eleição. E o resultado foi que o novo presidente, sr. Antonio Francisco Pereira dos Santos obteve 141 votos, sendo, também, eleitos muitos dos anteriormente escolhidos. A 30 tomou posse a nova Diretoria e Conselho Deliberativo, sob aplausos gerais, e sem a mínima quebra da unidade dentro da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Nem mesmo o sr. Bittencourt deixou de ser sócio.

O ano de 1867 foi fecundo e de grandes iniciativas, apesar do terceiro surto de cólera morbus que assolou Porto Alegre, obrigando o pequeno hospital da rua da Figueira a abrigar 54 enfêrmos, inclusive três escravos. Destes faleceram apenas 20. O que representou isso para a Sociedade, di-lo o sr. Presidente em seu Relatório:

— “Durante tão calamitoso tempo foi a enfermaria habilmente dirigida por um dos distintos médicos de nossa sociedade, o Ilm.º Sr. Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, que exerceu essa árdua, porém, nobre tarefa com excessivo zelo e assiduidade, sendo secundado pelos membros da administração, ocupando o lugar de mordomos os Srs. José Constantino da Rocha, Manuel de Carvalho Bastos e Antonio Jerônimo Martins, incansáveis no bom tratamento dos enfêrmos. Mencionando que no número dos coléricos foram recolhidos três escravos, é dizer-vos que a Sociedade mostrou bem pronunciado espírito de humanidade, e que procurou colocar-se na altura de civilização de que deram exemplo as autoridades e a heróica população desta capital. Nessa ocasião acudiram com dádivas para tratamento dos doentes os seguintes srs. aos quais a sociedade é reconhecida em nome da humanidade aflita:

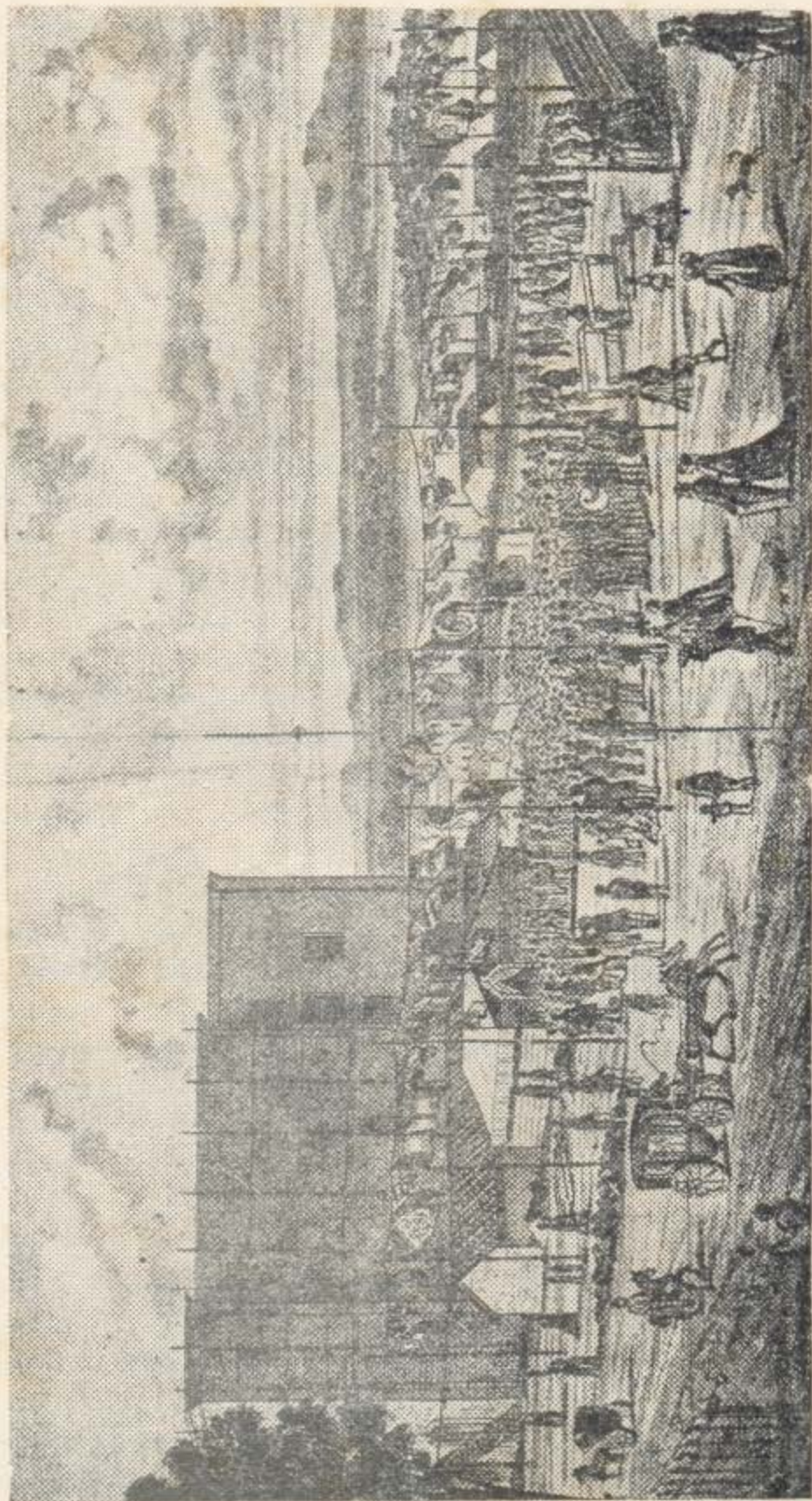
Porto Irmãos & C.º	150\$000
José Manuel Felizardo	100\$000
Joaquim Pinto de Faria e Silva	100\$000

Com roupas e dietas:

Os Ilms. srs. Dr. Chefe de Polícia Gervasio Campelo Pires Ferreira, Francisco Pereira da Rocha Paranhos, Agostinho Dias Machado, José da Costa Dias, João Henrique de Souza Mariante, D. Margarida do Nascimento Pereira, José Henrique Mariante e D. Felisberta Luiza de Abreu”.

Mas apesar de tudo isso e dado o grande anseio de verem afinal a Sociedade com um hospital em condições, resolveram, voltando à idéia do sr. Presidente, emitida em seu relatório de 1865, apresentado em 1866, tratar da construção do novo e definitivo prédio para a séde e hospital.

A primeira cousa que então aconteceu, dado o entusiasmo de todos, foi o nobre gesto do dr. Dionísio de Oliveira Silveiro e sua Exma. esposa D. Maria Sofia da Silva Freire Silveiro, doando á Sociedade um



Lançamento da pedra fundamental do hospital da Beneficência Portuguesa, em 1867, conforme
litografia da época, publicada no semanário «Sentinela do Sul».

terreno para o fim, sito no Caminho da Aldeia, quasi esquina da rua União onde se estava erguendo a Igreja de N. S. da Conceição, no valor de 17:370\$000. O Caminho da Aldeia passou a denominar-se, bem mais tarde, rua Independência, a rua União passou a denominar-se, logo após a inauguração da Igreja, em 1868, rua da Conceição e a praça recebeu o nome de Largo da Conceição, passando, em 1884, a denominar-se D. Sebastião, em homenagem ao 2.º Bispo do Rio Grande do Sul, D. Sebastião Dias Laranjeira.

A igreja da Conceição que se estava erguendo na esquina, teve seu início a 8-12-1861, com o lançamento da pedra fundamental, sendo a bênção solene do templo realizada a 5-12-1868 e a primeira missa festiva rezada no dia 8, dia de N. S. da Conceição.

O local era magnífico e futuroso e o terreno amplo. O céu ajudava a benemérita Sociedade e seus ativos, desinteressados e patrióticos membros.

De posse do terreno, entregaram-se ao plano do edificio que seria consagrado, como aliás já o fôra a Sociedade desde o início, á proteção de São Pedro, padroeiro, também, do Rio Grande do Sul.

Por isso resolveram celebrar a festa da pedra fundamental a 29 de Junho, dia do santo padroeiro da gleba gaucha pela qual tantos e tantos portugueses, continentais e ilhéus, derramaram seu sangue e, com lagunistas e bandeirantes, a conquistarem para Portugal e para o Brasil, como herdeiro de Portugal, ao declarar-se independente, em 1822.

No dia 15 de Junho, em Assembléia do Conselho Deliberativo, resolveram preparar em definitivo as festividades, para o que nomearam as seguintes comissões:

Para convidar padres e obter paramentos: — Srs. Joaquim da Rocha Ramos, José Martins Soares e Joaquim Martins Gomes.

Para ornamentar o terreno com bandeiras, etc.: — Manuel José Pinheiro da Costa, Antonio Márques Alfama, Manuel de Carvalho Bastos.

Para arranjo do barracão: — Manuel José de Azevedo, Francisco Pinto Soares, José Constantino da Rocha.

Para a pedra e copo d'água: — Manuel da Rocha, Manuel Gomes Junior, José Fernandes Granja.

Para convites: — Antonio Francisco Pereira dos Santos e Francisco Ventura Perfeito.

Como se vê, o espírito prático imperava: comissões pequenas para serem eficientes. E que o foram, não resta a menor dúvida. Basta passar-se os olhos pelo noticiário dos jornais de então.

O ato do lançamento da pedra fundamental foi soleníssimo e assim o descreveu o periódico ilustrado **Sentinela do Sul**, em seu n.º 2, ano I, de 14 de Julho de 1867, acompanhando a descrição de expressiva litografia:

— “É uma cerimônia tocante a colocação de uma pedra fundamental, porque preside a ela a idéia que a caixa de fôlha que se deposita no fundo da mesma, será aberta algum dia, em séculos talvez, e

quando daqueles que levantaram o edifício nem cinzas mais restam. Uma geração futura, diferente em tudo da que hoje levanta o edifício, ávida abrirá então aquela caixinha, e mergulhará as vistas no longínquo passado, abençoando a memória daqueles que trabalharam para os vindouros. O estado de progresso em que então se achará o país, a civilização levada ao auge, não impedirão que se reconheça o muito que fizeram os antepassados em épocas muito diversas, quando tudo ainda era lutas e dificuldades.

“É assim que também algum dia, quando Porto Alegre já for um rico empório comercial, comunicando com os países longínquos pelo telégrafo, ligando a maior parte da América do Sul pelos caminhos de ferro; quando quinduplicada estiver a sua extensão e seus habitantes em progresso e adiantamento rivalizarem com os do velho mundo, então quiçá já decaído da sua supremacia em civilização, se abrirá a caixinha de fôlha que no dia 29 de Junho passado foi depositada na pedra fundamental do novo edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

E a abertura dessa caixa ensinará então aos vindouros, que o pugilo de portugueses, hoje residente nesta capital, fazendo da vontade força e vencendo todos os obstáculos, conseguira formar uma brilhante e bem constiutada sociedade de beneficência, que muitos e valiosos benefícios tem feito aos seus compatriotas, indigentes e à população em geral em quadra bem medonha, qual a do cólera, que acabamos de atravessar.

Então os nossos descendentes, respeitosos se descobrirão ante essa relíquia do passado, e farão póstuma justiça à geração que há muito desaparecera.

Honra aos portugueses que com tanta dedicação e pertinácia tem levado em constante progresso a sua humanitária sociedade; honra a êles que vão enriquecer Porto Alegre com mais um belo edifício”.

E, a seguir, declara o referido periódico:

“O ato teve lugar com toda a magnitude própria de tais cerimônias, estando presentes ao srs.: Exm.º Presidente da Província, Dr. Chefe de Polícia, vice-consules de França, Inglaterra e Saxônia, agente consular dos Estados Unidos e grande número de cidadãos portugueses e nacionais.

O secretário da Sociedade, Sr. Francisco Ventura Perfeito, leu a ata do lançamento, que gravada em uma lâmina de prata foi depositada na respectiva caixa de fôlha, onde depois de assinada a ata, foi esta recolhida junto com a pena de ouro que serviu para a assinatura, e fôra doada para êsse fim pelo sr. João Antonio Rosa, e com uma moeda e uma declaração, oferecidas pelo sr. vice-consul francês, sendo batidas as duas pedras pelo Exm.º sr. Presidente da Província e Dr. Chefe de Polícia, com martelo de prata, apresentado aos ditos srs. pelo Presidente da Sociedade, o Ilm.º Sr. Antonio Francisco Pereira dos Santos.

Findo o ato do lançamento, um brilhante copo d'água foi oferecido pela Diretoria da Sociedade aos illustre convidados, sendo feito diversos brindes".

Devemos notar que o "copo d'água" de que trata a notícia e para o qual fôra nomeada uma comissão especial, eram vinhos portugueses, especiais, pois a expressão "copo d'água" era uma maneira modesta de referir-se ao que seria oferecido. Ainda na época era de uso comum, e mesmo na actualidade não raro a ouvimos.

A ata então lavrada, gravada em placa de prata, dizia(*):

A C T A

Aos 29 dias do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1867. — Governando a Santa Igreja o Soberano Pontifice Pio 9.º, Imperando no Brasil S. M. o Senhor D. Pedro 2.º, Reinando em Portugal S. M. o Senhor D. Luiz 1.º, foi principiado este edificio para servir de hospital aos socios da Sociedade Portugueza de Beneficencia, de que é protetor S. M. El-Rei o Senhor D. Fernando, nesta cidade de Porto Alegre, capital da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Imperio do Brasil, sendo presidente o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Bispo Diocesano o Exm. e Revm. Sr. D. Sebastião Dias Laranjeira, e vice-consul da nação portugueza nesta cidade o Illm. Sr. Francisco José Bello.

Este terreno foi doado pelo benemerito e philantropico socio o Illm. Sr. Dr. Dionizio d'Oliveira Silveiro, e sua Exma. esposa a Sra. D. Maria Sofia da Silveira Freire Silveiro.

A administração da sociedade é composta:

Presidente: Antonio Francisco Pereira dos Santos.

Vice-presidente: Antonio José Gonçalves Bastos.

1.º Secretario: Francisco Ventura Perfeito.

2.º dito: José Martins Soares.

Tesoureiro: Manuel de Souza Ferraz.

Vogaes: Manoel da Rocha.

Joaquim da Rocha Ramos.

Conselho Deliberativo: Manoel José Pinheiro da Costa.

Antonio Jeronymo Martins.

Antonio Marques Alfama.

Manoel de Carvalho Bastos.

Manoel José de Azevedo.

Antonio José de Meirelles.

José Constantino da Rocha.

(*) — Modernizamos a ortografia de todos os documentos transcritos no decurso desta obra. Entretanto, e por se tratar de documento único e especial, em memória, resolvemos CONSERVAR a ortografia da ata lançada na pedra fundamental.

Joaquim Martins Gomes.
Manoel Gomes Junior.
Francisco Pinto Soares.
José Fernandes Granja.
José Bernardes da Rocha.

Foi nessa solene festividade que a Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência apresentou às autoridades presentes, Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, D. Sebastião Dias Laranjeira, Dr. Chefe de Polícia, oficiais do Exército Brasileiro, consules e outras autoridades, a bela planta do edificio, feita pelo engenheiro Frederico Heydtmann, e o desenho da fachada que o então ainda moço litógrafo Inácio Weingaertner (pái do grande pintor riograndense do sul Pedro Weingaertner) desenhou, sendo impressa por Wiedmann & Weingaertner, para ser distribuída no ato inaugural do hospital.

Apreciadíssima por todos, tanto a planta como a bonita fachada, o Exm.^o Sr. Presidente da Província, Dr. Homem de Melo, cidadão franco e sincero nas suas opiniões, declarou sem reбуços:

— É muito bonita, muito grandiosa, mas é pena que fique no papel.

“Estas palavras, — disse um cronista, — calaram fundo nos corações dos patricios presentes e todos animados do mesmo patriotismo e abnegação e perseverança, para não verem fracassada a sua grande idéia, com a realização de tal vaticínio, dedicaram-se á grande obra”. E foram avante.

Presidida pelo dinâmico presidente Antonio Francisco Pereira dos Santos, a colônia portuguesa não mediu sacrifícios, desdobrando-se por todas as formas sem poupar esforços, e, antes de terminar o ano de 1867, já o edificio estava em meio, graças, também, á atividade do executante o mestre de obras Antonio José da Silva Porto que trabalhou abnegadamente.

O Dr. Homem de Melo, ao desacreditar na concretização da obra planejada pelos portugueses do Rio Grande do Sul, pensara, por certo, no Asilo de Santa Teresa, criado pelo Decreto Imperial, de S. M. I. o sr. D. Pedro II em 1845. É que o asilo então oficialmente criado e planejado com entusiasmo, arte e bom gosto, iniciado há longos anos, ali estava ao sopé do morro de Sta. Teresa, com frente para a praia do Cristal, no Menino Deus, completamente paralizado e até hoje (1954) não concluído, apesar de existir, quasi junto a êle, a grandiosa obra do podre Joaquim Cacique de Baros que, ao começar seu Asilo para a Velhice desamparada, obra particular, não poudo incorporar as “ruínas” do asilo de Santa Teresa.

Os portugueses, entretanto, quizeram demonstrar, — e o demonstraram á sociedade, — que sabiam querer e que, sabendo querer, não lhes faltava ânimo, pertinácia, para transformar aquelle “querer”

em poderoso esforço capaz de levar de vencida o mais audacioso empreendimento.

É que neles continuava vibrando e agindo o velho espírito lusíada, glorificado e imortalizado pelo maior gênio da língua portuguesa — Luís de Camões. E assim como no Brasil, em todo o mundo, a animosidade portuguesa era a mesma, o mesmo o seu sentir, o mesmo o seu espírito de trabalho e progresso.

E essa fôrça animosa da proveccta e dinâmica colónia portuguesa parecia irradiar entusiasmo, contagiando gregos e troianos, de modo que, por isso, nunca lhe faltou apóio, principalmente popular, mesmo nas horas dolorosas para a nação brasileira.

A primeira manifestação dêsse arroubo entusiástico, verificou-se logo após o início das obras. Estava em Porto Alegre, naquela época, o grande flautista francês apesar de seu nome alemão, **Monsieur Reichert**, que deliciara o público portoalegrense com magníficos concêrtos no Teatro São Pedro.

Na ocasião andavam também entusiasmados os franceses com a obra iniciada pelos portugueses e a prestigiaram muito, chegando a criar depois, a 1.º de Outubro de 1867, a sua Société Française de Bienfaisance, conforme já vimos. Por isso não foi difícil a Mr. Reichert consagrar a renda integral de um de seus concêrtos à obra da Beneficência Portuguesa. E tão concorrido foi êsse cocêrto que rendeu, líquido, à Sociedade, a quantia de 1:420\$540. Como agradecimento da Sociedade, o ilustre flautista foi agraciado com o título e diploma de benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

E temos, ainda, que notar esta curiosidade que consta do relatório relativo ao ano de 1867:

“O súbdito francês sr. Cristóvão Colomb, de idade de 83 anos, doou á Sociedade rs. 1:831\$330 em dinheiro, e conforme seus desejos, foi admitido como pensionista, percebendo além disto dez mil reis mensais”.

Esta era, também, uma das finalidades da Sociedade: asilar os velhos e amparar a todos os sócios necessitados, especialmente os portugueses mesmo não sócios por não o permitir sua situação financeira. São inúmeros os casos em que a Sociedade mandava para outras localidades portuguesas enfêrmos, a conselho médico, pagando ela as despesas dos sócios! E quantos outros, cuja miséria era comprovada, foram repatriados, porque em Portugal estavam suas famílias!

Desde 1854, ano de sua fundação, tais casos se verificaram. Era, pois, de justiça que também os melhores aquinhoados cooperassem com uma obra tão grandiosa e tão meritória, quer como beneficente apenas, quer como hospitalar.

Por isso vamos enontrar, a partir de 1867 uma série de espetáculos e concêrtos realizados no Teatro São Pedro e em Teatros particulares, em beneficio da obra da colónia portuguesa em Porto Alegre. Dentre essas primeiras, destaca-se a grande festa de 4 de Agos-

to, concôrto organizado pelo sr. José da Silva Melo Guimarães "no salão da **Soirée Porto Alegrense**", com o concurso do "Ilmo. Sr. Joaquim José de Mendanha e seus companheiros que gratuitamente se prestaram a abrilhantar o mesmo concôrto". Foi uma festa extraordinária em que compareceu a élite portoalegrense e toda a colónia portuguesa.

Surgiram, também, donativos de todos os lados: Em Porto Alegre destacaram-se, após os doadores do terreno, as seguintes pessoas com expontâneos e valiosos donativos:

Exma. Sra. D. Leocádia Joaquina de Sousa Teles;

Srs. João Batista Soares da Silveira e Sousa, e Francisco Antonio Borges.

Do interior do Rio Grande enviaram auxílios diversas pessoas de Alegrete, São Borja, Cruz Alta, São Gabriel, Santa Maria, Rio Pardo e Cachoeira, cujos nomes, infelizmente, não nos foi possível conseguir com exatidão.

Praticamente, ao encerrar-se o ano de 1867 a Sociedade Portuguesa de Beneficência estava vitoriosa e sua obra, em franco andamento, não corria o mínimo risco de paralização.

A profecia do sr. Presidente da Província, Dr. Homem de Melo, ruindo por completo, fora notavel incentivo àquela gente animosa, descendentes da velha estirpe do "antes quebrar que torcer", que fundou e sustentou Portugal.

* * * *

CAPÍTULO VI.

DESENVOLVE-SE A OBRA.

O ano de 1868 foi iniciado com a reeleição de toda a Diretoria, menos o sr. Antonio José Meireles, do Conselho, que foi substituído pelo sr. José Moreira da Silva, avô do ilustre médico pediatra Dr. Raul Moreira e do poeta Alvaro Moreyra, sendo proposto "um voto de reconhecimento ao presidente sr. Antonio Francisco Pereira dos Santos, assim como a colocação do seu retrato e do de sua Exma. esposa D. Teresa Ferreira Porto Santos, na sala de honra, à custa da Sociedade, pelos relevantes serviços que prestaram à mesma", — "o que se venceu por unanimidade", sendo cumprido.

Adiantadas iam as obras do novo hospital. Contudo, os recursos da Sociedade não aumentavam em proporção, apesar da boa vontade verificada em toda parte, inclusive nos teatros de Porto Alegre. Para as obras recebia a Sociedade, seguidamente, material de construção: pedras, calça, madeiras, tijolos... De quando em quando alguém pagava a mão de obra de um ou outro operário ou o transporte de materiais. A cooperação era, mesmo, comovedora. Que exemplo de unidade e fraternidade, amor e concentração de vontade em torno de um ideal! E não se diga que tal somente se verificou em Porto Alegre. Não. Foi o mesmo no Rio de Janeiro, seria o mesmo, em 1859, em São Paulo, e ainda o mesmo em todas as localidades em que os portugueses se reuniram, sem excluir brasileiros e outras nacionalidades, em torno de ideal semelhante.

A população portoalegrense, pelo que se verifica, correspondeu à altura, pois tudo quanto era feito em benefício da Sociedade Portuguesa de Beneficência tinha seu apôio. As próprias sociedades teatrais particulares, pobres e modestas, prestaram eficiente colaboração à obra da Beneficência Portuguesa.

A Sociedade Particular Ginásio do Comércio, por exemplo, deu vários espetáculos em benefício do hospital. Compunham o elenco amador daquela sociedade, os srs. Joaquim P. Vieira, Antonio de Azevedo Lima, Higino Lopes Duro, Luis Francisco Cavalcante de Albuquerque (redator do "Jornal do Comércio" de Porto Alegre), Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Teodolindo Antonio da Rosa, Augusto Teixeira Cardoso, Luis Franclin de Vasconcelos Ferreira, Joaquim Francisco de Sousa Mota, José Fonseca Barandas, José A. Coelho da Silva, Antonio C. Dias Moura Junior, Porfírio P. G. dos Santos e outros, fi-

gurando, entre as senhoras, Ds. Mância Ferreira Soares e Ana Maria Ferreira e mais algumas.

A primeira récita em favor da Sociedade Portuguesa de Beneficência, foi realizada a 12 de Janeiro de 1868, e intitulava-se "Recreio Particular no Teatro São Pedro em favor da construção do Hospital de Beneficência".

Dizia o anúncio:

"Subirá à cena depois da orquestra do distinto maestro Mendanha ter executado uma ouverture, o novo drama em 3 atos — A CIGANA BRASILEIRA.

Personagens os srs.:

Anacleto, capitão de ciganos — Franclin L. de V. Ferreira.

Pedro, fazendeiro, pai de Alvaro — J. da F. Barandas Junior.

Alvaro, amante de Carolina — José A. Coelho da Silva.

Carolina, cigana, filha adotiva de Anacleto — Mância Ferreira Soares.

Ciganos do bando:

Faustino — José da Fonseca Barandas.

Luis — Antonio C. Dias Moura Junior.

Beltrão — Porfírio P. G. dos Santos.

Gertrudes — Ana Maria Ferreira.

Augusta — Figueiredo.

Ciganos, criados, etc.

O recreio terminará com a comédia em 1 ato: AS FILHAS QUE ENGANAM SEUS PAIS.

Principiará às 8 1/2 horas da noite.

Em 1868 esteve em Porto Alegre o "menino prodígio", Luis Emilio de Vasconcelos, pianista, que toda a imprensa elevou, salientando a magnificência de sua execução e, também, de suas composições.

O menino Luis Emilio de Vasconcelos e seu piano foi a nota culminante do ano.

Todas as suas récitas, — e não foram muitas, — estiveram à cunha. O Teatro São Pedro se tornara pequeno para a multidão de apreciadores da boa música e curiosos que desejavam ver o tão falado "menino prodígio".

Pois esse menino resolveu, também, oferecer uma de suas récitas em benefício das obras da Sociedade Portuguesa de Beneficência. O espetáculo, porém, seria diferente: música pelo menino Vasconcelos e teatro, no palco, onde representariam uma comédia drama os artistas da Sociedade Particular Ginásio do Comércio, e outros que gentilmente se ofereceram. Foi esse, portanto, um programa duplo, de êxito retumbante, devendo, nêle, salientar-se ainda a cooperação da menina Luisa Paranhos, de Porto Alegre, filha do sr. Antonio da Silva Santos Paranhos que foi o n.º 6 dos sócios da Beneficência Portuguesa, em 1854.

O programa desse notavel concôrto-teatro rezava:

TEATRO SÃO PEDRO. — Quinta-feira, 27 de Fevereiro de 1868.

Tendo-se oferecido generosamente o menino pianista Luis Emilio de Vasconcelos para tocar em um espetáculo em benefício das obras do novo hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Diretoria da mesma sociedade dirigiu-se a alguns amadores e solicitou seu concurso para levar a efeito a exibição de um espetáculo dramático que, coadjuvado pelo menino, preenchem o fim pelo mesmo menino iniciado, e obteve êsse valioso auxílio, com o qual terá lugar o espetáculo.

Depois que a orquestra dirigida pelo distinto maestro Mendanha houver executado uma linda ouverture, principiará o espetáculo pela ordem seguinte:

1.^a Parte

O menino Vasconcelos tocará o difícil e brilhante **Carnaval de Roma**.

2.^a Parte

O primeiro ato da comédia-drama de A. Cesar de Lacerda, que tem por título **CINISMO, CETICISMO E CRENÇA**.

3.^a Parte

O menino Vasconcelos tocará uma bonita fantasia da ópera — **Puritanos**, — por Beyer e o miserere da ópera **Trovador**.

4.^a Parte

O segundo ato do drama.

5.^a Parte

O menino Vasconcelos acompanhado pela menina D. Luisa Paranhos, tocará a linda fantasia a quatro mãos, da ópera **O Diabo Coxo — La Cachucha**.

6.^a Parte

O menino Vasconcelos tocará uma fantasia da ópera **Norma**, por Beyer; a bonita polca **Adeus Brasil**, composta pelo mesmo menino, e o **Hino Nacional**, por F. M. da Silva.

Terminará o espetáculo com a exibição da espirituosa comédia em um ato **AS DUAS BENGALAS**.

Os srs. que quizerem concorrer a um espetáculo cujo fim é tão humanitário, queiram dirigir seus pedidos, tanto de camarotes como de cadeiras, à rua Sete de Setembro n. 8.

Principiará às 8 1/2 horas da noite.

Depois destes, outros programas teatrais foram levados a efeito e, sempre, com tanta economia, — o que demonstra o espírito de sacrifício daqueles beneméritos membros da Sociedade Portuguesa de Beneficência, — que a própria Diretoria e Conselho "encarregaram-se da passagem dos bilhetes, o que produzia mais valiosa receita". Tomaram, também, a si o encargo de porteiros e bilheteiros no teatro.

Dentre as demais representações teatrais e de circo em benefício da Sociedade Portuguesa de Beneficência, não podemos deixar sem referência especial a realizada pelos artistas portugueses, "Pena e Bastos, célebres acróbatas do Palácio de Cristal Portuense" — "brindados em seus trabalhos por S. M. El rei D. Fernando", realizada a 5 de Novembro de 1868, e à qual o semanário ilustrado **Sentinelado Sul**, em seu número de 8 de Novembro, assim se refere:

"... achando-se o teatro literalmente cheio, deram os acróbatas portugueses Pena e Bastos seu último espetáculo, em benefício da Sociedade de Beneficência Portuguesa. — O espetáculo correu bem, e os artistas foram freneticamente aplaudidos. — Duas poesias foram

recitadas e duas medalhas de ouro foram-lhes oferecidas em nome da Sociedade beneficiada".

No "Jornal do Comércio", de Porto Alegre, de 7 de Novembro, figura o seguinte agradecimento:

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

A Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, não tendo outro meio para patentear o seu reconhecimento aos insignes acróbatas srs. Pena e Bastos, aos artistas dramáticos srs. Mota e Rocha, ao sr. Elói José Fernandes Lima, às Sociedades de Música Imperial Harmonia e Sete de Setembro, que tomaram parte no espetáculo oferecido em benefício da Sociedade pelos dois primeiros, e finalmente a todas as pessoas que concorreram para o mesmo benefício, pede-lhes que aceitem este fraco mas sincero testemunho de sua gratidão. — Igualmente agradece os incansáveis esforços e valiosos serviços prestados pelos srs. membros do Conselho Administrativo desta Sociedade; e ao sócio sr. Joaquim Pinto Vieira, a sua coadjuvação. — Porto Alegre, 6 de Novembro de 1868.

Como se vê, a cooperação vinha de todos os lados. Boa vontade e espírito de caridade não faltavam. Mas; apesar disso, a 15 de Agosto, antes, portanto, do benefício dos acróbatas, o Presidente declarou em sessão que "a Sociedade está lutando com dificuldades pecuniárias para levar a efeito o seu programa".

Os Estatutos proibiam que fosse desfalcado o patrimônio composto de apólices e ações. Por isso, e como não houvesse dinheiro le contado, propoz fizesse a Sociedade um empréstimo de doze contos de reis, sem juros, garantido pela propriedade da rua da Figueira que deveria ser vendida logo que as obras do novo hospital estivessem concluídas e para êle transportados os enfêrmos.

A idéia do sr. Presidente nem sequer foi discutida, subscrevendo, de imediato os seguintes srs. sócios:

Antonio Francisco Pereira dos Santos	1:100\$000
Manuel de Souza Ferraz	1:000\$000
Manuel José Pinheiro da Costa	500\$000
Francisco Pinto Soares	500\$000
Antonio José Meireles	500\$000
Manuel José de Azevedo	500\$000
Subscreveu mais o presidente, com autorização de	
Manuel Pinto da Fonseca	1:000\$000
Antonio Domingues	1:000\$000
Antonio da Rocha	1:000\$000
Manuel Gonçalves Cruz	1:000\$000
João José de Carvalho	1:000\$000
Manuel da Rocha	500\$000
Ventura Pinto de Oliveira	500\$000
João Batista Soares da Silveira e Sousa	500\$000

Lopo Gonçalves Bastos	500\$000
Joaquim Martins Gomes	300\$000
Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro	300\$000
Francisco Nunes Pereira	300\$000

Total 12:000\$000

No ano seguinte, 1869, reeleita toda a Diretoria, o sr. Presidente, em reunião do Conselho, de 18 de Abril, apresentou a seguinte proposta unanimemente aceita:

"Nós abaixo assinados, desejando muito ver concluídas as obras do novo hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência para que, o mais breve possível, se preste aos humanitários fins a que se destina, e sabendo que a incansável e zelosa administração, apesar dos seus esforços e primeiro empréstimo que foi feito à Sociedade para ser pago com o produto da venda das suas propriedades à rua da Figueira, ainda carece de meios pecuniários para acabar a obra, vem espontaneamente oferecer à administração da referida Sociedade um segundo empréstimo sem juros, ou qualquer onus e nas mesmas condições, para ser remido como o primeiro quando vendidas as propriedades supraditas.

Porto Alegre, 7 de Abril de 1869.

(Assinados:)

Antonio Francisco Pereira dos Santos	1:000\$000
Antonio José Gonçalves Bastos	1:000\$000
Antonio Domingues	1:000\$000
Manuel Pinto da Fonseca	1:000\$000
José Antonio Coelho Junior	500\$000
José Antonio Passos Junior	500\$000
Domingos Gonçalves Martins d'Oliveira	500\$000

Total 5:500\$000

Com esses auxílios, já em Maio estava levantada a cumieira e iniciado o argamassamento da fachada.

O projeto indicava, ao alto do frontispício, os escudos português e brasileiro, entrelaçados. Chegara o momento de se tratar da confecção daquelas insignias. Apresentou-se, então, a Exma. Sra. D. Teresa Ferreira Porto dos Santos, digna esposa do Presidente, oferecendo os escudos gravados em mármore.

De Portugal chegava, também, a escadaria de granito para a porta principal de entrada, oferta do arquiteto português sr. Manuel Lopes da Costa Soares.

As obras iam apressadamente e tudo indicava que, se houvesse dinheiro suficiente, dentro de poucos meses poderia ser inaugurado o edifício.

Mas... o dinheiro escaseou novamente. Então o Conselho Deliberativo em sessão de 24 de Outubro "autorizou o Presidente a contrair um empréstimo de oito contos de reis, com juros e a garantia do novo edifício". Ao mesmo tempo ficou resolvido "fazer-se um bazar de prendas em benefício do patrimônio social".

O bazar foi feito, mas o empréstimo não se efetuou porque os drs. José Bernardino da Cunha Bittencourt, médico do hospital e depu-

tado provincial, e Fausto de Freitas e Castro procuraram obter as boas graças da Assembléia Provincial, e o conseguiram, no sentido de ser concedida uma extração da Loteria da Província em benefício da instituição. Como, porém, a extração ainda demorasse, o sr. Presidente do Rio Grande do Sul, mandou abonar por adiantamento a quantia de .. 6:000\$000.

E, assim, chegou o ano de 1870 que se iniciava festivamente dadas as ótimas notícias chegadas do campo da luta, no Paraguai.

A Câmara Municipal desde fins de 1868 vinha se preparando para os festejos da conclusão da guerra. O ano de 70 trouxe novos alentos com as ótimas notícias divulgadas pela imprensa nos primeiros dias de Janeiro. Finalmente, a 1.º de Março, morria o ditador paraguaio Solano López, dramaticamente, nas barrancas do Aquidabanigui, afluente do rio Aquidabã, nas proximidades de Cerro Corá. A notícia divulgou-se logo. Os regozijos pela paz foram intensos e Porto Alegre viu-se ornamentada com imponentes "arcos de triunfo" em diversas ruas, sendo os mais belos e expressivos os da rua dos Andradas.

Houve missas de ação de graças, de requiem, solene Te Deum oficial, passeatas, bailes e luminárias. A cidade estava alvoroçada e a Sociedade Portuguesa de Beneficência unindo-se ás celebrações não descuidava, contudo, sua grandiosa obra prestes a ser concluída.

Em Janeiro o Conselho Deliberativo havia resolvido não fazer eleição, apelando para que todos da Diretoria e Conselho continuassem firmes nos seus cargos.

Voto unânime e magnífico de confiança este do Conselho aplaudido por todos os sócios! Aliás, a digna e dinâmica Diretoria bem merecia tão consagrada manifestação, pois do quasi nada da Sociedade havia feito, com sua abnegação e dedicada persistência, a grandiosa obra que deveria ser inaugurada festivamente no dia de seu patrono e patrono da Província — São Pedro.

A 29 de Maio fizeram uma sessão especial para tratar das festividades da inauguração, resolvendo nomear comissões que de tudo se encarregariam.

Havia uma para a organização do programa e distribuição de convites, da qual fazia parte o presidente.

Havia outra para a consecução de roupas para o hospital, composta dos srs. Antonio Pereira dos Santos, Souza Ferraz, Martins Soares e Gonçalves Bastos.

Mais uma para tratar da iluminação exterior do edificio, das bandeiras e enfeites, compostas dos srs. Manuel José Pinheiro da Costa, Francisco Pinto Soares e Francisco José Domingues.

Os festejos, porém, eram amplos e estavam ainda programados uma exposição que, pelo seu character, requereu a cooperação de uma comissão bastante grande: Joaquim da Rocha Ramos, Manuel da Rocha, Manuel José de Azevedo, Antonio Márques Alfama, José Moreira.

da Silva, A. J. de Carvalho Bastos, A. F. Pereira dos Santos e M. de Carvalho Bastos.

Seria uma exposição de marcar época, e a primeira que se faria em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Exposição geral, não só cousas de luxo e donativos como de comércio e indústria. E tudo seria vendido com pequeno lucro para o hospital. Foi verdadeiro êxito. Entretanto, o que maior sucesso causou foi o grande concôrto a que se seguiu estrondoso baile. Foi o que produziu a maior renda das festas inaugurais. Esse concôrto e esse baile foram organizados pela seguinte comissão: A. Marques Alfama, Joaquim Martins Gomes, M. de Carvalho Bastos, J. Fernandes Granja, Manuel Gomes Junior e José Constantino da Rocha.

A 21 de Junho a imprensa da capital publicava o seguinte anúncio:

“A DIRETORIA E CONSELHO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA deliberou realizar a exposição e leilão de ofertas que terá lugar no dia 26 do corrente ás 11 horas da manhã; a bênção do novo edificio no dia 28 ás 4 horas da tarde e finalmente a inauguração do novo hospital no dia 29 ás 11 horas da manhã, com missa cantada e sermão, dignando-se o Rev. Sr. Governador do Bispado crismar logo depois da festa.

Para todos êstes atos são convidados todos os sócios e mais pessoas que nos queiram honrar com sua presença para maior brilhantismo. — Secretaria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, 21 de Junho de 1870. - O Secretário **Francisco Ventura Perfeito**”.

O êxito do leilão e da exposição levou os organizadores a renovarem-na e continuar até 3 de Julho, conforme se verifica das notícias da imprensa que tambem diz ter sido o edificio visitado por grande multidão.

É curioso notar-se algumas das cousas expostas e postas em leilão no dia 26, leilão de prendas e animais vivos: galinhas, leitões, perús, patos, a par de tecidos, jóias, quinquilharias, viveres em geral, louças, porcelanas... tudo, afinal, que se pudesse imaginar na época.

No dia 28, terça-feira, véspera do grande dia e feriado provincial, ás 4 horas da tarde, S. Excia. Revma. Padre Julião de Faria Lobato, Governador da Diocese na ausência do Bispo S. Excia. Revma. D. Sebastião Dias Laranjeira que se encontrava pelo interior em visita pastoral, presidiu e lançou a bênção ao novo edificio que, no dia seguinte, ás 10 horas da manhã, foi solenemente inaugurado com uma enfermaria pronta e necessárias dependências, transportando-se para ella os enfêrmos do hospital provisório da rua da Figueira.

Reza a ata dessa inauguração:

“Aos 29 dias do mês de Junho de 1870, nesta cidade de Porto Alegre, Capital da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, ás 10 horas do dia es-

tando reunidos os membros da Diretoria e Conselho Deliberativo, as Exmas. autoridades Civis e Eclesiásticas, grande número de pessoas gradas e famílias, compareceu o Presidente da Província, Exm. Sr. Dr. João Sertório e todos reunidos na sala nobre, de pé, perante a effigie de S. M. El-rei sr. D. Fernando, foi comunicada a transladação do hospital da nossa Sociedade para o novo edificio; que tendo sido lançada a pedra fundamental em igual dia do ano de 1867, foi construido com os donativos pecuniários e materiais de muitos prestimosos benfazejos e filantrópicos senhores, não podendo deixar de especializar a Exma. Sra. D. Teresa Ferreira Porto Santos, esposa do Presidente da Sociedade, Ilm.º sr. Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos, por ter ofertado os escudos das armas que ornam a frente do hospital; por esta ocasião foram recitados dois discursos, sendo um pela simpática jovem Exma. sra. D. Maria Henriqueta Sebastiana dos Santos e outro pelo Ilm.º sr. Manuel José Gonçalves Junior, findo o que, seguiu-se a missa solene, aonde fomos rogar a Deus pela prosperidade de todos aqueles que com caridosa mão socorreram aos infelizes e necessitados; seus nomes serão especificados no relatório que será apresentado em sessão ordinária de Assembléia Geral, no próximo mês de Janeiro de 1871, e para constar lavrei a presente ata. (a) **Francisco Ventura Perfeito**, secretário”.

À noite, nos salões da Bailante, na Praça do Palácio, na época já Praça D. Pedro II, foi realizado o esplêndido concêrto abrilhantado pela banda do insigne maestro Joaquim José de Mendanha e, em seguida, o grande baile que deslumbrou a sociedade portoalegrense.

Vitoriosa estava a grande obra iniciada a 29 de Junho de 1867 e concluida, — apesar do pessimismo do sr. Presidente da Província, dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, — a 29 de Junho de 1870, justamente três anos depois, a parte central, a base da monumental obra criada pela colónia portuguesa de Porto Alegre, hoje um dos orgulhos da assistência hospitalar do Rio Grande do Sul.

* * * *

CAPÍTULO VII

BENEMÉRITOS E BENEMERÊNCIA

Governava a Província do Rio Grande do Sul desde 14 de Junho de 1869 o ilustre e benemérito Dr. João Sertório que apesar de seu curto governo (até 29 de Agosto de 1870) desenvolveu grandemente a capital, cooperando com eficiência para sua melhoria material, iniciando, graças aos esforços e boa vontade da Câmara Municipal, seu desenvolvimento e modernização de suas ruas, muitas delas quasi intransitáveis no inverno e dias de chuva. Além dessas melhorias, abriu novas ruas e transformou simples estradas entre chácaras, como a da Aldeia dos Anjos, na larga e bonita rua que receberia o nome de Independência.

Foi o Dr. João Sertório quem assinou a doação da Loteria da Província feita pela Assembléia e, compreendendo o alto alcance da obra da Sociedade Portuguesa de Beneficência, mandou entregar á Diretoria, antecipadamente, a quantia de 6:000\$000, conforme vimos.

Quando, a 15 de Agosto de 1868 foi feito o primeiro empréstimo sem juros, no total de 12:000\$000, ficou êle garantido pelo imovel da rua da Figueira que seria vendido logo que se transportassem os enfermos e o material hospitalar para o novo prédio.

Em 1869 novo empréstimo de 5:500\$000 foi feito nas mesmas condições.

Estava, assim, o imovel em apreço onerado com 17:500\$000, valor que lhe fora atribuido pela boa vontade dos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo.

Sómente em Outubro de 1870 conseguiram vender o prédio da rua da Figueira e por êle a Sociedade obteve apenas a quantia de 15:000\$000, oferecidos por José Antonio da Silveira Magalhães e, êsses mesmos, com o pagamento de 7:500\$00 á vista e o restante em letra afiançada pelo sr. João Batista Soares da Silveira e Souza.

* *

O benemérito presidente, Antonio Francisco Pereira dos Santos, ao iniciar-se o ano de 1870 recebera o título de Comendador pelos relevantes serviços prestados, o que foi motivo de justo júbilo entre a honrada e dinâmica colónia portuguesa de Porto Alegre.

Ao tratar-se, em Janeiro de 1871, da nova Diretoria e Conselho, foi reeleito mais uma vez o sr. Comendador Pereira dos Santos, sendo tambem reeleitos mais dois ou três, entre os quais o benemérito tesoureiro, sr. Manuel de Souza Ferraz, eleito pela primeira vez em 1867. A vice-presidência coube ao Comendador João Batista Ferreira d'Azevedo e a Secretaria (1.º Secretário) ao sr. Manuel Rodrigues Viana.

Ao iniciar-se o ano de 1871, já no novo hospital estava pronta a Capela e por essa razão, e proposta do sr. Vice-presidente, em sessão de 12 de Fevereiro, teve o hospital seu primeiro capelão que foi o Rev. Padre Joaquim Cirilo da Cunha.

Ainda na mesma sessão foi o presidente autorizado a "comprar 40 palmos de terreno á rua União (hoje da Conceição) para ampliar e quadrar o terreno da Sociedade".

O tesoureiro Ferrás, entretanto, explicou "que a Sociedade continuava lutando com grandes dificuldades para o completo das obras e que assim propunha, quando efetuada a compra dos 40 palmos de terreno, que se tirasse dêle só o necessário para quadrar o terreno dos fundos do hospital e mais 15 palmos contíguos aos fundos da Igreja da Conceição, para ser edificado um portão para serventia do hospital por aquela rua e se vendesse o restante, proposta esta que foi aprovada".

Em Março, despediu-se de seus companheiros de trabalho o grande presidente Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos que pretendia fixar residência no Rio de Janeiro, como realmente o fez, prestando relevantes serviços à Sociedade Portuguesa de Beneficência daquela capital. A perda era sensível. Além disso, amigo de todos, benquisto e querido, o pesar se tornou geral. E a Sociedade resolveu prestar-lhe uma homenagem que consistiria num almoço à bordo no momento de o acompanharem até Pedras Brancas (hoje Guaíba), para o que fretariam um vapor. Entretanto foram necessários cinco vapores, tal a multidão que acorreu ao bota-fora do ilustre e magnânimo Comendador Pereira dos Santos. E, no dia do embarque, cinco vapores literalmente cheios, acompanharam o vapor **Guaíba** que conduziria S. Excia. para o Rio de Janeiro.

Por ocasião do banquete o 2.º Secretário, sr. Joaquim Pinto Vieira, em nome da Sociedade, pronunciou o seguinte discurso:

Ilm.º Sr. Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos. — A Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, legitimamente representada pela Diretoria e Conselho Deliberativo, vem neste momento solene dar a V. S. o seu adeus de despedida. A Sociedade Portuguesa de Beneficência, sr. Comendador, jamais poderá esquecer os muitos e valiosíssimos serviços que deve à proverbial filantropia de V. S. E ela tem inteira convicção que em a pessoa de seu presidente vai também a maior parte da sua prosperidade futura. Há quatro anos era utopia a idéia de se construir um hospital onde fossem convenientemente tratados os enfêrmos desta Sociedade; hoje devido à incançável solicitude de V. S. é realidade, e realidade perduravel, tão esplêndida que nela se reverá com justíssimo orgulho a colônia portugusa nesta Capital". (Seguem-se mais algumas palavras de elogio e despedida ao ilustre presidente).

Eram de justiça e realidade estas palavras que refletiam o sen-



FACHADA PRINCIPAL DO HOSPITAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA

timento unânime dos membros da Diretoria e Conselho e dos demais sócios da Beneficência.

Ao assumir a presidência, a 1.º de Abril, o vice-presidente Comendador Ferreira d'Azevedo teceu comentários em torno da grande obra portuguesa em Porto Alegre e do trabalho beneditino do presidente que partira deixando saudades e o mais dignificante exemplo de amor ao próximo e dedicação à Sociedade e quantos a compõem.

Mas a 24 do mesmo mês de Abril, em sessão, declarava que teria que embarcar para Portugal depositando, por isso, "nas mãos do sr. Secretário os destinos da Sociedade".

A 30 de Junho, presidida a sessão pelo 1.º Secretário no exercício da presidência, ordenaram fossem pagos 50% da dívida sem juros, o que atingiria a importância de 9:950\$000, entrando, para esse pagamento, o produto do recebimento final (7:750\$000) do prédio da rua da Figueira.

E, aí, mais um gesto nobre e de desprendimento, reflexo do character altruístico daquele grupo de abnegados membros da Sociedade, se verificou: desistiram, grande parte dos credores, de receber o restante e outros de uma parte do restante. É verdadeiramente comovedor o desapego daqueles beneméritos! E que exemplo para os dias de hoje em que o egoísmo predomina e a ganância se fez lugar comum em todos os setores da sociedade!

Para memória, mencionamos, a seguir, os nomes dos desistentes, dos que doaram à Sociedade o restante do que haviam emprestado sem juros:

Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos ..	1:200\$000
Manuel de Souza Ferrás	500\$000
Comendador João Batista Ferreira d'Azevedo	500\$000
Joaquim José de Macedo Freitas Silveira	250\$000
Antonio José Gonçalves Bastos	500\$000
José Martins Soares	250\$000
Manuel José Pinheiro da Costa	250\$000
Desistiu de 20% da dívida da Sociedade:	
José Antonio Coelho Junior	100\$000
E de 10 % desistiram os seguintes:	
Manuel José de Azevedo	50\$000
Joaquim Martins Gomes	50\$000

importando, portanto, as desistências a favor da Sociedade em 3:650\$000.

E o benemérito tesoureiro, sr. Manuel de Souza Ferrás, desde sua primeira eleição, em 1867, trabalhou não só no seu cargo, como fez o de cobrador da Sociedade para poupar a comissão de cobranças! Belo e grande gesto!

Mas mesmo assim, e acrescentando-se que os mordomos do hospital pagavam muita coisa de seu próprio bolso e que grande parte das dietas eram enviadas pelos sócios comerciantes, a dívida da Socie-

dade, em 31 de Dezembro de 1871 era de 12:641\$440. O patrimônio, porém, montava a 151:133\$036, assim discriminado:

Edifício e obras em andamento	126:117\$036
Apólices e ações	19:016\$000
Moveis, roupas, utensilios e alfáias	6:000\$000

Grande era, como se vê, o patrimônio. Entretanto, praticamente, vivia a Sociedade na indigência. Centenas de sócios não pagavam suas mensalidades e ainda havia dívida e, também, obras por concluir. Momentos houve em que não havia em caixa dinheiro suficiente para adquirir meia duzia de tábuas que custavam, naquele tempo, uma insignificância — talvez cinco ou seis mil reis! Mas era preciso prosseguir. Era preciso ir ao fim. E, confiante na proteção Divina, faziam força da fraqueza e tanto lutaram que levaram a bom termo essa obra que é, hoje, orgulho não só dos portugueses que a levantaram e seus descendentes, mas do próprio Rio Grande do Sul e do Brasil.

Quanto sacrifício foi necessário para que a Sociedade atingisse o grau de prosperidade em que atualmente se encontra! Quanto esforço e quanta abnegação! Quanta boa vontade e quanta benemerência por parte dos abnegados sócios, ou melhor, de uma centena e pouco de intemeratos lutadores dirigidos por uma dezena de heróis que bem mereciam ser perpetuados no bronze para exemplo eterno!

Para que se tenha uma idéia nítida, mencionaremos, a respeito, quanto nos foi possível colher através as atas e documentos do Arquivo da Sociedade, até o raiar do século XX.

— 1872 —

— **José Fernandes Granja:** doação da imagem de São Pedro padroeiro da Sociedade e do hospital. Esta imagem, solenemente entronizada na Capela, com missa cantada a 29 de Junho e sermão, foi feita na cidade do Porto, em Portugal.

— **Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos:** mandou do Rio de Janeiro trinta colchas de fino brocado para o hospital e, para a capela, uma campainha e um par de galhetas.

— 1873 —

— O sr. **Manuel José Gonçalves Junior**, negociante e poeta insigne(*), logo que tomou posse do cargo de Secretário para que fôra elei-

(*) — Manuel José Gonçalves Junior, nascido em Portugal em 1840, veio moço para o Brasil, tendo-se estabelecido no Rio Grande e depois em Porto Alegre, onde faleceu em 1899. A morte de sua filha, Aurora, em 1897, causou-lhe dor tão profunda que o levou ao túmulo. Poeta de merecimento, havia escrito algumas odes celebrando figuras brasileiras. Bela e expressiva é a que, em 1870, dedicou ao Marquês do Herval, publicada no "Jornal do Comércio". Ao falecer sua filha, escreveu, em memória dela o poema AURORA (1897), em que existem

to na presidência do sr. Antonio Márques Alfama, organizou e fez realizar o "bazar de prendas", há tanto projetado, conseguindo, no leilão, a apreciavel quantia de 5:898\$900. Nesse "bazar" foi leiloeiro o sr. Manuel da Rocha.

— Dou-lhe uma... dou-lhe duas... dou-lhe três... — E o sr. Comendador João Batista Ferreira d'Azevedo que já voltara da Europa, cobria a maioria dos lances, tornando-se o campeão-benemérito do dia.

O hospital, desde o início, somente possuia uma enfermaria homeopática, a cargo do Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt. Nêsse ano foi inaugurada a 2.^a enfermaria do hospital, enfermaria alopata que foi entregue ao dr. Felipe Caldas que, entretanto, logo se retirou ficando a mesma a cargo do dr. Luis da Silva Flores Filho, a cujo pái, que foi vereador e presidente da Câmara, muito deve Porto Alegre de seu desenvolvimento e grandeza.

Nêsse ano de 1873, nova e grande cheia do rio Guaíba assolou a cidade. A respeito da cooperação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, diz um cronista:

— "Deu-se neste ano a grande cheia do formoso Guaíba, que tão sobressaltada trouxe esta capital. O Conselho Deliberativo pôs à disposição da então Câmara Municipal, o edificio da Sociedade para abrigar as famílias vítimas da enchente, que ficassem sem abrigo. Tão humanitária oferta foi aceita com regozijo pela referida Câmara e aí foram recolhidas 21 pessoas, às quais, durante o tempo em que nêle permaneceram, nada faltou. A administração quasi nada despendeu com esta oferta, visto que um grande número de pessoas, associando-se a ela nesta obra meritória, contribuíram com quase tudo quanto era necessário para a sua alimentação".

Nos registros da Câmara figura o agradecimento por tão nobre gesto revelador do mais acentuado patriotismo e altruismo.

Ao encerrar-se o ano de 1873 a dívida que era de 12:641\$440 em 1871 e de 8:074\$460 no ano seguinte, ficou reduzida a 2:640\$000, notando-se que houve aumento no edificio e organização de mais uma enfermaria.

— 1874 —

Eleito presidente o Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos que regressára do Rio de Janeiro, onde se não dera bem, assumiu a presidência com grande entusiasmo, aliás, característica de seu temperamento ativo e empreendedor. Infelizmente, porém, quasi nada pode fazer, pois faleceu quando o ano ia em meio. O luto, a tristeza e a desolação invadiram a Sociedade que ficou, por isso, quasi

belas descrições do Rio Grande do Sul, recordando os lugares em que esteve com sua diléta e única filha. Belíssima é a descrição que faz da praia do Tramandaí. M. J. Gonçalves Junior foi um grande poeta e patriota exaltado.

paralizada. A morte brusca do Comendador illustre foi verdadeiro choque traumático na benemérita instituição.

— 1875 —

Do relatório do Vice-presidente em exercicio, sr. José Leite da Fonseca transcrevemos:

— “É cheio do mais vivo prazer que vos venho anunciar que a Sociedade nada deve, visto termos resgatado a letra que havia sido descontada no Banco da Província e que pelos nossos antecessores ficou reduzida a 2:500\$00, mas entregando-nos para a sua amortização 466\$000. Desde que se principiou este belo edificio, é a primeira vez que um relatório pode proclamar que a Sociedade nada deve. Hoje desassombrada de dívidas se (como é de esperar) todas as administrações fizerem esforços por esta Sociedade, que não só representa a Caridade bem entendida como também o patriotismo, e todos os anos seu patrimônio for reforçado com maior ou menor quantia, ela virá a ter dias de prosperidade”.

Vivesse hoje o illustre vice-presidente e veria, com entusiasmo, a realização de seu desejo, a consecução de sua esperança e de seu ideal que era o de todos os lutadores pela causa.

E assim, sem dívida e com um aumento patrimonial de 224\$800, iniciou-se o ano de

— 1876 —

Presidindo a Sociedade o sr. Francisco José da Rocha Faria, foram reformados os Estatutos e aumentada a jóia de dez para vinte mil réis e a mensalidade de \$500 para 1\$000.

Nêsse ano o patrimônio foi acrescido de 1:125\$200.

— 1877 —

Nada houve de extraordinário, o que significa que a Sociedade marchava normalmente.

— 1878 —

Tendo-se exonerado o dr. Luis da Silva Flores Filho por ter sido eleito vereador, foi nomeado, em seu lugar, o Dr. Manuel Martins dos Santos Pena que passou a superintender a clínica alopática no hospital.

— 1879 —

Inauguram-se os retratos das beneméritas esposas dos srs. Comendador Antonio José Gonçalves Bastos e Manuel de Souza Ferrás.

— 1880 —

Violento temporal assola a cidade de Porto Alegre no mês de Agosto e, em consequência, apesar de sua solidês, o muro dos fundos do edificio desabou, causando graves danos. A cidade foi imensamente atingida, ficando diversas casas destelhadas e outras abaladas. A respeito da reconstrução do muro, em seu relatório disse o presidente sr. Manuel José de Araujo:

“... chamando concorrentes, aceitou a proposta do sr. Ernesto

Beroldt, por ser a única que se apresentou a fazer a reconstrução pela quantia de 5:000\$000. Suponho que não teremos a lamentar outro desabamento, por se estar construindo o dito muro com todos os preceitos de solidês que a arte ensina, tendo além disso grossos gigantes pelo lado de fora, em terreno doado à Sociedade pelo hoje finado sr. Coronel João Daniel Damásio dos Reis; pelo motivo que fica exposto, o patrimônio só teve o aumento, neste ano, de rs. 347\$600''.

— 1881 —

Nada de extraordinário, além da colocação dos retratos dos beneméritos Comendadores João Batista Ferreira de Azevedo e Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt. — Nêsse ano intensificou-se extraordinariamente a campanha abolicionista e a propaganda republicana. O abolicionismo contou com grande número de portugueses que a ela se filiaram, diretamente alguns e indiretamente outros, estes por se não poderem manifestar abertamente.

— 1882 —

Presidia, nêsse ano, a Sociedade, o antigo e benemérito tesoureiro, sr. Manuel de Sousa Ferrás, agraciado, havia pouco, com o título honroso de Comendador.

Empreendedor e dinâmico, o ilustre presidente conseguiu concluir a enfermaria da parte baixa do edifício, destinada aos enfêrmos de moléstias contagiosas. Fez, além disso, outros melhoramentos e conseguiu elevar o patrimônio de 6:030\$780, passando, portanto, a ser de 168:711\$940.

— 1883 —

Continúa na presidência o Comendador Ferrás que promoveu outros melhoramentos, como a aquisição de carro fúnebre próprio, do que resultou grande economia posterior. Foram, também, adquiridas ações do Banco da Província no valor de 2:718\$000.

O carro fúnebre custou 3:368\$000. Era um carro de 1.^a categoria, de luxo.

— 1884 —

Intensifica-se em Porto Alegre a campanha abolicionista com a grande ofensiva anti-escravagista que culminou com a libertação dos escravos na cidade, por alforria, no dia 7 de Setembro, em solene sessão cívica realizada no Teatro São Pedro, e presidida pelo Centro Abolicionista e Partenão Literário. A Sociedade Portuguesa de Beneficência, como sociedade caracterizada, não podia tomar parte oficial no grande empreendimento. Entretanto, por grande maioria de seus sócios se fez presente entregando ao Centro Abolicionista e ao Partenão, cartas de alforria. Seu nome, por isso, não pode ficar esquecido nessa grande campanha humanitária.

Até êsse ano de 84, a iluminação do hospital era feita a querozene que substituíra, anos antes, a feita a óleo. A administração, tendo ainda à testa, eleito pela terceira vez, o Comendador Ferrás, resolveu

mudar aquela iluminação pela de "gaz acelitênio". Esse notavel melhoramento custou à Sociedade 1:916\$120.

A iluminação à gaz em Porto Alegre, fora iniciada em 1868 com os estudos preliminares. Depois, obtido o local, adquiridos o terreno e o material, foi o Gazômtro instalado próximo à ponta de pedras, onde se estava levantando a cadêia civil. Em 1873 entrava em funcionamento.

Foi, tambem nêsse ano, que a Sociedade conseguiu que os sufrágios por alma dos sócios falecidos fossem feitos na Capela do hospital em vez de o serem na Igreja N. S. do Rosário, visto a da Conceição ainda não ter sido elevada à freguezia. Somente a 12 de Abril de 1889 é que a Igreja de N. S. da Conceição passou àquela categoria.

O Presidente da Província, Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros solicitou à Sociedade fosse feita a prestação de contas relativas aos 6:000\$000 que lhe foram entregues em 1869 por conta de uma loteria, como vimos, loteria que, entretanto, nunca foi extraída. Feita a demonstração do emprego daquela quantia, ficou o assunto liquidado, efetiva, portanto, aquela doação.

— 1885 —

Em fins de 1884 chegaram a Porto Alegre Ss. As Imperiais Conde e Condessa D'Eu que iniciaram as visitas a 3 de Janeiro, começando pela Câmara Municipal que os recebeu em sessão especial naquele dia, às 11 e meia horas da manhã. A 12 nova visita fizeram àquela corporação.

Entre uma e outra visita à Câmara, percorreram suas altezas as instituições portoalegrenses e, como não podia deixar de ser, visitaram, também, o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Tiveram, dessa instituição, magnífica impressão e tiveram, para ela, palavras carinhosíssimas.

O que foi a estada de suas altezas em Porto Alegre, pode-se avaliar por uma página humorística, ilustrada, de "O Século", de 9 de Abril.

Nessa página figura o sr. Conde D'Eu sentado numa poltrona, completamente abatido e, ao lado, noutra poltrona, a Princeza Izabel, taciturna. A legenda diz:

"Suas Altezas de volta à Côrte.

— Ele — Uff... quatrocentos e trinta e sete discursos!...

— Ela — Quando tu, que és surdo, te queixas, que direi eu?..."

*

O portão de madeira que figurava na entrada do hospital, na rua da Conceição, foi substituído por um belo portão de ferro, oferecido pelo sr. Comendador João Pinto da Fonseca Guimarães.

— 1886 —

Novo "bazar de prendas" foi organizado. O benemérito na remessa de prendas foi o Comendador Bernardo José Machado, residente

na cidade do Porto, Portugal. O leilão rendeu a apreciavel quantia de 7:021\$810.

Ao encerrar-se o ano de 85, a Assembléia Provincial incluiu na Lei Orçamentária dois quartos de loteria a favor da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Nêsse ano de 86, na véspera de deixar a presidência da Província, S. Excia. o desembargador Henrique Pereira de Lucena, não querendo deirar a Sociedade Portuguesa de Beneficência sem sua cooperação, assinou, a 7 de Maio, um ato mandando por em execução um quarto de loteria a favor da Sociedade, quarto êsse que produziu, líquido, 6:000\$000. No dia 8 passava o desembargador Lucena a presidência ao Vice-presidente, marechal de campo Manuel Deodoro da Fonseca que, com a **questão militar** então surgida e habilmente explorada pelos republicanos, pouco se demorou, sendo transferido para Mato Grosso.

O outro quarto da loteria, apesar de constar da Lei de Orçamento, nunca foi extraído ..

Substituindo o Dr. Manuel Martins Santos Pena que pediu exoneração, foi nomeado médico do hospital o Dr. João Damasceno Ferreira.

Não havia, no hospital, casa de banhos apropriada. A Administração resolveu mandar construir uma junto à cosinha, com paredes escaioladas e forro de estuque.

O patrimônio, nesse ano, a 31 de Dezembro, montava a 205:023\$920.

— 1887 —

Eleito pela terceira vez o sr. Manuel Baltazar de Almeida e Silva, pouquíssimo tempo esteve à testa da Sociedade. Rápida enfermidade prostou-o para sempre. Substituiu-o o vice-presidente, sr. José Luis Pereira.

O desembargador Paulino Rodrigues Fernandes Chaves solicitara e conseguira que a Assembléia Provincial concedesse à Sociedade Portuguesa de Beneficência dois quartos de loteria. Infelizmente nunca foram extraídos apesar de todos os empenhos.

— 1888 —

Ano da Moção Aparício Mariense, em São Borja, que tão forte repercussão teve em todo o Brasil, sôbre o terceiro reinado. Essa moção, datada de 13 de Janeiro, foi um dos mais tremendos golpes vibrados pelos republicanos contra a monarquia. Silva Jardim e Lopes Trovão, este filho do consul português em Angra dos Reis, muito se aproveitaram dela nos seus violentos discursos contra o trôno.

Mas outro fato importante assinalaria êsse ano de 88: a Lei de 13 de Maio que aboliu a escravatura no Brasil, completando, em definitivo, a obra, das Sociedades emancipacionistas do Ceará, Rio Grande do Sul e outros pontos.

Recebeu, durante êsse ano, a Sociedade os seguintes legados:

Antonio Inácio da Silveira 1:255\$000

Felipe Nery Gonçalves	1:189\$750
José Maria Rodrigues, cinco ações de 100\$000, da C.º Hidráulica	500\$000

— 1889 —

Ano da proclamação da República Brasileira, a 15 de Novembro. Em Porto Alegre o grande evento passou quase desapercibido, não fôra o barulho imenso feito pela A Federação, órgão republicano dirigido pelo dr. Júlio Prates de Castilhos e a proclamação, às 11,30 horas da noite, do Visconde de Pelotas, da sacada do Palácio, declarando que assumia a presidência do Estado a pedido do Marechal Deodoro da Fonseca, que lhe telegrafara nesse sentido.

Legados recebidos nêsse ano:

De D. Maria Emilia Carneiro Seara, falecida no Porto 500\$000
do consócio sr. José Gomes Martins 200\$000

Faleceram no decorrer do ano os sócios beneméritos Comendador João Batista Ferreira de Azevedo, em Porto Alegre, a 30 de Janeiro, e, em Lisboa, a 6 de Outubro, o Comendador Antonio José Gonçalves Bastos.

— 1890 —

Reeleito, presidia a Sociedade o sr. Antonio dos Santos Rocha, grande comerciante de Porto Alegre e benemérito e benfeitor de diversas instituições de caridade e cunho social.

Ao lado da enfermaria homeopata foi montada, nêsse ano, a secção de cirurgia, sendo nomeado médico efetivo o sr. dr. Joaquim Pedro Soares e adjunto o sr. dr. João Jorge Fayet. Médico operador fora do hospital, para os sócios que o necessitassem, ficou nomeado o sr. dr. Sebastião Afonso de Leão.

A Exma. sra. D. Isabel Ambrosina da Fonseca Bastos, viuva do Comendador Antonio José Gonçalves Bastos, ofertou rico estandarte á Sociedade. E assim poudes a Beneficência, a partir dêsse ano, ostentar seu estandarte na fachada do edificio.

Legados recebidos em 1890:

Do Comendador Antonio José Gonçalves Bastos 4:950\$000

De Domingos da Silva Paranhos Porto 9:539\$100

Do mesmo mais dois prédios á rua General Vitorino

ns. 31 e 33, no valor de 14:000\$000

O patrimônio elevou-se a 259:987\$060.

— 1891 —

As agitações políticas no Rio Grande do Sul, iniciadas logo após o "golpe de Estado" do Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, a 3 de Nov., assumiram proporções alarmantes com a deposição do Presidente do Estado, dr. Júlio de Castilhos, a 12 de Nov.

O Governo provisório do Estado, dirigido pelo dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, convidado para festejar a data da proclamação



SALAO NOBRE — PARTE DA GALERIA DOS SOCIOS BENEMERITOS E BENFEITORES

da República que passaria a 15, respondeu ao Barão de Lucena, Ministro do Marechal Deodoro da Fonseca:

— “O Rio Grande chora sôbre a Constituição rasgada. Não toma parte nos festejos e prepara-se para a luta”.

Carregadíssimo estava o céu político do Estado.

O sr. dr. João Damasceno Ferreira pedindo exoneração de médico do hospital, foi substituído pelo dr. Sebastião Leão.

Novos legados foram feitos: — um de 2:383\$240, deixado pelo sr. José João Correa e Exma. esposa sra. D. Escolástica Maria da Conceição, e outro de 500\$000 deixado pelo sr. Manuel Joaquim da Silva Valadares.

Na habitual e sempre concorrida festa do padroeiro, São Pedro, a 29 de Junho, foi solenemente benzido o belo estandarte da Sociedade, oferecido pelo Exma. sra. Viuva Gonçalves Bastos.

— 1892 —

Continúa agitada a política estadual, principalmente com a reposição, a 17 de Junho, do dr. Júlio Prates de Castilhos que, apenas tomou posse, passou a presidência ao dr. Vitorino Monteiro que, por sua vez, a passou, a 26 de Setembro, ao dr. Fernando Abbott, cujo pái muito fizera pela Sociedade Portuguesa de Beneficência em São Gabriel, onde residia, em 1854.

Apesar de toda essa agitação e tensão nervosa que a todos dominava, a Sociedade, através sua benemérita Diretoria, mais uma vez presidida pelo Comendador Manuel de Souza Ferrás, fez novas instalações e melhorias sensíveis, conforme se verifica por este trecho de seu relatório:

— “O Conselho peliberativo resolveu estabelecer aos lados do sagúão da entrada do edifício, uma farmácia e seu consultório médico, tornando-se assim os remédios não só mais baratos, como isentos de deterioração na condução deles da casa dos fornecedores até ao hospital, como aconteceu muitas vezes, em tempo de excessivo calor. Ocupou a referida farmácia e consultório cinco quartos da frente e em consequência da diminuição dos referidos quartos, a administração resolveu dividir o salão das sessões, no pavimento superior, em nove quartos para uma nova enfermaria, quartos em tudo iguais aos do pavimento térreo. Montou a referida farmácia e ficou gerindo-a o sr. farmacêutico João Batista Ervedosa”.

Por terem que retirar-se para o interior do Estado os médicos drs. José Bernardino da Cunha Bittencourt, João Jorge Fayet e Joaquim Pedro Soares, — em virtude de perseguição política, — tomou conta de todas as enfermarias por próprio oferecimento, o dr. Sebastião de Leão.

— 1893 —

Em Janeiro teve início a revolução federalista do Rio Grande do Sul, chefiada pelo dr. Gaspar da Silveira Martins, como mentor, e General João da Silva Tavares, chefe militar.

A Administração da Sociedade Portuguesa de Beneficência, por falta de doentes e interessados na secção de homeopatia resolveu suprimir a enfermaria, para reabri-la quando as circunstâncias o exigissem. Não mais foi reaberta.

Gratuitamente ofereceu seus serviços médico-cirúrgicos, o dr. Carlos Vaz. A Administração, sensibilizada, entregou-lhe a direção da respectiva secção.

Foram reformados pela segunda vez os Estatutos, sendo de notavel nessa reforma o aumento da jóia de 20 para 40\$000 e das mensalidades de um para 2\$000.

— 1894 —

Continúa o movimento revolucionário a assolar, com crimes de todas as espécies, de parte a parte, o grande Estado sulino. O destempero de linguagem da imprensa, tanto governista como oposicionista, é incrível!...

De Lisboa, onde fôra encomendado, chegou "um estojo com ferramenta completa para a sala de operações". Custou 2:500\$000.

É de admirar-se ter chegado êsse estojo, pois com a revolta da armada, em Setembro de 1893, no Rio de Janeiro, e o caso criado com o comandante da "Mindelo", navio de guerra português, e consequente rompimento de relações entre o Brasil e Portugal, rompimento que somente a violência política do sr. Floriano Peixoto podia explicar, os navios portugueses não mais tocavam em porto brasileiro. Só mesmo a Providência divina poderia trazer a seu destino o utilíssimo e necessaríssimo estojo.

O sócio Antonio Alves da Silva legou à Sociedade um pequeno prédio à rua 24 de Maio (antigo Beco do Rosário e hoje Av. Otávio Rocha), no valor de 2:500\$000.

— 1895 —

Firmada em Pelotas, a 23 de Agosto, a pacificação do Rio Grande do Sul tudo voltou às atividades normais. Essa revolução, entretanto, foi a página mais negra, pelas crueldades de parte a parte, da história gaucha. E não fosse a atividade e a imensa boa vontade do sr. Presidente da República, dr. Prudente de Moraes, talvez por alguns anos mais correria o sangue generoso do povo sulriograndense.

A frente do edifício passou a ser pintada a óleo, por ser mais duravel e mais bonita a pintura.

No salão nobre foi colocado o retrato do benemérito médico dr. Sebastião de Leão.

Substituindo o dr. Carlos Vaz que embarcou para a Europa, foi nomeado o dr. Deoclécio Sertório Pereira da Silva que desde muito, particularmente, se dedicava aos enfermos do hospital, na enfermaria.

Por ter se oferecido gratuitamente, como aliás o fizeram, sempre, os médicos que passaram pelo hospital ou nele ainda labutam, foi nomeado oculista da Sociedade o dr. Vitor de Brito.

— 1896 —

Logo após o início dos trabalhos do ano falecia o vice-presidente e benemérito sr. José Emilio Gonçalves.

Melhoramentos: Ladrilhamento da cosinha cujo assoalho estava em más condições; reforma do carro fúnebre e edificação de uma cocheira nos fundos do estabelecimento.

Legado recebido do sr. Domingos Alves de Carvalho 1:000\$000.

— 1897 —

Aclamação da proposta de alguns sócios solicitando fosse eleito presidente honorário da Sociedade o sr. Comendador Manuel de Souza Ferrás.

O consócio sr. Albino Alves Teixeira legou à Beneficência a quantia de um conto de reis.

— 1898 —

Falecimento do presidente honorário Comendador Manuel de Souza Ferrás.

A Sociedade recebeu o legado deixado pelo consócio sr. Manuel Joaquim Esteves, da quantia de 2:000\$000.

— 1899 —

Falecimento, nos primeiros dias do ano, do ilustre poeta Manuel José Gonçalves Chaves, vitimado pela máguia que lhe causara o prematuro desaparecimento de sua única filha — Aurora. O insigne poeta era sócio benfeitor da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Legado recebido do sócio sr. José Carvalho da Costa 1:000\$000.

— 1900 —

Encerrando o século XIX, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, por sua Diretoria e Conselho, prestam justa homenagem ao abnegado sócio que por várias vezes exerceu a presidência, sr. José Francisco da Silva Nunes mais tarde Barão da Silva Nunes, aclamando-o Presidente Honorário.

Nêsse ano o patrimônio da Sociedade Portuguesa de Beneficência eleveve-se a 397:080\$940, sem dívidas de espécie alguma.

* * * *

E assim transcorreram os 46 primeiros anos de vida da Sociedade Portuguesa de Beneficência, obra que nasceu pequenina e que se já naquele fim de século era orgulho da sociedade portoalegrense, hoje, com mais razão dela se pode ufanar, ao transcorrerem mais 54 anos.

Bem diz o ditado: Quem quer, faz; quem não quer, manda.

Os portugueses quiseram e fizeram, não mandaram fazer, e por isso tem aí essa grandiosa obra a perpetuar-lhes os nomes de benfeitores da humanidade.

* * * *

CAPÍTULO VIII.

AO RAIAR DO SÉCULO XX

Auspiciosamente se iniciava o século XX para a Humanidade em geral e em particular para o Brasil e o Rio Grande do Sul cujo governo, desde 1898, estava nas mãos do dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, que bem mereceu o título de benemérito que lhe foi outorgado pela Sociedade Portuguesa de Beneficência, em 1903.

O ano de 1901, iniciou-se com um legado de 2:000\$000, deixado pelo sócio sr. Antonio Jerônimo Henriques.

No corpo médico foram feitos acrescimos de valor: na secção de cirurgia, o dr. Ricardo Machado como adjunto e na de clínica médica, também como adjunto, o dr. Jacinto Luis Gomes.

No ano seguinte, mais três legados:

789\$000 do sócio sr. Domingos José de Sousa Braga; 239\$400 do sócio sr. Manuel Bento da Silva Santos e finalmente o de 20:000\$000 deixado em testamento pelo sócio benemérito Comendador Francisco José de Almeida, falecido a 2 de Novembro de 1902.

A época que estamos atravessando no Brasil, em que o dinheiro nada mais vale, em que tudo alcança cifras astronômicas, certamente fará com que a geração nova, sobretudo a que surgiu formada intellectualmente neste após guerra ou, mesmo, entre os anos de 1939 e 1947, achará ridículos os legados, em sua maioria, deixados à Sociedade, em dinheiro... Entretanto deve-se considerar que, naqueles tempos o NOSSO dinheiro ainda era dinheiro. A libra valia 8 ou 10 cruzeiros e o dolar 3 ou 4, e os gêneros denominados de primeira necessidade valiam o que realmente valiam, como, por ex., o café, o açúcar, a carne, o feijão, a batata, custavam, nas mercearias ou armazens verdadeiras insignificâncias considerada a desvalorização e a anarquia financeira de nossos dias. Com dez mil reis (ou dez cruzeiros moeda atual) levava-se um bom rancho para casa.

Para exemplo bastará indicar que, ainda em 1905 e por muitos anos mais, o médico da Prefeitura Municipal recebia, por mês, 400\$000, e o Prefeito, incluindo representação, 1:000\$000!

Nada mais precisaremos dizer para justificar aqueles legados à primeira vista insignificantes.

Os serviços médicos no hospital da Beneficência Portuguesa, sempre exemplares, parece terem sido disputados como título de honra e de glória, pois a nobre instituição jamais teve que lutar com defi-

ciência ou falta de doutores que, sempre, trabalharam gratuitamente para a instituição.

No ano de 1902 mais um ilustre oculista se oferecia: o dr. Arrigo Cini que, nomeado em seguida, prestaria relevantes serviços à Sociedade e aos sócios.

Em 1903, ano em que, a 26 de Fevereiro, a Sociedade completava 49 anos de fecunda atividade em prol da humanidade sofredora, um fato veio enlutar os grandes preparativos para as festas jubilares: o falecimento do grande e humanitário médico, benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência e do povo portoalegrense em geral, — dr. Sebastião Afonso de Leão, — o dr. Sebastião Leão, como o denominavam, — ocorrido nas primeiras horas de 10 de Fevereiro. Diz em sua crônica de 11 o "Correio do Povo" do qual fora o ilustre médico, desde a fundação, eficiente colaborador, que, naquele dia, "a população de Porto Alegre acordou sob a impressão penosa e profunda, mixto de estupefação e de tristeza imensa. Violenta e impetuosa como uma catástrofe, alastrou-se pela cidade desde cedo uma lúgubre notícia, inesperada e brutal: morrera o dr. Leão!"

Seu sepultamento foi verdadeira consagração pública. O maior de quantos se haviam realizado em Porto Alegre até o presente e, mesmo, daí para cá, tanto pela massa popular que o acompanhou a pé até o cemitério, como e principalmente pela espontaneidade daquele gesto. É que o dr. Sebastião Leão, simples e bom, nunca fizera política. Médico e pai do povo, sobretudo dos humildes, com longos anos de profissão e clientela como jamais a teve outro médico, o dr. Leão morria com apenas 37 anos de idade, completados a 20 de Janeiro, e na maior pobreza!

Outro falecimento que abalou a cidade, mas desta vez principalmente a parte política, foi a do dr. Júlio Prates de Castilhos, propagandista da República desde os bancos acadêmicos, em São Paulo, constituinte sulriograndense e autor quasi que exclusivo da Constituição de 14 de Julho de 1891, presidente do Estado, jornalista e fundador de "A Federação", órgão oficial do Partido Republicano, e chefe exclusivo do mesmo partido. Seu sepultamento também mobilizou o povo, mas, apesar da pompa, não teve a consagração espontânea do enterro do dr. Sebastião Leão.

No relatório desse ano o presidente sr. José Francisco da Silva Nunes dizia, referindo-se a mais outra grande perda para a Sociedade, — a do sr. Manuel de Campos Assunção:

— "A sua alma generosa sempre tinha o óbulo pronto quando desta Sociedade lhe batiam à porta".

Carece memorizar-se isso e dizer, dada a grande modéstia do dr. Assunção, — que não apenas dinheiro emprestava sem juros ou doava à Sociedade, como lhe enviava, sempre que solicitado, utilidades necessárias: gêneros alimentícios, tecidos para lençóis, fronhas e colchas, e também louça e material para a cozinha.

Assim, pois, dos três grandes mortos de 1903, dois atingiram diretamente a Sociedade Portuguesa de Beneficência: a do dr. Sebastião de Leão e a do sr. Manuel de Campos Assunção, — abrindo verdadeira brecha no seio da Sociedade e naquele ano jubilar que se aproximava.

* * * *

Pelo Decreto Estadual n.º 551, de 6 de Dezembro de 1902 que regulava a cobrança de taxas de transmissão inter-vivos, ficou a Sociedade Portuguesa de Beneficência dispensada de pagá-la sempre que se referisse a legados que lhe fossem feitos.

Diz a tradição que êsse Decreto teria sido obra espontânea de S. Excia. o sr. Presidente do Estado, Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, cuja vontade nos vinte e poucos anos que governou o Rio Grande do Sul foi, sempre, soberana, mormente após o falecimento do dr. Júlio de Castilhos, ocorrido a 24 de Outubro de 1903.

Agradecendo o gesto do Presidente do Estado, foi seu nome incluído entre os beneméritos, juntamente com o do sr. coronel Aurélio Verissimo de Bittencourt, secretário do govêrno, pessoa influente na administração estadual, e que desde 1868, como artista amador (o coronel nasceu em 1849), prestara relevantes serviços à Sociedade, como vimos em capítulo anterior.

* * * *

Desde anos vinham prestando assinalados serviços à Sociedade, devendo notar-se os donativos para o hospital — camas, tendas, utensilios para a cozinha, etc., — os srs. Joaquim dos Santos Gomes, Antonio Gomes de Sousa e Militão Borges de Almeida, antigos benfeitores que, por isso, foram elevados à categoria de beneméritos.

* * * *

Médicos: — substituindo o dr. Sebastião de Leão, foi nomeado o adjunto dr. Jacinto Luis Gomes, e como adjunto o dr. José Carlos Ferreira.

Obras:: — Melhorado desde muito o antigo Caminho da Aldeia dos Anjos, já agora rua Independência que fôra, ali, um tanto rebaixada para dar lugar à organização da Praça da Conceição (hoje Praça D. Feliciano), acabando com o cocuruto que no local formava o solo, foi mister rebaixar também a frente do hospital como já o fizera a Igreja da Conceição, criando, na entrada, uma escadaria mais ou menos artística.

Diz a respeito o relatório:

— "Em vista da urgente necessidade de ser rebaixado o passeio da frente do edificio e consequentemente todo o gradil e portão principal, a administração resolveu fazer essa obra, ladrilhando o passeio de mosaico". A despesa total da obra foi de 5:538\$840.

Outra grande despesa do ano foi a da pintura do edificio: fachada a óleo e alumínio e as demais faces, caiadas; escaiolamento

do saguão e pintura em toda a parte interna. Custo dessa obra: 6:564\$090.

* * * *

E com um patrimônio de 417:080\$940 completava a Sociedade Portuguesa de Beneficência seu 50.º aniversário de existência profícua, sempre dedicada ao bem da humanidade sofredora, sem distinção de classes sociais, credos políticos ou religiosos, e, mesmo, nacionalidades.

Durante êsses cincoenta anos de lutas e canceiras sempre com pensadas com o surto de progresso da Sociedade e satisfação dos sócios, passaram por suas enfermarias 6.727 enfermos pertencentes ao quadro social, dos quais faleceram apenas 307 no leito hospitalar. Além disso, cerca de uma centena de estranhos à instituição nela obtiveram tratamento gratuito e abrigo seguro, conforme relatamos em páginas precedentes e consta dos relatórios sociais.

Acrescente-se ainda, a tudo isso, o pagamento das despesas de repatriação de 17 enfermos por conselho médico, e de mais outros, muitos, para lhes minorar as máguas do exílio e a pobreza em que permaneciam, e de outros que iam curar-se em São Paulo ou Minas Gerais, por conta da Sociedade, e teremos uma visão mais ou menos completa, dos grandes benefícios e da grande benemerência da Sociedade.

Por máu comportamento nas enfermarias do hospital foram eliminados, nos 50 anos, apenas 9 sócios.

* * * *

As festas jubilares de 26 de Fevereiro de 1904 revestiram-se de grande solenidade e brilhantismo, tendo sido, na ocasião, distribuído brilhante resumo histórico da instituição que, em suas 49 páginas, expõe com clareza, ano a ano, a vida e a obra da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Foi seu autor o benemérito presidente e presidente honorário, sr. José Francisco da Silva Nunes.

As despesas de impressão dêsse folheto foram pagas particularmente pela administração de 1902, presidida pelo sr. Manuel Fernandes Granja.

As festividades do jubileu, cujas despesas foram feitas a expensas da administração presidida pelo sr. José Francisco da Silva Nunes, tiveram início às 10 horas da manhã do dia 26 de Fevereiro com solene missa celebrada pelo Rev. Cônego Crispim das Chagas, com acompanhamento de orquestra e còro do Clube Carlos Gomes.

Realisou-se, ás 3 horas da tarde a sessão comemorativa que foi presidida pelo sr. Fernando do Amaral Ribeiro, filho ilustre do grande benemérito e fundador da Sociedade, sr. Antonio Maria do Amaral Ribeiro, e teve a presença do sr. Tenente-coronel Aurélio Verissimo de Bittencourt, do dr. José Montaury de Aguiar Leitão, intendente municipal, de um representante de S. Excia. o sr. Presidente do Estado, do Director do Hospital São Pedro para alienados, de srs. Consules, autoridades civis, militares e eclesiásticas, imprensa e grande número de sócios e Exmas Famílias.

O edificio ficou durante todo o dia franqueado à visitação pública, tendo sido extraordinária a conrorrência.

A Diretoria do ano jubilar (1903-1904) compunha-se dos srs. José Francisco da Silva Nunes, presidente; Manuel de Campos Assunção, vice-presidente (falecido antes dos festas, como vimos); João Crisóstomo G. de Oliveira, 1.º Secretário; João Hermenegildo Pinheiro, 2.º Secretário; Manuel José Pereira, tesoureiro; Jacinto Bernardes Henriques e José Rodrigues Bittencourt, vogais.

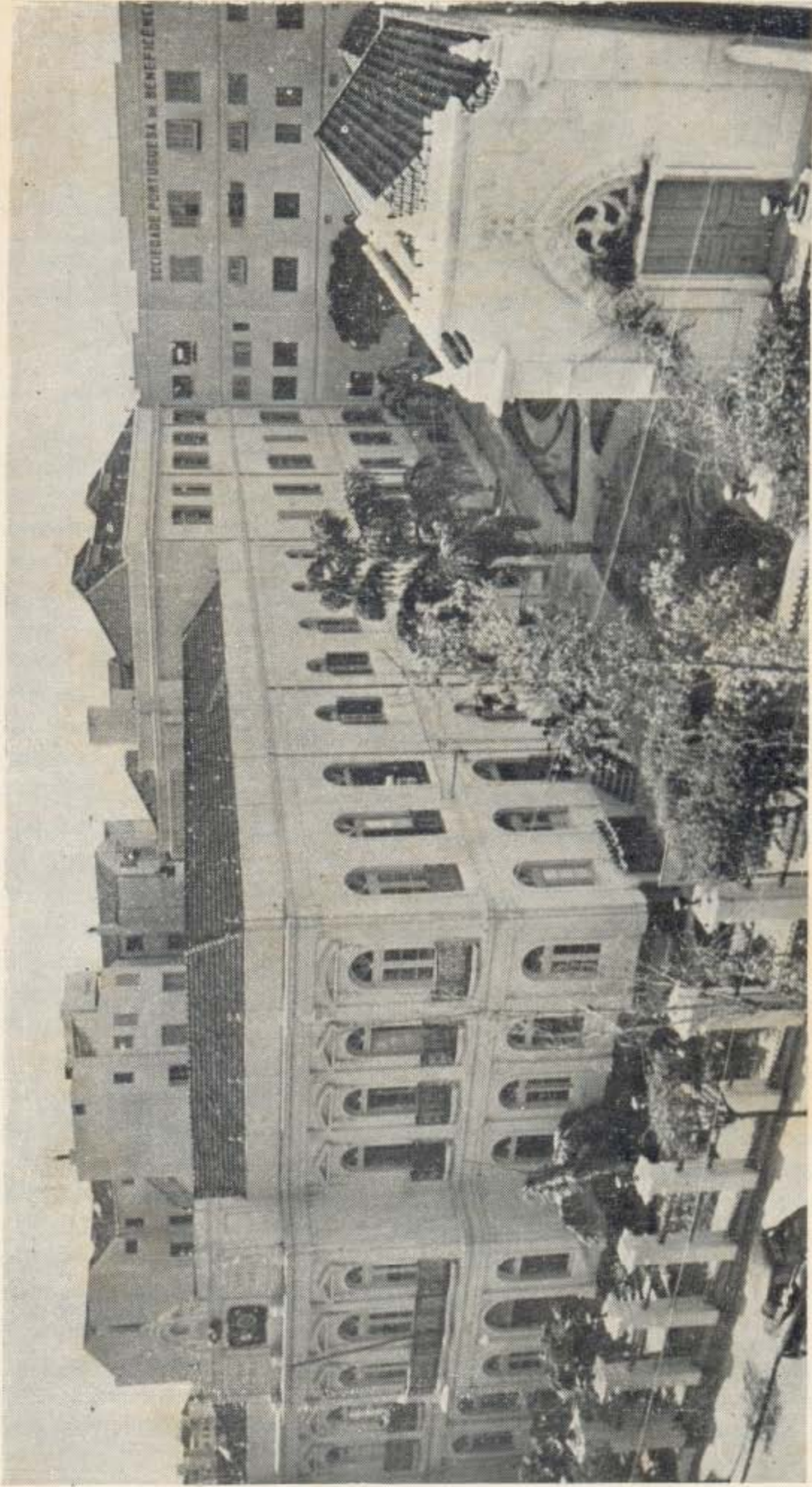
O Conselho Deliberativo compunha-se dos srs. Antonio de Oliveira, Antonio Alves de Menezes, Joaquim Madureira Junior, Manuel da Silva Soares, Jerônimo dos Santos Rocha, Manuel Teixeira Bastos, José Alves de Pinho, Joaquim José Dias da Costa, Joaquim Fernandes, Antonio da Silva Brilhante, Francisco José da Costa e José Corrêa Evangelista.

* *

Estes os cincoenta anos bem vividos da Sociedade Portuguesa de Beneficência que, como o disse com acêrto o illustre presidente honorário, sr. Silva Nunes, — embora portuguesa, não limitou seus serviços aos patrícios, mas estendeu-os “aos filhos de todas as nações, porque a Caridade, tem sua pátria no coração, e onde houver um coração deve haver Caridade”.

E, com este lema, prosseguiu a Sociedade Portuguesa de Beneficência seu benemérito trabalho, enfrentando crises e vicissitudes, mas sempre vitoriosa, porque Deus experimenta, mas não abandona seus filietos.

* * * * *



VISTA DO CONJUNTO DO HOSPITAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA

CAPÍTULO IX

O QUE ERA GRANDE, TORNOU-SE PEQUENO...

O edifício do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, festivamente inaugurado a 29 de Junho de 1870, era, para a época, enorme. Verdade é que o projeto somente foi terminado aos poucos, podendo-se dizer que apenas pelo ano de 1880 ficou concluído em definitivo.

Poucos anos após, porém, foi necessário ampliar o número de quartos, conforme se verificou pelo relatório de 1892, e tivemos ocasião de referir páginas antes, transformando, para tal, o salão nobre do hospital e acrescentando novas partes.

Crescendo o número de sócios, era natural que também o de enfermos aumentasse, o que, logicamente, se refletiria no hospital.

Há muito se vinha fazendo sentir a necessidade de ampliá-lo. Mas a Sociedade, apesar de sua prosperidade e dada a constante valorização dos terrenos, não podia meter-se em grandes obras. Além disso, reformas enormes, fundamentais mesmo, deviam ser feitas no edifício existente, como a do telhado, instalações sanitárias, depósitos para água e outras menores, que absorviam grande parte das reservas. Acresce, ainda, a obrigatoriedade, em vista do aumento de serviço, de serem admitidos funcionários especiais, auxiliares, quer para a administração, quer para a enfermagem.

Assim, e graças aos auxílios constantes dos dignos sócios para arrumações internas e de material de utilidade e de uso do hospital e enfermos, pôde a administração de 1907 conseguir preencher verdadeira lacuna adquirindo um terreno de 40 metros de frente por mais de 100 de fundos, contíguo ao da Irmandade de São Miguel e Almas, para sepultamento de sócios.

O terreno custou 3:000\$000, elevando-se, porém, o custo do cemitério a 11:391\$730 ao findar o ano, por causa dos preparativos do terreno, muros, etc. Mas ao findar o de 1908 seu custo estava em cerca de 30:000\$000. Nada mais, porém, era preciso fazer. A 24 de Outubro de 1909 foi êle sagrado por S. Excia. Revma. D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, e a 18 de Dezembro era nêle sepultado o primeiro sócio falecido após a sagração: o sr. Francisco Luis Zettermann.

Obras de melhoramentos eram exigidas ano por ano. Assim, em 1909 foram reformadas as salas de operações, feitas instalações para desinfecções e reconstruídos os encanamentos para água e gaz, além de outras de menor vulto, e instalada a primeira Lavanderia junto ao hospital.

Em 1911 foi criada e solenemente inaugurada a 28 de Novembro, uma enfermaria para senhoras, podendo, assim, a Sociedade manter em seu hospital enfêrmos de ambos os sexos o que, até então, era vedado. Essa enfermaria ficou localizada na ala esquerda.

Com os melhoramentos em matéria de iluminação elétrica, foi também nêsse ano feita a instalação de luz elétrica no hospital.

Em 1915 foi construída, por 25:465\$270, a capela no terreno ao lado do hospital, retirando-se, dessarte, do interior onde se achava instalada desde o início. Esta capela foi sagrada a 13 de Fevereiro de 1916 por S. Excia. Revma. D. João Becker que nela, em seguida, rezou a primeira missa.

Além disso, outras grandes reformas externas e internas foram feitas, destacando-se as relativas ás instalações higiênicas e novos banheiros no pavimento superior.

No relatório de 1917 diz o presidente, sr. José Pereira Rojão:

— “Tivemos a satisfação de ver realizado um velho desejo das Administrações anteriores, adquirindo por compra os prédios nrs. 50 e 52 da rua da Conceição, cuja transação custou à Sociedade a quantia de 17:073\$700, inclusive as despezas de escritura, etc.”.

Foi essa a primeira grande aquisição junto ao edificio do hospital e que viria, como realmente aconteceu, ampliar de muito suas instalações beneficiando o hospital, como veremos.

Em 1919 tiveram início grandes obras internas no hospital: construção de moderna sala de operações e reforma da existente, colocação de azulejos até 2 metros de altura, nos quartos, e uma infinidade de outras, como mudança de assoalho, de reboques, de janelas, portas e vidros. Com essas obras foram gastos, em 1919, 41:169\$800 e em 1920 mais 35:616\$010.

Também nêsse ano de 1920 a Administração encomendou material cirúrgico na Suíça, por intermédio do dr. Alberto Albertini, material êsse que, depois de ter sido examinado pelo dr. Giovanni Campelli, médico como o dr. Albertini e que muito auxiliava a Sociedade na construção da nova e moderna sala de operações, — chegou em condições e a inteiro contento. A nova sala de operações, com todo o material necessário devidamente instalado, foi solenemente inaugurada em 1920 com a presença das altas autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas. Nessa mesma ocasião as demais reformas e melhoramentos foram também inaugurados.

O empréstimo contraído pela Sociedade para essas finalidades foi de 262:000\$000, dos quais 225:000\$000 no Banco da Província e 37:000\$000 no Nacional do Comércio.

Esse empréstimo foi feito do seguinte modo, conforme o relatório do presidente sr. José Pereira Rojão, eleito pela 4.ª vez consecutiva:

— “É do vosso conhecimento haverem os bancos da Província e Nacional do Comércio resolvido, no começo deste ano, aumentar o seu capital, por meio de uma nova emissão de ações. — Sendo eu de opi-

nião que convinha à nossa sociedade subscrever as que lhe cabiam. — 1564 do primeiro e 370 do segundo, — iguais quantidades às que já possuía, manifestei-a aos companheiros em sessão de Diretoria e Conselho, e, também de acôrdo, autorizaram-me a contrair os empréstimos necessárias para se atender às entradas respectivas. — Dirigi-me, portanto, chegada a ocasião oportuna, aos dois importantes estabelecimentos citados e, expondo às suas dignas diretorias o que desejava, pude verificar com profunda satisfação o conceito em que é tida a nossa sociedade, pois tanto em um como em outro fui imediata e satisfatoriamente atendido. (...). Os empréstimos contraídos foram: no Banco da Província de 225:000\$000 e no B. Nacional do Comércio de 37:000\$000. — O deste, logo retirado, já foi em parte amortizado. Do Banco da Província retirou-se apenas a quantia para a entrada das duas chamadas de capital e agio correspondente, a qual também já teve uma redução, podendo ainda ser pelos nossos substitutos destinada a amortisá-la parte do saldo deste exercício. — Evidencia-se a vantagem futura proveniente desta operação financeira, sem onus algum para a sociedade, pois se ela paga agora juros dos compromissos assumidos também recebe os dividendos das ações, devendo crescer as obras à proporção que for diminuindo a dívida; e, liquidados os empréstimos, ficará com uma renda, só em papeis de reconhecido crédito, superior a rs. 60:000\$000”.

O total do custo das obras atingiu a quantia de 86:093\$850 e o material cirúrgico custou 35:009\$730.

Ao encerrar-se o ano de 1929, o patrimônio era de 1.026:000\$000, tendo sido aumentado nas seis gestões (1917 a 1922) do sr. José Pereira Rojão, de 407:000\$000.

Irmãs de Caridade. — Há muito que a administração da Sociedade Portuguesa de Beneficência sentia a necessidade de entregar a alguma Congregação religiosa apropriada a direção do serviço interno hospitalar. E afim de provêr essa necessidade, dirigiu-se a Administração ao ilustre antístite, S. Excia. Revma. D. João Becker que, afinal, em Novembro de 1922, comunicou ao sr. Presidente a chegada ao Brasil da Irmã Superiora da Congregação da Divina Providência, com casa em Florianópolis, Santa Catarina. De imediato a Administração oficiou à DD. Superiora que, atendendo ao convite, veio a Porto Alegre tratar pessoalmente do assunto.

Da visita e conferência da Revma. Madre Provincial Benevenida, resultou a vinda de um grupo de Irmãs, tendo como superiora a sra. Madre Egbertina. Chegaram a 1.º de Setembro de 1923, inaugurando a nova fase da administração interna do hospital.

Sôbre a eficiência das Reverendas Irmãs da Divina Providência assim se expressou com a máxima justiça, em 1924, o presidente Comenddor Antonio Francisco de Castro.

— “Todo e qualquer elogio que me fosse dado fazer á efficiêntíssima colaboração das Irmãs de Caridade na administração do nosso hospital, ficaria, sem dúvida, muito aquém do que a mesma colaboração vale e merece”.

Êste elogio do saudoso Comendador Castro, jamais perdeu sua atualidade e pode, com a mesma propriedade, ser repetido hoje.

Falecidas algumas, transferidas outras, mudadas quasi todas, o espirito que presidiu as primeiras que chegaram em Porto Alegre e se estabeleceram no hospital da Beneficência Portuguesa, continuou e continua o mesmo. Nunca houve a mínima queixa e em todos os relatórios os elogios á atuação das dedicadas e abnegadas Irmãs se repete com grande carinho.

* *

Estando inabitáveis os prédios adquiridos na rua da Conceição, a administração de 1924 transformou em necrotério um deles, e o outro em deposito de carro fúnebre que até então era guardado em garage particular.

Foi também construido um pavilhão de isolamento, com sete quartos, no terreno aos fundos da capela.

Custaram essas obras 38:000\$000 que foram cobertas pela renda ordinária.

O necrotério, com a construção do novo edificio na rua da Conceição, como veremos, teve que ser removido, transformando-se nele a capela construida em 1915, sendo esta novamente instalada na parte trazeira do edificio, em 1929, o que em muito melhorou a situação da capela, principalmente para os enfêrmos e para as Irmãs de Caridade.

* *

“O que era grande tornou-se pequeno...”

— “O nosso hospital, — escreveu o presidente Comendador Antonio Francisco de Castro em seu relatório de 1925, — há muito que se vinha tornando pequeno para corresponder de modo satisfatório ás necessidades decorrentes do constante desenvolvimento de nosso serviço hospitalar”.

E para sanar essa deficiência, adquiriu o prédio n.º 44A da rua da Conceição, cujos fundos se limitavam com o terreno do hospital, por 75:000\$000, iniciando-se a 18 de Abril de 1925 as obras do novo edificio nos fundos do antigo, ampliando-o.

Esse novo prédio foi solenemente inaugurado em 1928, tendo custado, em números redondos, 750:000\$000.

Com a inauguração desse novo edificio, foram também inaugurados — o Gabinete de Radiologia, o de Diatermia, Consultório médico e duas novas salas para operações com material cirúrgico comprado na Itália por intermédio do sócio benemérito e médico operador dr. Giovanni Campelli.

Ao encerrar-se o ano de 1928, quatro eram as salas de operações no hospital da Beneficência Portuguesa, todas equipadas com aparelhagem moderna.

O ano de 1929 encerrou-se lutuosamente com o falecimento do Comendador Antonio Francisco de Castro, o dinâmico presidente que tanto engrandeceu a Sociedade desde 1924.

Em 1930, até Junho de 1931, gestão do sr. José Pereira de Mattos, entre as vinte obras e melhoramentos feitos no hospital, merecem

destaque: — a sala para refeitório; a construção de uma sala para operações de cabeça; ampliação da lavanderia com 3 máquinas; e os aquecedores elétricos para banheiros...

* *

A 3 de Outubro de 1930 rebentou, em Porto Alegre, foco irradiador que foi, a revolução nacional que profundas modificações trouxe às administrações federal, estaduais e municipais.

Como entidade hospitalar e de caridade, a Sociedade Portuguesa de Beneficência ofereceu seu hospital e serviços, recebendo do dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, então, e chefe da revolução, a seguinte carta de agradecimento:

— "Porto Alegre, 4 de Outubro de 1930. — Ao Sr. José Pereira de Matos, Digno Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência. — Nesta Capital. — Acuso o recebimento de vosso expressivo officio de hoje, pondo à disposição do Governo do Estado os serviços e material hospitalar desse estabelecimento. — Agradecendo tão patriótico oferecimento, sobremodo louvavel e dignificante, apraz-me retribuir vossos protestos de elevada consideração. — (a- **Getúlio Vargas**)".

Além disso, uma turma de funcionários do hospital foi destacada para ajudar o acondicionamento, no Instituto Pereira Filho onde eram preparados, de soros e medicamentos para as forças em operações.

Diversos feridos, na arrancada inicial do dia 3, foram tratados no hospital da Beneficência Portuguesa, sem onus algum.

* *

Durante a presidência do sr. José Pereira de Matos (1930 a Julho de 1939), várias obras foram realizadas, destacando-se a grandiosa fachada da rua da Conceição, ligada ao bloco que fôra construido antes, na administração do Comendador Castro, formando, assim, um conjunto único, com entrada especial e elevadores, pela rua da Conceição. Essa fachada, ocupando todo o espaço do prédio 562, antigo 44A, corresponde a um novo e alteroso edificio de 4 andares (5 pisos), ligado ao andar superior do antigo edificio pelo 3.º andar (4.º piso), em virtude do forte declive que caracteriza a rua da Conceição nesse ponto.

Instalada ficou, aí, mais tarde, a maternidade.

No dia 14 de Março de 1936 era solenemente inaugurado, com bênção especial, o novo prédio. À festa estiveram presentes altas autoridades civis e militares, S. Excia. Revma. D. João Becker, arcebispo metropolitano, e entre outras autoridades e consules, S. Excia. o sr. Consul de Portugal, dr. Antonio José Rodrigues.

Falaram, nessa ocasião, o presidente sr. José Pereira de Matos, o sr. Consul de Portugal e S. Excia. Revma. D. João Becker que, ao encerrar sua breve oração, disse, referindo-se ao Sr. Consul de Portugal — "todos nos agradecemos o beneficio prestado pelos filhos de sua Pátria ao progresso de nosso país; agradecemos também a Portugal o estabelecimento dessa casa de caridade e de beneficência, que seus filhos souberam edificar com tanto sacrificio, abnegação e perseverança, nesta esplêndida capital".

Outra grande obra da administração do sr. José Pereira de Matos foi a aquisição, em 1937, de excelente chácara ou granja para atender a algumas necessidades do hospital e, possivelmente, para renda também. Ademais, era intenção do sr. Matos estabelecer ali, com vagar e á medida do possível, um exemplar "Retiro" para a velhice, especialmente para pensionistas que desejassem viver sossegadamente, longe do borborinho da cidade.

Em capítulo especial trataremos desse recanto magnífico, situado no Município de Gravataí, a 22 quilômetros de Porto Alegre e cerca de 8 daquela cidade.

* *

Na administração do sr. Amadeu Abrantes, de 1946 a 1947, foi adquirido o prédio n.º 552 da rua da Conceição.

O custo do imóvel foi de Cr\$ 1.350.000,00, pagos em parte com a transferência de 1844 ações do Banco da Província e 868 do Banco Nacional do Comércio, além de outros títulos de crédito.

A administração do sr. Amadeu Abrantes encerrou-se mais ou menos violentamente. Em sessão de 8 de Maio de 1949, por razões várias, membros da Diretoria e do Conselho, resolveram retirar a confiança que nele haviam depositado. Esse ato dividiu a Sociedade em dois grupos. Conjurando a crise, assumiu a presidência o Presidente honorário, dr. Odone Marsiaj que ficou presidindo os trabalhos da Sociedade até a eleição da nova Diretoria, realizada em sessão agitada, a 24 de Julho de 1949. Encabeçavam os dois partidos os srs. Dr. Heitor Pires, candidato oficial da Sociedade, e Amadeu Abrantes, candidato da oposição. Por pouco menos de 200 votos venceu a chapa oficial, sendo eleito, portanto, o Sr. Dr. Heitor Pires e demais companheiros, na mais concorrida eleição registada na Beneficência.

Foi esta a segunda questão que, no decorrer de cem anos, ocorreu na Sociedade Portuguesa de Beneficência, o que demonstra claramente o espírito de união, de coesão e de harmonia que ali reina, causa, certamente primacial, do desenvolvimento constante e da grandeza da obra.

* *

Examinando o crescimento do hospital com suas novas instalações desde os primeiros anos do século XX a 1949, passemos em revista os beneméritos e benemerência nesse mesmo lapso de tempo.

Devemos, em primeiro lugar, referir-nos aos donativos que a instituição tem recebido, ano a ano, de sócios e de estranhos. Seria interminável mencionar o nome de cada um desses benfeitores da Sociedade. Seria, também, interminável a relação dos abnegados consócios que, quer espontaneamente, quer atendendo apêlo nos momentos difíceis, ofertaram à Sociedade e seu hospital as mais variadas cousas, desde gêneros alimentícios, a roupas para as enfermarias, moveis, utensílios diversos e materiais para construção.

Durante esse período, conforme testemunho de velhos e conspi-

cuos sócios, bastava que alguém da Diretoria, em simples palestra com sócios, dissesse que faltava algo, para que de todos os lados aparecessem as ofertas gratuitas.

E tanto isso é verdade que, percorrendo-se os relatórios, encontraremos, sob a rubrica "Ofertas", com bastante minúcias, os mais variados objetos e artigos doados, espontaneamente à Sociedade. E veremos, assim, ao lado de uma licença perpétua do Bispado para celebrar a festa do padroeiro S. Pedro, um barricão de cal virgem, flores artificiais, distintivos para os membros da Dir. e Conselho, e mais: aventais para médicos, sarrafos, cadeiras, medicamentos, camas de ferro, camas elásticas, (destas, só em 1908 foram doadas 17), sabão, aniagem, guardanapos, espelhos, lençóis, travesseiros, colchões, cadeiras preguiçosas, galheteiro, mangueiras e vasos para o jardim, adubo, tinas para lavar roupa, sifões, campainhas, campainhas elétricas, fronhas, toalhas de linho e de algodão, paramentos para missa, material para as enfermarias e salas de operações, vidros para janelas, bandeiras (Portuguesa, Brasileira e da Sociedade), cobertores, colchas, quadros, capachos, óculos, muletas, toalhas para mesa, jarros e vasos para enfeites, carros-mesa para distribuição das dietas, galinhas, cadeira de rodas, toalha de pano lavrado para o altar, cortinas, macas, relógios, talheres, foguetes e rojões para a festa de São Pedro e... infinidade de outras cousas que demonstram, nitidamente, o espírito de amor, de sacrifício e de solidariedade cristã dos que trabalham, — um por todos e todos por um, — nessa grandiosa obra que é a Sociedade Portuguesa de Beneficência, abençoada por Deus.

* *

Legados: — Antes de fazermos a relação dos legados e legadores seja-nos permitido salientar a notável cooperação do notário, sr. Coronel Francisco de Oliveira Neves que até seu falecimento, ocorrido em Porto Alegre a 24 de Outubro de 1931, prestou seus serviços gratuitamente nesse e em outros setores, fazendo jús ao título de benemérito da Sociedade.

1904 — Luis Fritoli — 10 apólices da Intendência Municipal, de
500\$000 cada.

1905 — José de Sousa e Silva 4:000\$000

— Antonio Gomes de Sousa — 50 ações do Banco da Província e mais uma casa e 10 ações da C.^o Fiação e Tecidos, que passarão á Beneficênria por morte dos usufruarios a quem os deixou nestas condições. — Este legado, em 1920, foi transformado em dinheiro de contado — 2:000\$000, — por venda do prédio com concordância dos usufrutuários que não queriam pagar os impostos.

— João de Oliveira Lopes — os prédios nrs. 8 e 10 da rua Venâncio Aires; n.^o 251 da rua Demétrio Ribeiro e 55 da rua General Caldwell.

- 1906 — José Antonio da Silva 1:000\$000.
- 1908 — João da Silveira Nunes — os prédios nrs. 74 e 76 da rua 13 de Maio (atual Av. Getúlio Vargas) e uma chácara na rua Barcelos.
- 1909 — José Maria de Oliveira 5:000\$000.
- 1910 — Antonio Dória 500\$000.
- 1911 — José dos Santos Gomes 11:909\$550,
sem onus, e mais 10:000\$000 com a condição de entregar a D. Laura Sprathey 50\$000 mensais enquanto for viva.
— Joaquim Cruz, o prédio n.º 77 da rua Luis Afonso.
- 1912 — Manuel Pinto da Fonseca..... 5:000\$000
- 1913 — Antonio Francisco Ribeiro de Sousa 2:158\$040
- 1915 — José Antonio Valente 1:851\$000
- 1916 — Luis Antonio Gomes 2:346\$000
— Francisco Luis de Melo 2:000\$000
- 1917 — João Caetano Pinto 2:000\$000
- Note-se que o Governo do Estado, depois de ter isentado, como vimos, a Sociedade Poartuguesa de Beneficência da taxa de transmissão de legados, desde 1915 recomeçou a cobra-la.
- 1918 — Joaquim da Rocha Moreira — legou seus bens em Cachoeira (do Sul), onde residia: 3 prédios e um terreno.
- 1922 — Manuel Alves do Vale Quaresma Junior 10:000\$000.
- 1923 — Domingos Bertolli 1:000\$000.
— Narciso José Dourado 600\$000.
- 1924 — Antonio Gonçalves Campos 1:000\$000.
- 1925 — Abel dos Santos Barreto 1:000\$000.
- 1926 — D. Josefina Belo de Melo Drugg 20:000\$000.
- 1929 — D. Emília Barbosa Paranhos 20:000\$000.
— Celestino Correa de Melo, $\frac{1}{4}$ parte de seus bens 120:000\$000.
— Marcelino Batista Gonçalves — 128 ações do Banco Nacional do Comércio.
— José Dias Cardoso 2:000\$000.
- 1932/33 — João Batista Ervedoza 10:000\$000
— José Dias Cardoso, mais 1:383\$000.
- 1935/36 — Joaquim de Oliveira Lopes 20:000\$000.

Ao encerrar-se esse ano (Junho de 1935 a Junho de 1936), na primeira metade do qual o Rio Grande do Sul comemorou condignamente o primeiro centenário do irrompimento da Revolução Farroupilha, marcado com uma grandiosa exposição nacional e prestigiada por todos as colônias estrangeiras, a portuguesa ofertou a Porto Alegre, nessa ocasião, bellissimo obelisco que foi colocado na Avenida Mauá, defronte do portão central do Cáis, — nesse período, dizíamos, a Sociedade Portuguesa de Beneficência engalanou-se também pois foram a maioria de seus sócios unidos aos da Casa de Portugal, os cooperadores na oferta do magestoso obelisco.



FACHADA DA RUA DA CONCEIÇÃO — MATERNIDADE

A data, embora cara ao Rio Grande, não é lá muito simpática aos portugueses pois que contra eles, naqueles tempos, foi que, em grande parte, o movimento se fez. Mas é preciso também não esquecer que, apesar disso, grande número de portugueses a elle se filiaram e por elle terçaram lança.

Por isso tudo, foi dos mais simpáticos o gesto da colónia portuguesa na data centenária do início da Revolução Farroupilha.

* *

O patrimônio social, a 30 de Junho de 1936 elevava-se a 3.382:596\$000. Devemos, entretanto, notar que, nesse patrimônio, estão incluídos os bens imóveis legados pelo seu valor na época da doação, pois o conjunto estava avaliado em apenas 144:971\$710 os existentes, sendo que alguns, os da rua Conceição, foram demolidos para dar lugar às novas construções do hospital, ficando portanto, no valor, somente o terreno que era, na realidade, o que valia naqueles próprios.

* *

Médicos: — Em 1903 prestaram seus serviços, após o falecimento do dr. Sebastião de Leão, os srs. dr. Deoclécio Sertório Pereira da Silva, diretor do serviço médico do hospital; dr. Jacinto Luis Gomes, médico cirurgião, e adjuntos os drs. José Carlos Ferreira e Ricardo Machado. Médicos externos: dr. Luis N. Masson e o oculista dr. Arrigo Cini.

Em 1904 pediu demissão o dr. Luis N. Masson, sendo substituído pelo dr. Arrigo Cini que passou a ocupar dois cargos.

Médicos extra, que somente atendiam quando chamados especialmente: Drs. Protásio Alves, Tristão Torres, João Abott e Dias Campos. Seus serviços, como o dos demais, eram gratuitos.

Em 1905 ofereceram seus préstimos os drs. Armando Barbedo, João Batista Márques Pereira e José Alves Valença que passariam a trabalhar no hospital quando necessário.

Em 1906 solicitaram exoneração os drs. Deoclécio Sertório Pereira da Silva e Jacinto Luis Gomes. Para seus cargos foram designados os drs. Ricardo Machado e José Carlos Ferreira. Novos médicos adjuntos: Drs. José Flores Soares, Rodolfo Machado Masson e Moises Alves de Menezes.

1909 — Nomeado novo adjunto de cirurgia o dr. Carlos Leite Pereira da Silva.

O dr. Arrigo Cini tendo-se ausentado, foi substituído pelo dr. Moisés Menezes.

1910 — Novo adjunto da secção de medicina o dr. Manuel José Pereiro Filho.

1911 — Nomeado adjunto de cirurgia o dr. José Hecker.

1912 — Nomeado novo adjunto de cirurgia o dr. Dionisio Cabeda Silveiro e de clínica de olhos o dr. Freire de Figueiredo.

Novo farmacêutico em substituição ao anterior, sr. Oscar Panitz.

Em 1914 era o seguinte o corpo médico: — Chefe da cirurgia: dr. Ricardo Machado; adjuntos: drs. José Flores Soares, Moisés A. de

A data, embora cara ao Rio Grande, não é lá muito simpática aos portugueses pois que contra eles, naqueles tempos, foi que, em grande parte, o movimento se fez. Mas é preciso também não esquecer que, apesar disso, grande número de portugueses a elle se filiaram e por elle terçaram lança.

Por isso tudo, foi dos mais simpáticos o gesto da colónia portuguesa na data centenária do inicio da Revolução Farroupilha.

* *

O património social, a 30 de Junho de 1936 elevava-se a 3.382:596\$000. Devemos, entretanto, notar que, nêsse património, estão incluídos os bens imoveis legados pelo seu valor na época da doação, pois o conjunto estava avaliado em apenas 144:971\$710 os existentes, sendo que alguns, os da rua Conceição, foram demolidos para dar lugar às novas construções do hospital, ficando portanto, no valor, somente o terreno que era, na realidade, o que valia naqueles próprios.

* *

Médicos: — Em 1903 prestaram seus serviços, após o falecimento do dr. Sebastião de Leão, os srs. dr. Deoclécio Sertório Pereira da Silva, diretor do serviço médico do hospital; dr. Jacinto Luis Gomes, médico cirurgião, e adjuntos os drs. José Carlos Ferreira e Ricardo Machado. Médicos externos: dr. Luis N. Masson e o oculista dr. Arrigo Cini.

Em 1904 pediu demissão o dr. Luis N. Masson, sendo substituído pelo dr. Arrigo Cini que passou a ocupar dois cargos.

Médicos extra, que somente atendiam quando chamados especialmente: Drs. Protásio Alves, Tristão Torres, João Abott e Dias Campos. Seus serviços, como o dos demais, eram gratuitos.

Em 1905 ofereceram seus préstimos os drs. Armando Barbedo, João Batista Márques Pereira e José Alves Valença que passariam a trabalhar no hospital quando necessário.

Em 1906 solicitaram exoneração os drs. Deoclécio Sertório Pereira da Silva e Jacinto Luis Gomes. Para seus cargos foram designados os drs. Ricardo Machado e José Carlos Ferreira. Novos médicos adjuntos: Drs. José Flores Soares, Rodolfo Machado Masson e Moises Alves de Menezes.

1909 — Nomeado novo adjunto de cirurgia o dr. Carlos Leite Pereira da Silva.

O dr. Arrigo Cini tendo-se ausentado, foi substituído pelo dr. Moisés Menezes.

1910 — Novo adjunto da secção de medicina o dr. Manuel José Pereiro Filho.

1911 — Nomeado adjunto de cirurgia o dr. José Hecker.

1912 — Nomeado novo adjunto de cirurgia o dr. Dionisio Cabeda Silveiro e de clínica de olhos o dr. Freire de Figueiredo.

Novo farmacêutico em substituição ao anterior, sr. Oscar Panitz.

Em 1914 era o seguinte o corpo médico: — Chefe da cirurgia: dr. Ricardo Machado; adjuntos: drs. José Flores Soares, Moisés A. de

Menezes e José Hecker. — Medicina geral: chefe dr. José Carlos Ferreira; adjuntos: drs. Manuel José Pereira Filho, Dionisio Cabeda Silveiro, Mário Totta. — Olhos: dr. Arrigo Cini; adjuntos: drs. Carlos Leite Pereira da Silva e Freire de Figueiredo. — Farmacêutico: Oscar Panitz.

Em 1916 foram acrescentados ao corpo médico os drs. Fernando de Paula Esteves como adjunto de cirurgia e como adjunto de clínica geral o dr. Breno Alves.

Em 1917, mais um adjunto para a clínica de olhos: o dr. Carlos Cini e em 1919 mais outro para a mesma especialidade, o dr. José Margenat. Esta clínica foi sempre externa, isto é: era exercida, gratuitamente, nos consultórios dos próprios médicos.

Em 1919 foi criado o serviço de odontologia, sendo nomeado o dr. João Rache Vitelo. Esta clínica também era externa.

1920 — Para a clínica geral mais dois médicos foram nomeados, os drs. Gaspar Faria e Otacílio Rosa.

Em 1921 entrou para o corpo médico do hospital, como adjunto de cirurgia, o dr. Isidro Heredia, sendo também transferido para a cirurgia o dr. Otacílio Rosa e, em lugar deste, para a clínica geral, foi nomeado o dr. Joaquim Rache Vitelo.

Em 1922 — Foi nomeado adjunto de cirurgia o dr. Alberto de Sousa que não tomou posse. Em 1923 retirou-se o dr. Ricardo Machado, passando a chefiar a secção de cirurgia o dr. José Flores Soares.

1925 — Dr. Humberto Wallau, adjunto de cirurgia e dr. João Calleya, de medicina geral.

1926 — Tendo falecido o dr. José Carlos Ferreira, passou a chefiar a clínica médica o dr. Manuel José Pereira Filho.

1927 — Entraram, como adjuntos de cirurgia os drs. Odone Marsiaj e Eliseu Paglioli. Criada a clínica médica externa com os drs. Arrigo Cini e Carlos Leite Pereira da Silva, que se retirara da clínica oftalmológica. Para a clínica geral foi nomeado adjunto o dr. Mário Bernd.

1929 — Amplia-se o corpo médico com um radiologista — o dr. Nestor Barbosa e mais dois médicos cirúrgicos, os drs. Guerra Blessmann e Homero Fleck.

No período de Janeiro de 1930 a Junho de 1931, foi criada a clínica de ginecologia e obstetrícia, sendo nomeado chefe o dr. Odone Marsiaj e adjunto o dr. Oscar Seixas. Para adjunto de cirurgia foi nomeado mais o dr. Luis Aragon e para a clínica geral o dr. Oscar Pereira. Em Novembro falecia o dr. José Flores Soares.

Em virtude da criação do novo serviço, o de ginecologia e obstetrícia, surgiu um mal entendido no corpo médico que, na sua quase totalidade, chefiado pelo dr. Moisés Menezes, se demitiu, sem ter sido possível ao benemérito presidente sr. José Pereira de Matos, sanar o caso. Em virtude disso, o corpo médico, em 1932, foi quase que totalmente renovado, ficando assim constituído:

Clínica cirúrgica - obstétrica - ginecológica: diretor — dr. Odone

Marsiaj; adjuntos: drs: Oscar Seixas, Enio Marsiaj, Bruno Marsiaj, Luis Soares Sarmiento Barata, Manuel Loforte Gonçalves, Saul Pinto Ciulla, Osvaldo Souto e E. J. Kanan.

Clínica médica: diretor — dr. João Augusto Calleya; adjuntos: drs. Breno Alves, José Tavares Flores Soares, Artur Coelho Borges, Nino Marsiaj e Edgar de Freitas Eifler.

Clínica Oftalmológica: diretor — dr. Arrigo Cini; adjuntos: drs. Carlos Cini e Oscar Teles Ferreira.

Radiologia: dr. Pedro Maciel, diretor.

Ainda na gestão do sr. José Pereira de Matos (1933/34), novos serviços médicos foram criados: a clínica de crianças, entregue inteiramente ao dr. Pedro A. Pereira, — e a clínica de oto-rino-laringologia, entregue ao dr. João Guilherme Valentim. Nesta mesma ocasião mais dois médicos foram incluídos no quadro: o dr. Landérico Magalhães, como adjunto da clínica médica e o dr. Norberto Pêgas, como adjunto de radiologia.

No ano seguinte passou a efetivo o dr. Pedro A. Pereira, como chefe, da clínica de crianças, tendo como adjunto o dr. Hélio Medeiros. Na clínica de oto-rino-laringologia três adjuntos foram nomeados: os drs. Atilio José Capuano, Júlio Bocaccio e Rubem A. Pereira. Com a desistência do dr. Pedro Maciel do cargo de radiologista chefe, assumiu o lugar o adjunto dr. Norberto Pêgas. Para a clínica cirúrgica-obstétrica ginecológica, foi nomeado novo adjunto, o dr. Mário Fernandes.

Com leves alterações assim se conservou o corpo médico, sempre prestando relevantes serviços, ao encerrar-se o mandato do sr. José Pereira de Matos, cuja obra, na direção da Sociedade Portuguesa de Beneficência, foi das mais eficientes e dignas do máximo louvor, sobretudo no que tange ao desenvolvimento e melhoramentos do serviço hospitalar.

O sr. José Pereira de Matos faleceu em Agosto de 1940, não como presidente da Sociedade pois que passara a presidência, em 1939, ao sr. Luis de Carvalho Bastos, mas como administrador do "Retiro da Velhice" que fora adquirido em sua gestão, em 1937, e sobre o qual falaremos em capítulo extra.

* *

Antes de encerrar este capítulo, seja-nos permitido, como ato de justiça e de gratidão, registrar o nome do sócio benemérito BERNARDO GONÇALVES FORTES, falecido em 1933, em avançada idade, e que durante 38 anos consecutivos trabalhou gratuitamente para a Sociedade Portuguesa de Beneficência, como guarda-livros. Durante todo esse período, ano por ano, encontramos nos relatórios o elogio agradecido da Sociedade ao sr. Bernardo Gonçalves Fortes, comerciante adiantado, que, vencendo todos os obstáculos, encontrava ainda tempo suficiente para fazer a escrita da Sociedade, trazendo-a rigorosamente em dia.

* * * *

CAPÍTULO X.

... E O CENTENÁRIO CHEGOU...

Talvês não existia no mundo sociedade particular, com associados de diversas classes e da mais variada índole e caracter como é a Sociedade Portuguesa de Beneficência que conta com cerca de 10.000 membros, em que se não tenham dado até sérios conflitos por motivo de direção, administração ou outros fatores.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência viu-se também, nesses cem anos de nobre e nobilitante atividade, por duas vezes, — somente duas! — envolvida em questões entre sócios: a primeira em 1867 quando o presidente sr. Antonio Felix de Bittencourt quiz impor uma eleição como queria, o que o obrigou a deixar o cargo, vendo anulada a eleição que fizera.

O segundo desentendimento ocorreu 82 anos mais tarde, em 1949, na presidência do sr. Amadeu Abrantes, quando a Diretoria e Conselho reunidos em sessão, a 8 de Maio de 1949, resolveram retirar-lhe a confiança.

Diversamente do que aconteceu em 1867, desta vez o antigo presidente voltou a concorrer como candidato à presidência, o que dividiu os sócios em dois grandes grupos: um fovarável à chapa oficial encabeçada pelo dr. Heitor Pires; outro, com a do candidato da opposição, sr. Amadeu Abrantes. A eleição foi renhida e as forças pareciam iguais. Afinal foi vitoriosa a chapa oficial com regular vantagem. A nova Diretoria e Conselho eleitos foram empossados a 31 de Julho de 1949.

Com essa administração nova fase foi inaugurada na direção da Sociedade Portuguesa de Beneficência, graças ao amplo programa de remodelações e ampliação de seu dinâmico presidente dr. Heitor Pires.

Teve, em verdade, a benemérita instituição fundada por Antonio Maria do Amaral Ribeiro, homens de inconfundível valor à testa de sua administração, desde o início até a actualidade. Mas, convenhamos, não fosse a ação conjunta, isto é, a boa vontade e o trabalho de todos os sócios e em especial dos mordomos e do abnegado corpo médico, o presidente e seus companheiros de Diretoria, nada ou pouco poderiam fazer não fosse a ação conjunta, isto é, a boa vontade e o trabalho do presidente e seus companheiros de Diretoria, nada ou pouco poderia fazer.

Se, por exemplo, no ano de 1867, a questão suscitada pela opposição do presidente Antonio Felix de Bittencourt não tivesse tido, como teve, a compreensão e a boa vontade da Diretoria eleita por êle, negando-se a tomar posse, possivelmente a Sociedade se cindiria e morreria como tem acontecido, em casos semelhantes, com outras instituições.

É a compreensão, a boa vontade e o trabalho desineteressado

pela grandeza da obra que fazem dessa obra um monumento digno, como é o caso da Sociedade Portuguesa de Beneficência que se tornou, por tudo isso um padrão de glórias, orgulho de Porto Alegre, do Rio Grãos terrenos em que assentam o hospital e dependências, cerca de quatro Brasil, é mais um monumento português nas plagas brasileiras.

* *

Em solene sessão realizada a 31 de Julho de 1949, assumiram seus cargos os eleitos a 24, presididos pelo sr. dr. Heitor Pires.

Como essa disputada eleição foi algo de chamar a atenção porque quebrava a habitual pacatez de tais atos e porque se tratava da Sociedade Portuguesa de Beneficência, a maior entidade beneficente e hospitalar particular do extremo sul do Brasil, surgiram manifestações de todos os pontos do Estado e do Brasil e mais, comentários e diz-que-diz-que se espalharam por toda a parte, interessando não só aos sócios como também aos estranhos. E por diversas vezes tivemos oportunidade de ouvir comentários desfavoráveis à eleição do dr. Heitor Pires. Alguns, notava-se logo, eram opiniões de simples despeitados. Outros, porém, de pessoas ponderadas que diziam não ser possível ao dr. Heitor Pires dirigir a Sociedade porque, advogado de grande clientela e homem de negócios, não teria tempo para cuidar da Beneficência como devia e a Sociedade merecia. Alguns chegaram a prencuniar a acefalia da entidade dentro de um ou dois anos.

Se os comentários do despeito não tinham importância pela origem, os segundos pareciam de muita solidês. Mas é que êsses comentadores não se lembraram de que, acima de tudo, estava o brio do homem e, a par deste o sentimento patriótico luso-brasileiro, capaz de sacrificar tudo, como aconteceu com o sr. José Pereira de Matos, para não deixar sem amparo e na inanidade uma instituição que trazia nas veias o sangue lusitano e fôra, sempre, obra de sacrifício e patriotismo, levada avante pela tenacidade de homens da estirpe daqueles heróis que fundaram Portugal.

Dessarte, aqueles comentários, hoje pertencem ao patrimônio moral do homem que os desmentiu sem, talvez, deles ter tido conhecimento — o dr. Heitor Pires.

Olhando para estas cifras teremos a mais nítida idéia do esforço e da capacidade administrativa da Diretoria eleita em 1949 e reeleita depois:

Patrimônio: em 1949 (Junho)	Cr\$ 14.464.184,30
em 1950 (Junho)	Cr\$ 18.622.693,90
em 1952 (Junho)	Cr\$ 27.185.703,10
em 1953 (Junho)	Cr\$ 32.935.694,10
em 1954 (31-1)	Cr\$ 44.435.948,30

Como se verifica, em apenas quatro anos e meio de administração o dr. Heitor Pires conseguiu aumentar de mais de três vezes o patrimônio social, sem a valorização enorme que tem tido os imóveis em Porto Alegre, a partir de 1945.

Se formos avaliar o atual patrimônio da Sociedade Portuguesa de Beneficência pelo valor corrente em 1954, teríamos, somente para os terrenos em que assentam o hospital e dependência, cerca de quarenta milhões de cruzeiros. E os prédios? E o material? E os outros imóveis? E o Retiro da Velhice? E o Cemitério? E o demais?...

Poder-se-ia muito bem duplicar o valor registrado como oficial, e ainda não seria o máximo.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência é, hoje, na realidade, uma potência cuja solidês não há mister encarecer.

E é assim que a pequena sociedade de 1854 se apresenta ao completar seu primeiro centenário de vida gloriosa e cheia de benemerência.

* *

— 1949 - 1950 —

Na primeira administração dr. Heitor Pires, uma das cousas inicialmente realizadas foi a ampliação dos serviços de clínicas que há muito vinham necessitando de melhorias e reformas, além de novas clínicas absolutamente necessárias. Assim, em meados de 1950 estavam funcionando as novas secções de

Ortopedia — sob a direção do Prof. dr. E. J. Kanan,

Psiquiatria e Neurologia — dirigida pelo dr. Anisson Messina;

Tisiologia — sob a chefia do dr. Nicolau Failace Celiberto; e

Cirurgia torácica — a cargo do Prof. dr. Mário Degni.

Como de costume, nas diversas clínicas médicos de grande renome ofereceram seus serviços profissionais gratuitamente de modo que, além dos anteriormente citados, ampliaram o corpo médico do hospital os srs. dr. Enio Celiberto Teixeira — pediatria; dr. Alberto Corrêa Ribeiro, clínica geral; dr. Denisse de Miranda Melo, cirurgia e especialização em doenças de senhoras; dr. Clésio Vieira de Matos, cirurgia e especialização do torax; dr. Mário Kaufmann, clínica geral.

Tendo-se afastado o ilustre radiologista sr. dr. Norperto Pêgas, chefe dos serviços de radiologia do hospital, foi a vaga preenchida pelo dr. Carlos Fonseca Pires, especialista de grande conceito.

Preenchendo sensível lacuna existente no serviço médico do hospital, foi criado o **Plantão Médico** somente durante a noite, sábados à tarde, domingos e dias feriados e santificados. Era uma necessidade esse "plantão" e necessidade tão premente que seus resultados, desde logo, se fizeram sentir. Foram nomeados para o "plantão médico" do hospital os srs. drs. Edmundo Goms da Silva, Carlos Brenner e Celso Beirão, todos médicos de renome quer como clínicos, quer como cirurgiões.

* *

Aos sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência foram ampliados os benefícios, graças a pequenas modificações do Regulamento Geral.

Assim, mesmo com médicos particulares, poderão os sócios, ago-

ra, gozar de quasi os mesmos beneficios dos que se utilizam dos médicos do hospital.

O artigo terceiro dizia que o sócio que se recolhesse a qualquer apartamento especial do hospital, seria considerado doente particular. Também esse artigo foi modificado.

Antes, eram pagos todos os serviços e aplicações de diatermia, radioterapia profunda e radiografia. Correm, hoje todos os serviços acima e aplicações por conta da Sociedade.

Dessarte, o sócio, internado no hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência goza de todas as vantagens sem maiores dispêndios, preenchendo-se, *in totum*, a finalidade da instituição.

Outra cousa a notar nêsse primeiro ano da administração do dr. Heitor Pires, foi o senso de economia, o contrôle rigoroso de todas as tivas. Os saldos apurados eram de imediato invertidos de maneira que operações, pois nada se pagou e nada se comprou sem a sua autorização. Os dinheiros da Sociedade só eram aplicados em cousas reprodutivas. Os saldo apurados eram de imediato invertidos de maneira que êles próprios passavam a dar novos superavits.

Verificando, inicialmente, que o sistema de escrita na Sociedade era arcaico, deu-lhe o dr. Heitor Pires nova e moderna feição de maneira a permitir um contrôle diário e preciso de todas as operações, e de cada uma das secções do hospital e da Sociedade. Além disso, foram reorganizados todos os serviços, inclusive a criação de um almoxarifado que não existia.

— 1950/1951 —

Procurando, dia a dia, melhorar, ampliar e completar os serviços clínicos da Sociedade, a administração, nêsse seu segundo ano, criou mais os seguintes serviços:

Urologia — chefiado pelo Prof. dr. Luis Sarmiento Barata.

Dermato-sifilografia — a cargo do dr. Haley Márques que, entretanto, por excesso de serviço seu, particular, demitiu-se logo sendo substituído pelo dr. Enio Candiota de Campos.

A Clínica Neurológica passou a ser atendida pelo dr. Celso Cesar Papaléo, por ter pedido demissão o dr. A. Messina.

Novos médicos foram admitidos, como adjuntos:

Oftalmologia — os drs. Eliezar Corrêa de Andrade e Licínio Borralho, em substituição ao dr. Oscar Teles que se licenciara por tempo indeterminado;

Oto-rino-laringologia — Prof. dr. Donato Di Donato;

Clínica médica e pediatria — dr. Godofredo de Oliveira Gomes.

O serviço de "Plantão Médico", único no Rio Grande do Sul, tem sido de utilidade a toda prova.

Tanbem relevantes têm sido os serviços de internos, criado recentemente, e exercido por três doutorandos aos quais a Sociedade paga honorários mensais fixos.

"O hospital dispunha apenas de uma tenda de oxigênio, — lê-se

no relatório do presidente dr. Heitor Pires, — sendo que os Irmãos Marsiaj mantinham quatro em pleno funcionamento. De acôrdo com a norma que adotamos de que o hospital devia estar perfeitamente aparelhado para atender a todas as eventualidades, resolvemos adquirir diversas tendas. Os Irmãos Marsiaj concordaram em nos vender das suas tendas contando hoje o nosso hospital com cinco tendas”.

O serviço de radioterapia fôra contratado por cinco anos com os ilustres médicos Irmãos Marsiaj. Expirado o prazo e renovado automaticamente por mais cinco anos, assentou a Diretoria, com os drs. Marsiaj que a Sociedade adquiriria essa aparelhagem o que foi feito.

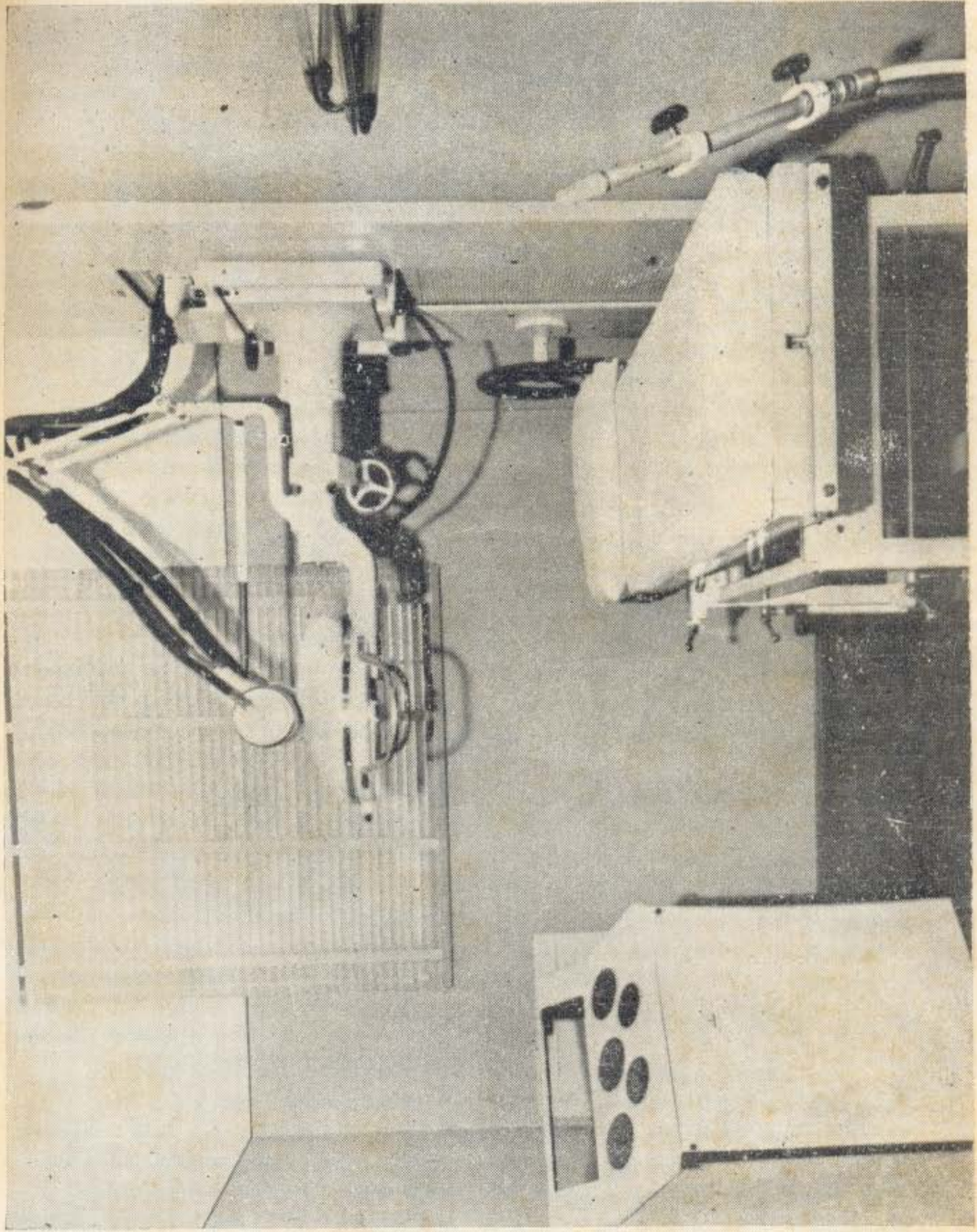
Novos consultórios instalou a administração que também adquiriu aparelhamentos para as secções de ortopedia e urologia, como organizou novas salas para operações.

A 20 de Agosto de 1950 foi solenemente inaugurado o novo bloco hospitalar. Apesar da chuva torrencial, mais de 1.500 pessoas visitaram-no. O ato inaugural, iniciado com missa solene rezada por S. Excia. Revma. D. Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, contou com a presença do Exm.º Governador do Estado, general Ernesto Dorneles, dos Exmos. Srs. General Comandante da Região, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Brigadeiro Comandante da Base Aérea, Secretários de Estado, Prefeito Municipal, Corpo Consular, Comandante da Brigada Militar do Estado, e representantes da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal, da Faculdade de Medicina, da Cruz Vermelha Brasileira, do Corpo Médico da Capital, de todos os hospitais de Porto Alegre, da Imprensa, além de outras autoridades civis, militares e eclesiásticas e grande número de senhoras, senhores e sócios.

Esse novo bloco deu ao hospital mais 71 apartamentos e 12 quartos, com talvez a melhor maternidade do Brasil, dotada de salas para partos, em série, com sala de alta cirurgia no centro, gabinete de médicos, berçário, etc. Além disso, ficou instalada nesse bloco a moderníssima cozinha à vapor, fabricação da C.º. Geral de Indústrias, luxuosa sala para as refeições das pessoas que acompanham os doentes, e diversos outros melhoramentos.

Em Abril de 1951 realizou-se em Porto Alegre o IV Congresso Sul-Americano de Neuro-Cirurgia que marcou época nos fastos científicos da America do Sul. Era seu presidente o então Prefeito Municipal, Prof. dr. Eliseu Paglioli, eminente neurologista. Os congressistas, entre os quais figuravam os maiores especialistas das Americas em neurologia, visitaram o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência que recebera convite especial para participar do grandioso certame científico. Dessa visita resultou tornar-se conhecida por diversos médicos de renome, do Sul, Centro e Norte-America, a Sociedade Portuguesa de Beneficência e seu modelar serviço hospitalar, tendo sido, a respeito, expendidos por eles os mais honrosos conceitos.

* * * *



SALA DE RADIOTERAPIA «DR. HEITOR PIRES»

Entre as Sociedades Portuguesas de Beneficência de Pelotas e Rio Grande, criadas alguns anos após a de Porto Alegre, realizou-se um convênio que veio completar a finalidade da família dessas sociedades no Rio Grande do Sul, que é o amparo mútuo aos associados de umas e outras, aliás, velha aspiração que o Presidente Pires tornou uma realidade.

O convênio, em resumo, é o seguinte, conforme se lê no relatório citado:

— "O sócio de uma entidade poderá utilizar-se dos serviços da outra pagando apenas 50% da conta hospitalar. Os restantes 50% serão pagos pela Beneficência de que for sócio, a qual gozará de um desconto de 10% sobre o total. Os sócios não hospitalizados têm direito ainda a 40% de desconto nas radiografias, 20% nas radioterapias e 30% na fisioterapia". O convênio entrou em vigor a 1.º de Janeiro de 1951.

Legados: — Após longos anos de paralização nesse sector, mais um legado foi feito à Sociedade: a sócia pensionista sra. D. Antonia Gomes de Oliveira Soares doou o prédio de sua propriedade sito à rua Benjamim Constant, em Porto Alegre, e mais, como funcionária da Prefeitura Municipal, fez seu seguro coletivo de Cr\$ 10.000,00 a favor da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Outros donativos foram feitos pelas Exmas. Snras. Donas Heloisa Toledo Pires e Frida Iochpe.

* * * *

O sr. José Pereira de Matos que fôra, por vários anos, presidente da Sociedade, por ela sacrificando seus interesses particulares, inclusive os da firma comercial de que fazia parte e que, por isso em grande parte, se viu forçado a liquidar com enormíssimos prejuízos, não era, sequer, sócio benfeitor!

Tendo falecido em 1940 como administrador do Retiro da Velhice, — a magnífica Granja da Sociedade, — seu nome ficou, apenas, nos anais como simples sócio que fôra presidente alguns anos consecutivos. Por isso, em sessão de Diretoria e Conselho Deliberativo, resgatando uma dívida de gratidão propôs o dr. Heitor Pires lhe fosse concedido, mesmo postumamente, o título de Benemérito. E assim o grande presidente que faleceu trabalhando pela Sociedade, conseguiu, depois de morto, ser considerado o que de há muito deveria ser — sócio benemérito.

À propósito diz o dr. Heitor Pires em seu relatório:

— "Ninguém mais do que êle mereceu êsse título, pois ninguém mais do que êle prestou tantos e tão nobres e dignificantes serviços a esta instituição, por quem deu a própria vida".

Em consequência, ficou ainda deliberado dar à sala onde está instalado o Gabinete de Radiologia, o nome do benemérito Presidente José Pereira de Matos e mais, conceder a perpetuidade do terreno onde repousam os seus restos mortais no Cemitério da Beneficência.

Na mesma ocasião foi também concedida a perpetuidade do terreno em que jaz outro benemérito presidente, o Comendador Antonio Francisco de Castro, paladino do progresso da Sociedade.

* * * *

Ampliada e modernizada a secção de Lavanderia que tão relevantes serviços presta ao hospital, foi também equipada com novos aparelhos adquiridos nos Estados Unidos.

Igualmente ampliou a administração o serviço interno de telefones, contando, atualmente o hospital com 200 aparelhos, ligando quartos e todas as dependências entre si e com o exterior.

Com a ampliação do hospital tornou-se também necessário aumentar e melhorar a Capela que já era pequena de per si. Atualmente, graças, à compreensão do ilustre presidente dr. Heitor Pires, conta o hospital com excelente Capela, de feição moderna e que impressiona pela sobriedade, onde não apenas as Revmas. Irmãs, mas todos os que trabalham no hospital e os próprios enfermos poderão assistir as devoções do culto católico, dirigido pelo capelão, Rev. padre Pedro Colling das Neves.

— 1951/1952 —

O prestígio do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência é enorme não só em Porto Alegre, como em todo o Rio Grande do Sul, nos grandes centros brasileiros e entre a classe médica em especial que tem visitado a capital gaucha, procedentes dos mais diversos pontos do país e do estrangeiro.

Uma prova dessa popularidade e prestígio, é o diploma que lhe foi conferido em 1951, dando-lhe o primeiro lugar a opinião pública do Rio Grande do Sul, ao responder à "enquete" sobre "qual o hospital preferido pela população do Estado".

E tão significativo é esse prestígio que os grandes médicos e grandes cirurgiões de Porto Alegre, de renome nacional muitos deles, e, mesmo, internacional alguns, fazem parte do corpo médico do hospital da Beneficência trabalhando para ele gratuitamente.

Ainda em 1951, criada a clínica Neuro-cirurgica, para dirigi-la ofereceu-se o grande e afamado cirurgião Prof. dr. Eliseu Paglioli.

E para a clínica de Gastro-enterologia ofereceu-se o conhecido especialista, apesar de moço, dr. Geraldo Escosteguy, que alia à sua profissão científica a de inspirado poeta, como muitos tem tido o Brasil, confirmando a famosa frase-chavão:

"Não fazem mal as Musas aos doutores"...

Aumentando mês a mês os serviços médicos, e sempre aparecendo clínicos de renome oferecendo seus préstimos profissionais, mais dois médicos foram incluídos entre os adjuntos: os conceituados pediatras Prof. dr. Carlos Pita Pinheiro e dra. Lisa Ebner, a primeira doutora a prestar seus serviços ao hospital da Beneficência Portuguesa.

A secção de radiologia voltou, concluída a licença que solicitara,

o dr. Oscar Teles que fôra substituído, no impedimento, pelos ilustres e abnegados drs. Licínio Borralho e Elizer Corrêa de Andrade.

Novos consultórios foram instalados e, à par destes, diversos ambulatórios, o que permitiu à Sociedade atender ao pedido do I. A. P. C. no sentido de serem feitos os curativos determinados pela carteira de acidentes do trabalho daquela autarquia no hospital da Beneficência Portuguesa e mais: desafogar as enfermarias pois que os curativos podem, agora, ser feitos nos ambulatórios.

Donativos e Legados: — Do consócio sr. Ernesto Bartussek recebeu a Sociedade a quantia de Cr\$ 4.000,00, e da sra. D. Angelina Della Pásqua Cauduro, pensionista, a de Cr\$ 10.500,00.

Em 1918 o consócio sr. Antonio Gomes de Sousa legara à Sociedade 10 ações da C.^o Fiação e Tecidos Portoalegrense, ações que ficaram em usufruto dos que indicara em testamento. Tendo, agora, falecido o último usufrutuário, passaram elas, assim, a integrar o patrimônio social.

Essas ações, porém, em virtude do aumento de capital por meio de bonus fornecidos aos acionistas, são, presentemente, em número de 40.

A sra. D. Lídia Brockmann doou, com reserva do usufruto para a doadora e mediante a concessão de título de sócia remida, os prédios da rua Cacequi, de sua propriedade, na cidade de Canoas.

* * * *

Em virtude do movimento sempre crescente, novos aumentos foram feitos, conforme vimos no ano anterior, aumentos que, completados, ampliaram extraordinariamente o potencial hospitalar.

Entretanto, dadas as constantes melhorias e ampliações que em instituições modelares como o hospital da Sociedade de Beneficência se fazem mister, novas aquisições de terrenos junto ao hospital foram realizadas.

A respeito diz o dr. Heitor Pires em seu relatório:

— '... esta instituição contraiu em Abril de 1947 um empréstimo hipotecário de Cr\$ 2.000.000,00 com a Associação dos Empregados no Comércio desta cidade, pelo prazo de cinco anos e que se vence conseqüentemente em Abril deste ano (1952). Estávamos com a importância em caixa e já havíamos anunciado o nosso propósito de resgatá-la quando chegou ao meu conhecimento de que um grande terreno com frente à rua da Conceição, junto ao da nossa propriedade estava à venda. Entrei imediatamente em campo e firmei desde logo o propósito de adquiri-lo pois isso me livraria da intranquilidade que me assaltava quando pensava na situação em que se encontraria, em futuro próximo, a nossa Sociedade ao se exgotar o terreno de que dispuhamos. Convoquei imediatamente os meus estimados companheiros de Diretoria e Conselho e após uma discreta visita ao terreno onde estão construídas diversas casas entre as quais as de ns. 514 a 532

com frente à rua da Conceição, todos participaram de minha opinião: adquirir o imóvel a qualquer preço”.

• E o imóvel foi adquirido por preço relativamente baixo, — Cr\$ 2.600.000,00, — e em breve, substituindo as velhas casas, erguer-se-á mais um grande bloco hospitalar, digno do que já aí está glorificando a laboriosa colônia portuguesa que iniciou bem pequenino em 1854, e honrando sobremodo a terra hospitaleira e boa do Rio Grande do Sul e de sua bonita e progressista capital.

* * * *

— 1952/1953 —

Neste ano social que se iniciou em Junho de 1952, e terminou em Junho de 53, grandes trabalhos foram executados e grandes obras iniciadas.

O Instituto de Radioterapia, começado no ano anterior, foi solenemente inaugurado em Outubro de 1952, recebendo, por proposta da maioria em sessão, o nome de "Instituto de Radioterapia Dr. Heitor Pires".

Esse gabinete dispõe de moderníssima aparelhagem, sendo a mais completa e eficiente do Rio Grande do Sul.

Novas salas de operações foram instaladas e inauguradas, em número de quatro, com sala auxiliar cada uma delas e um gabinete médico, constituindo, tudo isso, a primeira parte do bloco cirúrgico projetado.

Todas essas novas instalações estão dotadas de ar condicionado.

A respeito lemos no respectivo relatório:

— "Teve lugar neste ano social a inauguração de quatro novas salas de operações e mais quatro auxiliares, todas com ar condicionado e dotados dos mais modernos requisitos da técnica hospitalar. Está assim concluída a primeira parte do novo bloco cirúrgico, como concluído está o bloco hospitalar onde elas se acham localizadas, que compreende ainda um grande salão na parte térrea, destinado a desafogar os serviços da lavanderia e a Capela, e dois andares para dormitórios das moças que servem em nosso hospital, havendo quartos individuais, quartos para duas e quatro moças, e dormitórios gerais com até 16 camas, além de quartos para as Revmas. Irmãs que trabalham nas salas de operações, que ficam no andar inferior, tornando assim mais fácil o atendimento de serviços operatórios noturnos. — Deu-se, além disso, mais conforto às nossas funcionárias, que dispõem agora de quartos de banho completos e chuveiros em quantidade. — Falta agora, para completar o bloco cirúrgico, ultimar a reforma das atuais salas de operações situadas no 3.º andar, com o que disporemos só nesse andar de um total de oito salas de operações e mais oito auxiliares, além de uma sala de anestesia leve e dois gabinetes médicos".

Nos sete meses que se seguiram às declarações acima, muito

foi feito e o bloco cirúrgico que fôra projetado está em vias de conclusão devendo entrar breve em pleno funcionamento.

O corpo médico, sempre dedicado e digno dos maiores encômios, é uma das grandes causas do renome do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência. E êsses aplausos e encômios nunca lhe foram regateados em todos os relatórios.

Sob a presidência do dr. Heitor Pires foi feita uma transformação no sistema funcional do corpo médico. Até pouco antes, como vimos, só os chefes de clínica podiam dar baixa aos sócios e consequentemente só êles os poderiam atender. O regulamento determinava mesmo que, baixado por médico do quadro que não o chefe de clínica, o sócio seria internado como se fosse doente particular.

O presidente dr. Heitor Pires propôs então aos seus companheiros de administração fossem dados aos sócios os mesmos direitos se atendidos por qualquer médico do quadro que tambem poderia dar-lhe baixa. Ficaram, assim, os sócios com o direito de escolher dentre os médicos da Sociedade aquele que mais merecesse a sua confiança. E ante o novo sistema acabaram as designações de "chefes de clínica", que não mais se justificava.

Neste Ano do Centenário é o seguinte o ilustre corpo médico da Sociedade Portuguesa de Beneficência:

Cirurgia:

Dr. Odone Marsiaj
Dr. Enio Marsiaj
Dr. Nilo Marsiaj Noll
Dr. Balbino Márques da Rocha
Dr. Zeferino Bittencourt
Dr. Renato Luiz Amaral
Dr. Mário Fernandes
Dr. Edmundo Gomes da Silva

Clínica Médica:

Dr. Nilo Marsiaj Noll
Dr. Eduardo Gomes
Dr. José Luis Tavares Flores Soares
Dr. Mário Fernandes
Dr. Alberto Correa Ribeiro
Dr. Denice Leite de C. Miranda
Dr. Mário Kauffmann

Clínica infantil:

Dr. Pedro A. Pereira
Dr. Enio Celiberto Teixeira
Dr. Godofredo Gomes
Prof. Dr. Carlos Pitta Pinheiro
Dra. Lisa Ebner

Oto-Rino-Laringologia:

Dr. João G. Valentim
Dr. Júlio E. Bocaccio
Dr. Jairo Cruz
Dr. Israel Schermann

Clínica de Olhas:

Dr. Oscar Telles Ferreira
Dr. Nelton Guimarães Telles

Traumatologia e Ortopedia:

Dr. Elias Kanan
Dr. David de Azevedo Gusmão
Dr. Abelardo Noronha Abreu

Dermatologia:

Dr. Enio Candiota Campos

Electro-cardiografia:

Prof. Dr. Alvaro Barcelos Ferreira
Dr. João Batista Fernandes

Neuro-psiquiatria:

Dr. Prisco Paraiso Filho
Dr. Celso Papaleo

Urologia:

Prof. Dr. Luis Sarmiento Barata

Neuro-cirurgia:

Prof. Dr. Eliseu Paglioli

Clinica Tisiológica:

Dr. Nicolau Failace Celiberto

Radiologia:

Dr. Afonso Moren

Plantão Médico:

Dr. Edmundo Gomes da Silva

Dr. Carlos Brener

Dr. Sérgio Beirão

Gasoterapia:

Dr. Fernando Figueiredo

* *

Capela — O dr. Heitor Pires, causídico dos mais notáveis do Rio Grande do Sul e, além disso, industrial, tem se desdobrado de tal forma que parece ter-lhe Deus concedido o dom da ubiquidade. É realmente admirável a atividade do ilustre advogado e industrial, pois que ainda se divide entre a presidência da Casa de Portugal e a da Sociedade Portuguesa de Beneficência, atendendo e prestando o todas a mesma dedicação e o mesmo carinho. Já frizamos, no início do presente capítulo, o que muitos diziam preconizando, dada a imensidade de trabalho do dr. Heitor Pires, o abandono, por parte dêle, dessas atividades sociais, e chamamos a atenção de como, sem o saber, as desmentiu.

Repetindo aqui o trabalho e as responsabilidades que pesam sôbre os ombros do dr. Heitor Pires, queremos afirmar a sua assombrosa capacidade, capacidade essa tão precisa que nada lhe passa despercebido, quer na sua profissão, quer nas suas indústrias, quer nas sociedades que preside. E, assim, tudo procura melhorar e organizar devidamente, presidindo, na maioria dos casos, êle próprio, em pessoa, os trabalhos. E foi por êsse modo que, vendo a deficiência da antiga Capela, organizou e instalou nova, no recinto do hospital, digna de sua finalidade.

A Revma. Madre Bathilda, superiora das Irmãs da Divina Providência, — as populares Irmãs de Caridade que dirigem os serviços internos do hospital, — assim se referiu à moderna Capela instalada pelo dr. Heitor Pires no novo edifício:

— "A velha aspiração de todas as Irmãs que labutam na Beneficência Portuguesa de haver uma Capela condigna, tornou-se realidade no dia da Imaculada Conceição".

Bastaria essa declaração para o elogio da obra. Mas a Revma. Madre continua e descreve, em seguida a capela e a festa da inauguração, falando no encantamento do local sagrado, no "altar", todo de mármore, na ornamentação e na distinção e valor dos objetos do culto", para terminar citando frases do pregador na missa de inauguração, — o Rev. P. Friedrichs, Provincial dos Jesuitas, felicitando a Diretoria pela realização daquele "lugar de recolhimento em meio de tão grande atividade; fonte onde haurir fortaleza para suportar todo o peso do trabalho e lugar de agradecimento pelas bênçãos recebidas e a receber".

Já nos referimos, nos 99 anos que precederam, a todos os que lutaram pelo engrandecimento da obra imorredoura que aí está atestando a fibra dos filhos de Portugal e seus descendentes no Brasil.

Ao completar seu centenário a Sociedade Portuguesa de Beneficência, seria de justiça salientar nomes, isto, entretanto, sem menosprezar quem quer que seja.

O dr. Heitor Pires, que deveria encabeçar essa lista, pediu-nos que não o fizéssemos, pois entende que todos os seus companheiros, — o que é, aliás, uma verdade, — seriam dignos de destaque.

Realmente, todos os membros da Diretoria e do Conselho, todos os médicos, todos os sócios da Beneficência, são dignos de louvor, pois foi graças à compreensão de todos, à boa vontade, ao desprendimento, ao amor, à dedicação de todos, que se elevou e engrandeceu a Sociedade permitindo ao Presidente trabalhar como desejava, cumprindo seu programa com o carinho que lhe é peculiar.

Já mencionamos, páginas atrás, os médicos atuais do hospital, rendendo-lhes o merecido preito de justiça. Cabe, agora, referir também os membros da Diretoria e do Conselho que são, no conjunto, os estêios reais da Sociedade. Que seus nomes se gravem na memória de todos.

MEMBROS DA DIRETORIA no Ano do Centenário:

Presidente — dr. Heitor Pires; 1.º Vice-presidente — dr. Carlos Alves Pacheco; 2.º Vice-presidente — João de Oliveira Castro; 1.º Secretário — José Teixeira Rodrigues; 2.º Secretário — Oscar Cardoso Saraiva; 1.º Tesoureiro — Manuel Gomes Alves; 2.º Tesoureiro — Antonio Lopes Dias Guedes; Vogais -- Aparício Rosa da Mota, Alfredo Gaspar Afonso e Casemiro Teixeira da Silva; Suplentes da Diretoria: — Manuel de Almeida Andrade, Manuel Alexandre da Silva, Roberto Brandão Márques e José Pinto Monteiro.

CONSELHO DELIBERATIVO: —

Nota: — Este Conselho, pelos Estatutos atuais, divide-se em três partes: **membros efetivos** que são os eleitos e incluem a Diretoria e os sócios benfeitores e beneméritos que são **membros natos**, e **suplentes**, eleitos que substituirão os efetivos na falta ou impedimento ocasional.

Efetivos: — Alfredo Gaspar Afonso, Armando Alexandre Henriques, dr. Adolfo Bernd Junior, Alberto Fernandes dos Reis, Augusto Ferraz de Mendonça, Antonio Pereira de Sousa, Antonio Corrêa Martins, Antonio da Silva Torres, André Serrano Raya, Antonio Lopes Dias Guedes, Átila Porto Pires, Carlos Fernandes, dr. Ciro Fernandes Lemos, Dassi Giulian, Dirck Van Den Brul, Eugênio Capra, Hermógenes da Fontoura Barcelar, José Teixeira Rodrigues, José Pinto Monteiro, Jaime Azevedo Trindade, José de Almeida, José Figueiredo Borges, José Maria da Silva Cardoso, João Gomes da Silva, Luis Bar-

celos Feijó, Manuel Almeida Andrade, Manuel Gomes Alves, Manuel Alexandre da Silva, Manuel Maria Martins, Manuel da Costa Junior, Oscar Cardoso Saraiva, Paulo Cruz Moreira, Plácido Lopes da Fonte, Roberto Brandão Márques, Ricardo Gonzáles e Severo Fernandes Gomes.

Natos: (Benemérito) — Dr. Heitor Pires; — (Benfeitores) — Antonio Cardoso Saraiva, Aventino Pinto Vilarinho, Abel Tavares dos Santos, major Adroaldo Franco, Aparício Rosa da Mota, Arquimedes Fortini, Conrado Riegel Ferrari, dr. Celeste Gobato, dr. Carlos Alves Pacheco, Casemiro Teixeira da Silva, Francisco Provenzano, Francisco José Matoso, João de Lima Coelho, José Luis Gomes, João Dias Abrantes, João de Oliveira Castro, Luis de Figueiredo Moreira, Manuel Carvalho da Mota, Manuel Ferreira Moreira, Paulo de Sousa Ribeiro, Silvério de Vasconcelos Pinto e Osvaldo Santos Castro.

Suplentes: Armando Amado Coimbra, Aluisio Brixner, Ângelo Menegassi, Antonio Nunes Abreu, Antonio Carvalho, Alcides Mascarello, Alvaro Paiva, Artur do Canto Jr., dr. Ajadil de Lemos, dr. Francisco José da Costa Filho, Felipe Jeanselme Filho, Francisco Panichi, Humberto Moschetti, Hermes Bittencourt, José de Araujo Fernandes Costa, Leopoldo Ravazzolo, Marcínio Jardim da Silva, Manuel Rodrigues Bittencourt Reis, Manuel Figueiredo de Almeida e Vitor de Almeida.

Embora os membros natos do Conselho Deliberativo sejam sócios beneméritos e benfeitores, nem todos, entretanto, nêle figuram, atendendo ao que dispõe o Art. 29, do Cap. IX — "Do Conselho Deliberativo", que reza:

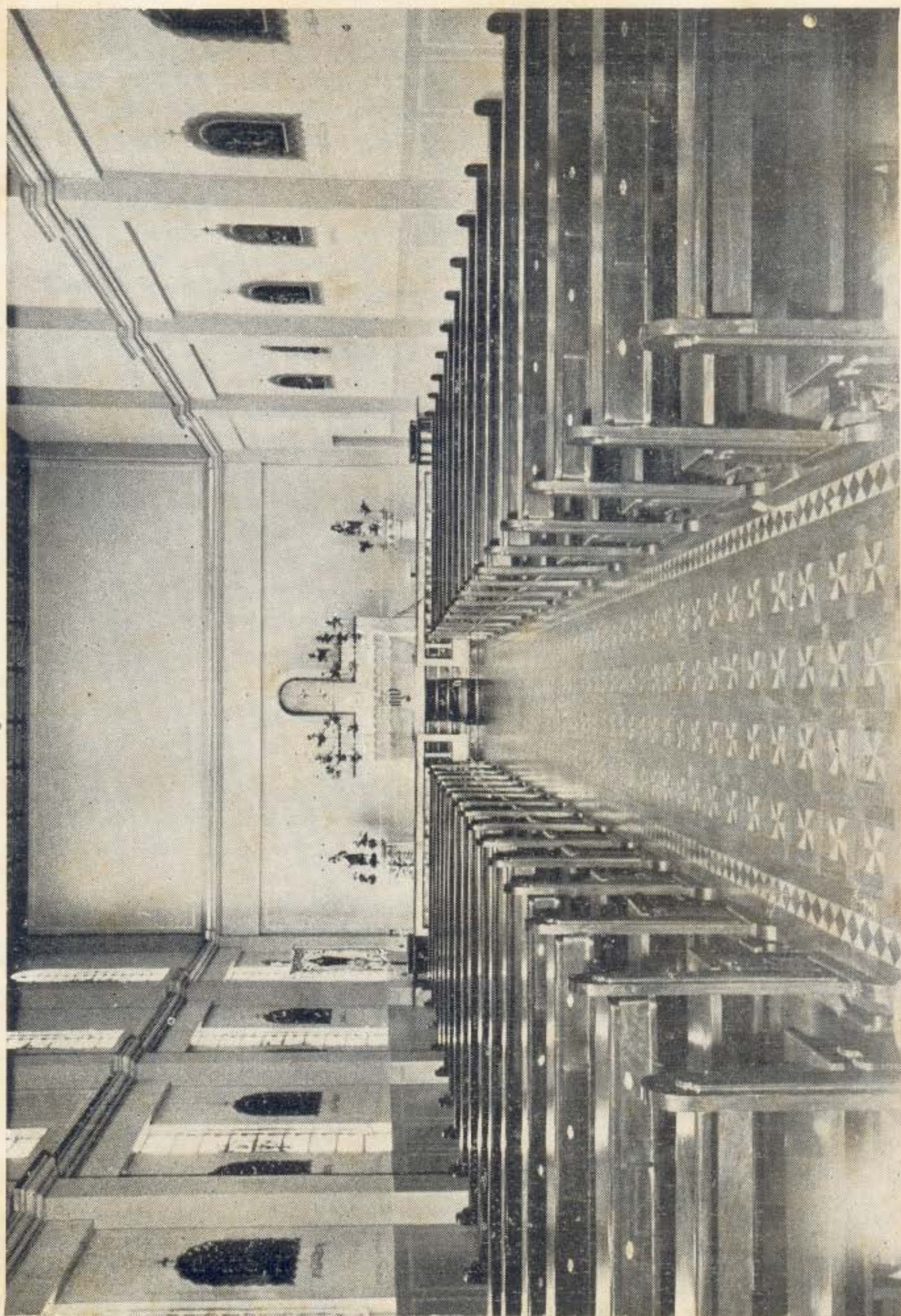
— "O Conselho Deliberativo compõe-se dos sócios benfeitores e beneméritos do sexo masculino, residentes na cidade, que são seus membros natos, e mais 40 sócios remidos, eleitos por um biênio, conforme o disposto na alínea "b" do art. 20, desde que sejam portugueses e brasileiros e NÃO EXERÇAM FUNÇÃO REMUNERADA NA SOCIEDADE OU PROFISSIONAL, dentro ou fora de seu hospital, ligada aos serviços que nêle são prestados".

Por essa razão estatutária não aparecem, entre os membros natos, diversas Exmas. senhoras e médicos há muito agraciados com o título de benfeitores e beneméritos. Por tal motivo daremos, em apêndice, sob n. 5, a relação completa dos beneméritos e benfeitores da Sociedade Portuguesa de Beneficência no Ano do Centenário, gravando, assim, seus nomes para a posteridade.

Devemos, ainda, referir parte importante da administração da Sociedade: a Comissão de Exame de Contas, composta dos seguintes membros efetivos:

Arnaldo Gaelzer, Domingos Alberto Lopes da Costa Márques e Vitório Francisco Giordani, — e seguintes suplentes:

Dr. Armando Gomes Ferreira, Francisco Ivo Schuck e Jarbas de Lorenzi Costa.



INTERIOR DA CAPELA DO HOSPITAL

Reforma dos Estatutos — Ao nascer recebeu a Sociedade seus Estatutos que sofreram, por diversas vezes e de acôrdo com as necessidades e progresso da entidade, algumas reformas. Em 1953, véspera do centenário, nova reforma foi feita, conforme projeto organizado por uma comissão composta do Presidente dr. Heitor Pires, 1.º vice-presidente dr. Carlos Alves Pacheco e João de Oliveira Castro. Esse projeto, aprovado posteriormente, introduziu modificações na estrutura orgânica da Sociedade.

Donativos — Merecem destacar-se os espontâneos donativos feitos á Sociedade pelos srs. Osório Torres de Oliveira, da quantia de Cr\$ 10.000,00; Ernesto Bartussek, de Cr\$ 2.000,00 (repetindo o que fizera no ano anterior); Francisco Cardoso, de Cr\$ 2.041,80, e de Manuel Maria Martins que doou à Granja um trio de porcos Durec-Jersey purcs de pedigré.

Visitas ilustres — Visitas ilustres e honrosas tem constantemente recebido a Sociedade. Devemos, entretanto, destacar as ultimamente recebidas, como a de S. Excia. o sr. Embaixador de Portugal no Brasil, dr. Antonio Leite de Faria, em Outubro de 1952, e pouco depois a de S. Excia. o sr. Comendador Abílio Brenha da Fontoura, Vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, que se mostrou surpreso com as magníficas instalações da de Porto Alegre, declarando que ficara "maravilhado por tudo quanto viu".

Situação financeira — Para se ter uma idéia do desenvolvimento social, daremos a seguir o valor patrimonial da Sociedade em cada um dos anos de 1947 a 1953 e mais, Janeiro de 1954. Para os anteriores, bastará consultar os capítulos de I a IX.

1946/47 ...	Cr\$ 8.557.144,20	—	1947/48 ...	Cr\$ 9.173.054,90
1948/49 ...	Cr\$ 14.464.184,03	—	1949/50 ...	Cr\$ 18.622.693,90 (*)
1950/51 ...	Cr\$ 22.834.486,90	—	1951/52 ...	Cr\$ 27.185.703,10
1952/53 ...	Cr\$ 2.935.694,10	—	1954 (31/1) ..	Cr\$ 44.435.948,30

E para que se tenha perfeito conhecimento da realidade financeira da Sociedade, basta examinar-se o quadro a seguir, indicativo dos superavits conseguidos nas gestões do dr. Heitor Pires (1949/1953):

Hospital	Cr\$ 15.320.870,80
Retiro da Velhice	Cr\$ 759.616,60
o que perfaz o total de Cr\$ 16.080.486,40, — em apenas quatro anos!	
Do aumento crescente dèsses superavits dirão as seguintes cifras:	
1949/50	Hospital — Cr\$ 2.484.132,40
	Retiro — Cr\$ 17.472,50
1950/51	Hospital — Cr\$ 3.584.983,90

(*) — Começa em Junho de 1949 a gestão do dr. Heitor Pires que recebeu a Sociedade com grandes dividas. A respeito da quantia que aparece para Janeiro de 1954, veja o Apêndice n.º 3.

1951/52	Hospital	—	Cr\$ 4.354.841,70
			Retiro	—	Cr\$ 200.430,40
1952/53	Hospital	—	Cr\$ 4.397.912,80
			Retiro	—	Cr\$ 387.682,40

notando-se que esse Retiro, adquirido em 1937, sempre deu déficit até 1949, conforme verificaremos no capítulo a ele dedicado.

* *

Do valor das casas adquiridas na rua da Conceição, de nrs. 514 a 532, por Cr\$ 2.600.000,00, ao findar o ano social de 1952/53 só faltava pagar o saldo de Cr\$ 600.000,00 que se vence em Abril de 1954.

Do empréstimo hipotecário anterior, de Cr\$ 2.000.000,00, foram também pagos Cr\$ 1.000.000,00, faltando o milhão restante que somente se vence em Abril de 1954.

Assim, praticamente, a Sociedade completa seu centenário sem dívida alguma, pois que possui em caixa fundos suficientes para liquidar os débitos em qualquer momento, consoante se verifica do relatório de 1952/53.

E aqui temos a História e o desenvolvimento da Sociedade Portuguesa de Beneficência principalmente no que se refere às organizações social e hospitalar, esta, sem favor, uma das melhores e mais modernas da América do Sul, consoante parecer de ilustres visitantes, sobretudo médicos.

* *

Movimento hospitalar — Poucos dados conseguimos obter a respeito do movimento hospitalar até 1949, pois que seria trabalho exaustivo, de muitas semanas, reunir o que figura nos diversos livros de entradas e saídas de enfermos. Sabemos, entretanto, graças ao trabalho beneditino do sr. Barão da Silva Nunes, na sua monografia sobre o cinquentenário da Sociedade, que nos 50 primeiros anos foram hospitalizados 6.727 sócios, e mais diversos particulares que figuram em vários relatórios.

No ano de 1929 encontramos, no relatório do Vice-presidente em exercício, sr. José Fernandes de Araujo Viana, o seguinte movimento:

Doentes existentes em 31-12-1928	62
Idem entrados durante o ano de 1929	1.278 1.340.

Dêsses, 1.000 eram particulares e 340 sócios. Do total, 555 pertenciam ao sexo feminino.

No relatório do sr. José Pereira de Matos (Ano Social de 1935/36), encontramos os seguintes dados:

Sócios doentes que passaram pelo hospital 318 hom. e 103 mulheres.
Doentes particulares entrados 513 hom. e 795 mulheres.

Como se vê, a frequência cresceu bastante de 1928 a 1935. Depois desse relatório, somente vamos encontrar novos dados sobre o movimento hospitalar, nos do dr. Heitor Pires, e por eles verificare-

mos que os momentos anteriores desaparecem, por assim dizer, pela sua pequenês.

Embora êsses dados estatísticos não revelem o número de doentes hospitalizados ou que passaram pelos leitos do hospital, os quadros abaixo darão, contudo, idéia nítida da frequência de junho de 1951 a junho de 1953:

OPERAÇÕES:

1950/51 — alta cirurgia 2.400 - pequena e média cirurgia 2.735

1951/52 — idem 2.544 — idem 2.950

1952/53 — idem 2.936 — idem 2.703

Total das operações nesses três anos 16.268.

CRIANÇAS NASCIDAS NO HOSPITAL:

1950/51 1.475 — 1951/52 1.770 — 1952/53 2.153 — Total: 5.398

CURATIVOS:

1950/51 — em sócios 3.205 — em particulares 16.437

1951/52 — idem 3.482 — idem 20.307

1952/53 --- criado, nêsse ano social, o ambulatório, consta do relatório apenas os feitos ali 4.740

É claro que muitos milhares mais foram feitos em sócios e em particulares nas clínicas, enfermarias e maternidade.

INJEÇÕES:

1950/51 — em sócios 21.131 — em particul. 73.086 — Total: 94.217

1951/52 — idem 25.254 — idem 88.914 — Total: 114.168

1952/53 — idem 41.248 — idem 55.038

— no ambulatório 41.320 — Total: 105.251.

RECEITAS fornecidas pela Farmácia da Sociedade:

1950/51 — para sócios 20.683 — para part. 157.434 — Total: 178.117

1951/52 — idem 21.455 — idem 193.183 — Total: 214.638

1952/53 — idem.... 41.248 — idem 216.080 — Total: 257.328

Teremos, assim, **somente entre operações e partos**, a média anual superior a 7.000 hospitalizados para tais fins. O total de enfermos que passaram pelo hospital nos últimos anos (1949/53), alcança média anual acima de 8.000.

Não devem ser muitos os hospitais na América do Sul com semelhante movimento, quer parecer-nos, especialmente no que diz respeito a operações e a nascimentos.

É de observar que em um ano da gestão do dr. Heitor Pires estiveram mais doentes baixados do que nos primeiros 50 anos da Sociedade!

* *

“...e o centenário chegou...”

Olhando o longínquo ano de 1854 e o que hoje, cem anos apenas transcorridos, se verifica, verdadeiro assombro nos avassala a alma.

Obra coletiva, de cunho popular, iniciada por uma minoria estrangeira, embora amiga e irmã, seu desenvolvimento não se poderia explicar não fosse o espírito de sacrifício que verificamos ao estudar

essa obra monumental e, a par, a tenacidade, a harmonia de pontos de vista e o sentido profundo de caridade, fraternidade e humanidade que sempre norteou os administradores da obra, auxiliados pela graça de Deus e pelo espírito de compreensão dessa abnegada e cristianíssima classe médica de Porto Alegre.

Não fosse esse conjunto de fatores teria sido humanamente impossível a conquista do que se aí vê, teria sido simples utopia o sonho dos beneméritos fundadores, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência seria ainda hoje uma simples sociedade como tantas outras, em luta constante com tropeços e percalços se tivesse conseguido vencer a ação corrosiva do tempo e o veneno da ambição humana.

Por isso, concluindo, podemos aplicar à grandiosa obra da Sociedade Portuguesa de Beneficência as palavras de seu ilustre e grande presidente atual, Dr. Heitor Pires, ao referir-se ao desenvolvimento da Sociedade de 1949 a 1954:

— "Em verdade, a situação que vimos desfrutando deve-se à aparelhagem de que dotamos o nosso hospital, à assistência e bom tratamento dispensado aos enfermos, à perícia dos cirurgiões e ao sistema que introduzimos de distribuição de quartos que nos dá um rendimento talvez raramente atingido por qualquer outro hospital do país e do estrangeiro".

Esses últimos melhoramentos de que nos fala o ilustre dr. Heitor Pires, por êle introduzidos, são conquistas da civilização e da ciência, moderna, aperfeiçoamentos criados pelo progresso, e que cada uma das administrações, desde a fundação do hospital, vinha introduzindo, de acôrdo com a época e seu progresso, mostrando sempre, cada Diretoria e cada presidente progressista, o grau de compreensão e de boa vontade. Nenhuma, porém, esforçou-se como esta presidida pelo dr. Heitor Pires para reunir, de uma só vez tudo o que de bom e melhor tem aparecido em matéria hospitalar e de aparelhagem para todos os mistéres médico-cirúrgicos. É por isso que a esta Diretoria e Conselho que têm a honra de dirigir a Sociedade Portuguesa de Beneficência no ano do Centenário não se pode regatear aplausos, mormente quando se vem acompanhando o desenvolvimento, seguro é bem verdade, mas lento, dessa benemérita obra criada pelo modesto mas intemerato Vice-consul português Antonio Maria do Amaral Ribeiro a 26 de Fevereiro de 1854.

* * * *

* *

CAPÍTULO XI

A GRANJA — RETIRO DA VELHICE

As granjas, comuns em Portugal, eram, no geral, herdades onde, além do que respeitava à granja propriamente dita, havia a casa residencial dos senhores, dos proprietários.

Granja, entretanto, não significava mais do que o prédio rústico em que eram guardados os cereais. Palavra de origem latina — *Granea*, grão, — sofreu alteração semântica, passando a significar o conjunto em linguagem comum, isto é: os prédios, as plantações e as terras, embora em sentido mais restrito e mais aproximado da origem, signifique apenas, no geral da linguagem moderna, o conjunto dos prédios quer se destinem à conservação dos cereais, quer se destinem ao gado — estábulos, galpões, cercados ou mangueiras como se denominam no Rio Grande do Sul, e outras semelhantes, quer à residência dos empregados e, também, do proprietário. Esta é a casa grande da Granja.

Não se deve, entretanto, confundir “granja” com “morgado”. São cousas diversas, senão no conjunto, ao menos no direito de propriedade, pois o morgado era, em Portugal, herança inalienável a princípio, de grandes propriedades com residências alterosas e o demais que respeita ao cultivo e à criação. Essa herança, porém, só cabia ao primogênio, o sr. Morgado. Os romances de Camilo Castelo Branco, o grande mestre da língua e do romance português do Século XIX, tratam seguidamente de morgados como personagens centrais.

Existem granjas gerais e granjas especializadas de arroz, milho e outros cereais.

É no sentido geral, moderno, que a Sociedade Portuguesa de Beneficência possui a sua belíssima granja com cerca de 130 hectares de ótimas terras, pastagens, matos e aguadas, a apenas 22 kms. da Capital gaucha e a 8 kms. mais ou menos da cidade de Gravataí, em lugar próspero, à beira da estrada Porto Alegre - Gravataí - Taquara e outras localidades.

Essa granja seria, propriamente, uma estância pequena, — estanciola, — pois que tudo ali nos lembra as grandes estâncias gauchas.

Adquirido em 1937 na gestão do presidente José Pereira de Mattos o magnífico trato da terra por 110:000\$000 o que já naquela época foi baratíssimo, era destinado, — como ainda é e será concretizado um dia, se Deus quizer, — para instalação de moderna granja de carácter geral e de um retiro para a Velhice, — lugar de repouso para pensionistas da Sociedade que desejarem passar seus derradeiros anos

tranquilamente, longe do bulício da cidade, em recanto bucólico. E o lugar, para isso, é ideal, muito superior ao em que está instalada a Instituição Padre Cacique com finalidades idênticas, mas especialmente para desamparados.

Iniciados os trabalhos na Granja Retiro da Velhice pelo sr. José Pereira de Matos que, ao deixar a presidência da Sociedade fora nomeado seu primeiro administrador e organizador, o ilustre e benemérito presidente que tudo havia sacrificado, inclusive sua firma comercial para cuidar e tratar devidamente da Sociedade, viu-se acusado, injustamente, por alguns sócios e membros da Diretoria só porque, como administrador — ele que tudo perdera, — percebia UM CONTO DE REIS mensais pelo seu insano trabalho. E foi esse conto de reis, segundo opinião de antigos sócios, que o levou mais rapidamente à sepultura!

Na acusação que então lhe faziam, figurava, também, o deficit que a Granja dava, e diziam que o administrador recebia aquela importância para nada fazer.

Entretanto, era mais do que natural que aquela imensidade de terras sem construções, a não ser um poço e uma velha casa onde foi instalado, depois o Grupo Escolar Luis de Camões, desse prejuizo. Mas, o que se devia estranhar era que, depois da administração Matos que quase tudo deixou feito, o deficit continuasse, como se verifica pelo balancete de 30 de Junho de 1947, dez anos após a compra e sete ou oito após a morte de José Pereira de Matos, ocorrida em 1940, num total de Cr\$ 148.431,90, calculadas as propriedades de Retiro em Cr\$ 1.549.326,80. Em seu primeiro relatório (1949/50) diz o sr. Presidente dr. Heitor Pires, depois de falar no estado em que encontrara a Granja, que era com satisfação que comunicava “ter transformado, em apenas onze meses de administração, um prejuizo de Cr\$ 311.815,40, num superavit efetivo de Cr\$ 17.472,50”, contradizendo os dados oficiais do relatório da diretoria anterior que elevou extraordinariamente o valor das existências, especialmente dos animais e aves, como novilhas calculadas à razão de Cr\$ 4.000,00 marrecos a Cr\$ 120 e 80, galinhas a Cr\$ 50, perús a Cr\$ 120, etc. valores estes que foram rebaixados para a realidade: as novilhas a Cr\$ 1.000, os marrecos a Cr\$ 40, as galinhas a Cr\$ 40, os perús a Cr\$ 140 e 90, etc.

Ora, se mesmo assim, com preços e valores exagerados, houve deficit, algo devia faltar, e esse algo era a boa administração a compreensão do que aquilo representava para a Sociedade e fôra sonhado pelo abnegado sr. José Pereira de Matos.

Em 1950, no final do primeiro ano da presidência do dr. Heitor Pires na Sociedade Portuguesa de Beneficência, aquele patrimônio passou a ser de Cr\$ 2.043.824,70, absolutamente real e o superavit, como vimos, foi de Cr\$ 17.472,50, e maior teria sido se não houvesse rebaixado ao normal os valores do ativo.

É que a nova Diretoria e Conselho Deliberativo da Sociedade,

tendo à frente o espírito empreendedor e dinâmico do dr. Heitor Pires, viu mais longe e compreendeu que, para o êxito da Granja Retiro da Velhice era necessário, antes do mais, gastar, mas gastar bem para obter resultado satisfatório. E foi o que fez, aumentando o patrimônio com materia produtiva de primeira qualidade. E o resultado não se fez esperar: em doze meses foi o deficit coberto, e ainda conseguiu a administração pequeno superavit, como vimos.

Visão, capacidade administrativa rural e boa fiscalização, foram as causas do progresso da esplêndida granja.

À sua testa estão, como administrador pago, o sr. Geraldo Hoeper e superintendente, o sr. Casemiro Teixeira da Silva, pessoa da confiança do Presidente dr. Heitor Pires, e cuja vida está totalmente consagrada á granja.

• •

Magnificamente instalada, com edificações rurais modernas e moderníssimas instalações para aves, porcos e gado bovino, a granja possui, além de ótimos campos, excelentes aguadas e magníficos capões naturais e plantações de eucaliptos numa coxilha encantadora.

O conjunto, visto de uma das coxilhas a cerca de 200 metros além da grande casa rural, é verdadeiramente poético. Por um lado, sul, a estrada para Gravataí que tem, na outra margem, grande número de residências partiaulares e chácaras; no ângulo leste-norte passa a estrada para Taquara que se bifurca da de Gravataí justamente no final da Granja; ao norte, um belo capão onde o gado bovino se abriga do calor e do vento, e a plantação de eucaliptos; e a oeste, mais para o lado sul, as construções tendo, na frente, bonito lago e o poço com respectiva bomba de recalque. E, cercando tudo isso, a extensão ondulada em amenas coxilhas, do campo em que o gado bovino, — o bonito plantel de holandeses, — passa o dia pastando se o calor não for demasiado ou o vento não o castigar muito, pois nesses casos lá está êle se abrigando sob as árvores do lindo capão.

Entre êsse campo em que vive o bovino e as construções rurais, está localizada a criação de suínos de raça Large-black e Duroc-Jersey em chiqueiros modernos, lageados, perfeitamente higiênicos, num bom cercado com aguada natural e um bonito caponete. Mais além, entre a casa grande e o criadeiro de porcos, um galpão com 60 metros de comprimento por 10 de largura, com mangedouras especiais, para o pernoite dos bovinos, especialmente das vacas leiteiras. Próximo ao galpão, duas obras de real valor para a granja: o banheiro carrapaticida e a estrumeira, ambos construídos nos mais modernos moldes, e considerados pelos técnicos instalações de primeira ordem.

Possue ainda a Granja, tudo higiênico e moderno, um matadouro modelo para aves e gado bovino e suíno; estábulo para as vacas leiteiras; moinho para descascar milho e, além das plantações de forragens (12 hectares) e de mandioca (cerca de 30 hectares), grande número de árvores frutíferas, 120 pés de parreiras de qualidade e mais

algumas dezenas de pés de oliveiras, novos ainda, e de cafeeiros, novos também.

A casa grande, excelente prédio com dois pisos, possui, no superior, bonita capela e alguns quartos, onde as Irmãs de Caridade que trabalham no hospital vão passar, em pequenos grupos, os fins de semana.

Ampliado esse prédio logo que a situação o permitir, terão ali os velhos pensionistas o seu retiro tranquilo e bucólico, num recanto verdadeiramente edênico.

* *

A respeito do gado bovino existente na Granja, — 145 animais de raça holandesa, — o sr. Júlio Brunelli, criador de renome no município de Porto Alegre, declarou que o plantel da Sociedade Portuguesa de Beneficência era de excelente qualidade e que podia "ser considerado, sem favor algum, como um dos melhores do Rio Grand do Sul".

Nesse plantel há a destacar os dois magestosos touros reprodutores: Dirck, natural da Holanda, e outro holandês-americano, considerados dos melhores do Estado.

De não menor importância é a criação de porcos das raças Largeblack e Duroc-Jersey, num total de 230 animais entre adultos e leitões.

Para completar o conjunto, há, ainda, a criação inicial de patos, gansos, marrecos, etc.

Como se vê, esse conjunto não só melhorou barateando certas necessidades, como também está dando muito bons resultados, além de poder fornecer ao hospital artigos de primeira qualidade.

A produção diária de leite na Granja é de mais ou menos 500 litros que dão para o consumo do hospital, sobrando ainda para a fabricação de manteiga, queijo e requeijão.

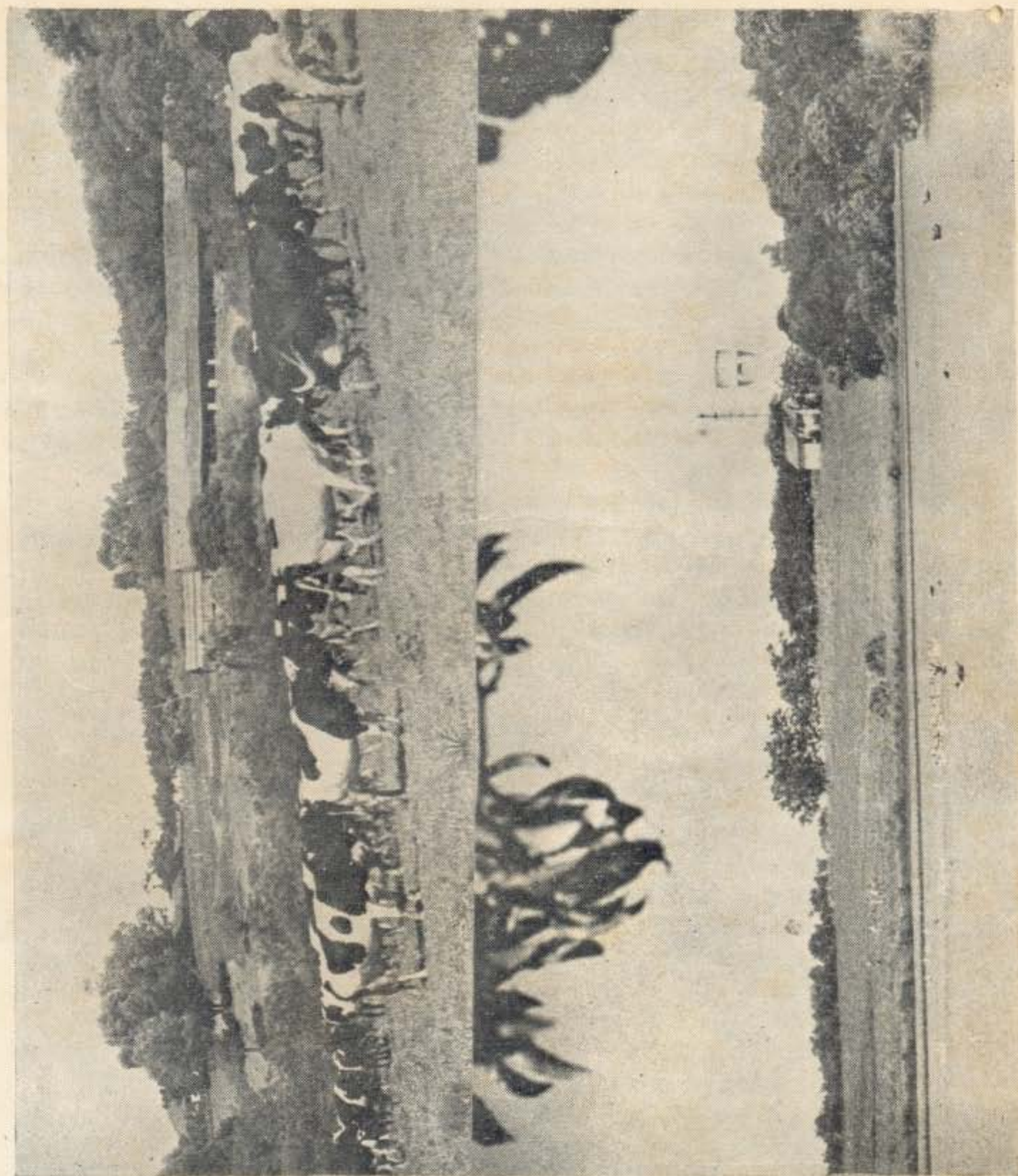
* *

No recanto sul da granja, junto à estrada Gravataí-Taquara, está localizada uma antiga casa que a administração pretende reconstruir condignamente para a instalação definitiva do Grupo Escolar Luis de Camões, atendido por professoras públicas do Estado.

Grande era a população daquela zona na época da aquisição da Granja e muito maior é agora, podendo-se dizer que está triplicada. E o Grupo Escolar Luis de Camões, criado pela Sociedade Portuguesa de Beneficência e instalado em prédio de sua propriedade na Granja, é o único que existe num círculo de talvez 5 kms. de raio. Necessário se torna, por isso, salientar a benemerência da Sociedade também nesse particular, beneficiando, graças à sua boa vontade e patriotismo algumas centenas de crianças daquela próspera e encantadora zona do município de Gravataí.

* *

Para completar a visão do que representa agora a Granja Retiro da Velhice, que futuramente será verdadeiro manancial para a Sociedade se continuar bem administrada e dirigida, — damos a seguir os



GRANJA: — PLANTEL DO GADO HOLANDES E VISTA DA LAGOA E CAIXA D'AGUA

quadros da Receita, Despesa e Superavit no quadriênio dr. Heitor Pires apenas, mesmo porque, antes, só dava prejuizo:

Ano	Receita	Despeza	Superavit
1950	Cr\$ 537.528,00	Cr\$ 520.055,50	Cr\$ 17.472,50 (Junho a Junho)
1951	575.480,90	421.449,60	154.031,30 (idem)
1952	756.200,10	555.769,70	200.430,40 (idem)
1953	1.147.084,50	759.402,10	387.682,60 (idem)

De 30 de Junho de 1953 até 31 de Dezembro do mesmo ano, o balancete acusava:

Receita Cr\$ 475.952,90

Despeza Cr\$ 318.487,70,

dando um superavit de Cr\$ 157.465,20, sem contar os valores dos animais nascidos recentemente, das plantações e cousas menores, o que daria um superavit talvez 3 vezes superior ao referido.

* *

Quem não conheceu a Granja em 1949 e a visita agora, dirá que as palavras do sr. Presidente da Sociedade, em 1950, em seu relatório, foram exageradas.

Dizia ele então:

— "Ao tomar posse em 1.º de Agosto (de 1949) encontramos esse departamento em completa desorganização. As terras de cultura estavam cobertas de matos, quando a essa altura já deviam estar preparadas para receber as sementes. Os operários, em número sobremodo excessivo, quase nada produziam. Procuramos, então, selecionar o pessoal e atacamos de rijo a lavragem das terras e posterior semear-teiras.

Era necessário, era indispensável intensificar a produção, inclusive de pasto para os animais. Reduzir a despeza ao necessário e aumentar a produção, eis o binômio indispensável a uma boa administração. E foi o que procuramos fazer.

Reduzimos o pessoal em quase 50%, embora melhorando os salários para estímulo ao trabalho. Mas fomos obrigados a grandes despesas para recuperação tanto da terra abandonada, como dos animais doentes e em mau estado. As aves, por exemplo, estavam em perigoso estado de desnutrição.

O presente exercício foi, por assim dizer, de recuperação e início de organização".

Mas quem conheceu a Granja naquela época sabe perfeitamente que em seu relatório o sr. dr. Heitor Pires não descreveu a situação com todo o negror que se apresentava. E quem a viu naquele ano e hoje a visita, notará tão grande diferença em tudo julgando, à primeira vista, que se trata de uma granja há longos anos trabalhada com carinho e desvelo e não de um trato de terras com algumas construções precárias e animais em mau estado, recém recuperados.

Se continuar no mesmo pé de desenvolvimento, a Granja Retiro

da Velhice chegará ao ponto de, por si só, sustentar mais da metade do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

* *

É este o magnífico panorama que nos apresenta essa grandiosa instituição ao completar seu primeiro centenário de existência: — um símbolo sublime, em tudo e por tudo graças à orientação sadia e arejada de sua Diretoria e Conselho sob a presidência dêsse cidadão inteligente, culto e trabalhador que é o sr. dr. Heitor Pires.

* * * *

APÊNDICES

- N.º 1 — Primeiros benfeitores da Sociedade Portuguesa de Beneficência (1854).
- N.º 2 — Relação dos Presidentes da Sociedade (1854 — 1954).
- N.º 3 — Evolução do Patrimônio social (1854 — 1954).
- N.º 4 — Ativo e Passivo da Sociedade em 31 de Janeiro de 1954.
- N.º 5 — Beneméritos e benfeitores da Sociedade na Ano do Centenário.
- N.º 6 — Jubileu da Beneficência Portuguesa (1904), poesia de Nicolau Vicente Pereira.

BIBLIOGRAFIA GERAL.

N.º 1

PRIMEIROS BENFEITORES (1854)

Antonio Fernandes dos Reis	José Luis Esteves (Rio Pardo)
Baltazar Pereira Guedes	José Mendes da Silva
Bento José de Farias	João Pedro Bem
Cristóvão Pascoal Ratto	João Ferreira Bastos
Cristóvão José Vieira, médico	João Teixeira Pinto de Azevedo
Domingos Manuel dos Santos Porto	(Alegrete)
Dionisio de Oliveira Silveiro, médico	José Antonio Tavares, capitão
Eugênio José de Freitas Guimarães	(Alegrete)
Emília Clara de Menezes Souto	João Francisco Vaz Viana
Maior	João Ferreira da Silva Bastos
Francisco Antonio Borges	(Alegrete)
Francisco Márques Barroso	João Rodrigues Fagundes, doutor
Francisco Nunes Coimbra	Júlio Batista Blejil
Francisco Martins da Cruz Jobim	Joaquim Fernandes de Sousa (Rio
(São Gabriel)	Pardo)
Fidêncio Nepomuceno Prates	José de Sousa e Silva, doutor (R.
(São Gabriel)	Pardo)
Francisco Ernesto da Silva (id.)	José de Lemos Terra (Mostardas)
Feliciano Joaquim Bormann	Jaidoso João Pedro Dager
Francisco de Lemos Pinto Filho	Jonatas Abbott Filho, médico
Feliciano Antonio da Costa, boti- José Antonio Melquiades Ferreira	(São Gabriel)
cário	Lobo
Francisco Tomaz, boticário	João Henrique Coquett
Francisco Pedro Alves dos Reis	João Coelho da Silva (Alegrete)
Francisco Ferreira da Silva	José Maria Sousa, doutor
Gertrudes Magna Dias	Joaquim da Silva Lisboa (Rio
Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem	Pardo)
João Batista Soares da Silveira e Sousa	João Augusto Penedo, boticário
José da Costa Carvalho	(Jaguarão)
José Francisco do Casal	José Bernardino dos Santos Bitten-
Joaquim José de Oliveira Lima	court, dr.
José Francisco da Silveira	Joaquim Pereira de Freitas
José Domingos dos Santos	João de Freitas Travassos
José Ribeiro Guimarães	João Jaeger
Joaquim Balbino Cordeiro	José Joaquim Soares
José Afonso Pereira, doutor	Joaquim José da Silva Costa
José dos Santos Braga	José Antonio Pereira Setubal
José Francisco Duarte (R. Grande)	Joaquim Gonçalves Bastos
José das Dores Sequeira Rovisco, José Pedro da Silva	
médico	João Antonio Coelho Junior
Joaquim José Rodrigues	João Luis Francisco da Silva
José Pedro Alves	Lopo Gonçalves Bastos
João Júlio Carneiro Barbosa	Luis Ferreira das Neves
	Luis da Silva Flores, médico

Luis Afonso de Azambuja, boticário	Manuel de Oliveira Pais, cap. ten. rio	Manuel Dória da Luz (Uruguaiana)
Luis Carlos de Oliveira		
Luis Rodrigues de Oliveira, major (Alegrete)	Manuel Domingues (Uruguaiana)	Nicolau Weirich (Rio Pardo)
Manuel José da Conceição Braga	Pedro José Ferreira	
Leonardo da Costa Carvalho Mace-dônia (idem)	Porfírio Joaquim de Macedo, médico	Tiago de Pena (ou Pina?) Cabral,
Manuel Joaquim Corrêa Santos, cap. tenente	padre	Pedro Antonio Martins
Manuel José de Carvalho Bastos	Raimundo Alvares da Mota	
Manuel Pereira da Silva Ubatuba, médico	Vicente da Costa Osório	Vitor osé da Silva, boticário

Estes os sócios benfeitores registrados até 31 de Dezembro de 1854, os estêios, portanto, da Sociedade Portuguesa de Beneficência, os alicerçadores da obra que atravessou o século ampliando-se cada vez mais até atingir a magnitude dos dias que correm.

É interessante verificar-se que entre êsses primeiros benfeitores da Sociedade, existem nomes que, na época tiveram projeção imensa, como o dr. Dionísio de Oliveira Silveiro, Francisco Martins da Cruz Jobim, de São Gabriel, que se destacou como político, Hilário Gonçalves Ferrugem, que se salientou na revolução farroupilha, o dr. Jônatas Abbott Filho, (filho do Conselheiro Jônatas Abbott, um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Bahia), pái do dr. Fernando Abbott e do Dr. João Abbott, e ascendente, por parte de uma filha dos atuais Borges Fortes, família tradicional no exército e na medicina, o dr. Manuel Pereira da Silva Ubatuba, médico dos mais destacados e adiantados e, entre muitos outros, o dr. José de Sousa e Silva, residente no Rio Pardo, e talvez o maior cirurgião daqueles tempos em todo o Brasil. Moço, ainda, no período da revolução farroupilha, foi aprisionado pelos revolucionários, em 1836. Solto em seguida, encontrámo-lo curando feridos até o final do movimento armado. O dr. José de Sousa e Silva foi um grande médico e grande benfeitor do povo riopardense. Seu sepultamento, diz a tradição, foi verdadeira consagração e a população de Rio Pardo, em sinal de gratidão, levantou-lhe um mausoléu grandioso no cemitério da cidade. Foi o dr. José de Sousa e Silva quem realizou a primeira operação de cabeça no Rio Grande do Sul e talvez no Brasil.

* * * *

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DA SOCIEDADE (1854 - 1954)

- 1854 — Antonio Maria do Amaral Ribeiro — Consul Honorário de Portugal, — fundador e presidente da sessão inaugural em que foi eleita a primeira Diretoria para a qual também foi eleito.
- 1855 — Faustino Ferreira d'Oliveira Guimarães.
- 1856 — Francisco José Belo.
- 1857 — Clemente José Pinto.
- 1858 — Dionísio José Lopes.
- 1859 — Manuel Pinto da Costa Guimarães.
- 1860 — Joaquim José de Macedo de Freitas da Silveira.
- 1861 a 1863 — Jerônimo José da Silva Guimarães — eleito e reelito.
- 1864 — Antonio da Silva Santos Paranhos.
- 1865 — Antonio Francisco P. dos Santos.
- 1866 — Antonio Felix de Bittencourt.
- 1867 a 1871 — Comendador Antonio Francisco Pereira dos Santos, — eleito e reeleito. Retirando-se para o Rio de Janeiro em 30-3-1871, foi substituído pelo Vice-presidente, Comendador João Batista Ferreira de Azevedo. A 24 de Abril, por seguir para a Europa, passou êste a presidência ao 1.º Secretário Manuel Rodrigues Viana.
- 1872 — Comendador Antonio José Gonçalves Bastos.
- 1873 — Antonio Márques Alfama.
- 1874 — Antonio Francisco Pereira dos Santos, comendador.
- 1875 — José de Almeida Lopes.
- 1876 — Francisco José da Rocha Faria.
- 1877 — José Gonçalves Viana, até Abril, quando entregou a presidência ao Vice-presidente Manuel de Sousa Ferrás, mais tarde Comendador.
- 1878 a 1881 — Manuel José de Azevedo.
- 1882 a 1884 — Comendador Manuel de Sousa Ferrás.
- 1885 a 1887 — Manuel Baltazar de Almeida e Silva.
- 1888 — José Luis Pereira.
- 1889 a 1890 — Antonio dos Santos Rocha.
- 1891 — Francisco Luis de Melo.
- 1892 a 1894 — Comendador Manuel de Sousa Ferrás.
- 1895 a 1896 — José Francisco da Silva Nunes, mais tarde Barão da Silva Nunes.
- 1897 — Francisco Luis de Melo.
- 1898 — João Aydos.
- 1899 a 1900 — Manuel de Campos Assunção.
- 1901 — Porfírio Jobim.
- 1902 — Manuel Fernandes Granja.
- 1903 a 1904 — José Francisco da Silva Nunes, mais tarde Barão da Silva Nunes e Presidente Honorário, o primeiro, da Sociedade. O cinquentenário da Beneficência Portuguesa foi por êle comemorado, deixando-o memorado em excelente Resumo Histórico.
- 1905 a 1906 — João Aydos.

- 1907 a 1910 — Comendador Antonio Francisco de Castro.
 1911 — Comendador Militão Borges de Almeida.
 1912 a 1913 — Joaquim Rodrigues de Almeida.
 1914 a 1916 — João Aydos.
 1917 a 1922 — José Pereira Rojão.
 1923 — José Pereira de Matos. Tendo seguido para Portugal, passou a presidência ao Vice-presidente Antonio Rodrigues da Silva que, tendo enfermado, a passou ao 1.º Secretário Marcelino Lopes Dias.
 1924 a 1929 — Comendador Antonio Francisco de Castro. Falecendo a 13 de Março de 1929, assumiu a presidência o Vice-presidente José Fernandes de Araujo Viana.
 1930 a Julho de 1939 — José Pereira de Matos.
 — As Diretorias, a partir de 1939, passam a dirigir a Sociedade de Julho a Julho de cada ano.
 1939 a 1943 — Luis de Carvalho Bastos que, por enfêrmo, foi substituido interinamente, em 1941, pelo Vogal José de Araujo Fernandes da Costa, por estar ausente o Vice-presidente. Pouco depois assumiu a presidência o major Adroaldo Franco.
 1943 a 1949 — Amadeu Abrantes.
 1949 — Presidiu, de Maio a Julho, o Presidente Honorário Dr. Odone Marsiaj.
 1949 a 1954 — Dr. Heitor Pires, empossado pela primeira vez a 31 de Julho de 1949.

* * * *

em diante foi-se mantendo num aumento médio de Cr\$. 80.000,00 por ano, até

1924 — em que atingiu a quantia de Cr\$ 1.289.979,00. Já no ano seguinte, de

1925 — passou a ser de Cr\$ 1.490.155,41. — Entre esse ano e o de

1929 — o aumento do patrimônio foi além de um milhão, tendo sido calculado em Cr\$ 2.784.523,85. — O aumento progressivo do valor imobiliário em Porto Alegre, a partir de 1930, começou a se fazer sentir. Mas até 1943 não atingira, ainda, as proporções astronômicas da valorização forçada que se verificou a partir de 1944. A Sociedade Portuguesa de Beneficência, entretanto, nunca fez constar essa valorização em seu patrimônio que continua sendo calculado, de modo geral, pelo valor real, conforme, aliás, o demonstramos no capítulo X.

1932 — Cr\$ 3.036.308,81	1935/36 — Cr\$ 4.090.528,78
1942/43 — Cr\$ 6.424.213,60	1946/47 — Cr\$ 8.557.144,20
1948/49 — Cr\$ 14.464.184,30	1949/50 — Cr\$ 18.622.693,90
1950/51 — Cr\$ 22.834.486,90	1951/52 — Cr\$ 27.185.703,10
1952/53 — Cr\$ 32.935.694,10	1954 (31-1) Cr\$ 44.435.948,30

O que se apresenta em 31 de Janeiro de 1954 é o resultado do Balancete conforme Apêndice n.º 4.

ADMONISTRATIE DE BENEFICIUMI
 1201 RUE COMMERCIAL, BOX 18 RUE QUERVENNE, QUARTIER DE LA VILLE

ATIVO E PASSIVO DA SOCIEDADE EM 31 DE JANEIRO DE 1954

N.º 4

ATIVO		PASSIVO	
<p> Caixa e Bancos Recebíveis Estoques Imobilizado Outros Ativos Total </p>	<p> Capital Social Reservas Dívidas Outros Passivos Total </p>	<p> Caixa e Bancos Recebíveis Estoques Imobilizado Outros Ativos Total </p>	<p> Capital Social Reservas Dívidas Outros Passivos Total </p>

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
BALANÇETE GERAL DO RAZÃO PROCEDIDO EM 31 DE JANEIRO DE 1954

— A T I V O —

DISPONIVEL

Tesouraria	131.816,80
Banco Nacional do Comércio	100.000,00
Banco Ultramarino	100.970,50
Banco Industrial e Comercial	546,90
Banco do Rio Grande do Sul	277,80
Banco Agrícola Mercantil	1.005.765,60
Banco da Província	37,30
Banco Porto Alegreense	763,70
Banco Industrial	13.108,00
	1.353.286,60

REALIZAVEL

Letras a Receber	100,00
Aluguéis a Receber	5.488,00
Doentes Particulares	1.582.237,50
Devedores Diversos	65.650,10
Juros a Receber	4.342,50
	1.657.818,10

CIRCULANTE

Almoxarifado	236.317,20
Farmácia	3.971.571,10
Films em Depósito	249.931,60
Ciclo Propano	52.928,50
	4.510.748,40

FIXO

Alfaia Móveis e Utensílios	1.971.235,60
Utensílios Capela	23.226,30
Cemitério	10.086,80
Cosinha Nova	631.298,40
Gabinete Radiologia	1.025.927,90
Gabinete Diatermia	81.480,80
Hospital	8.879.025,90

Imóveis	3.521.689,00
Lavanderia	387.864,30
Material Cirúrgico	1.383.656,70
Nova Maternidade	950.081,80
Rouparia	512.858,30
Obras, Sala e Capela	2.696.130,90
Retiro da Velhice	2.569.031,40
Utensílios da cosinha	104.900,30
Veículos	221.614,10
Ar Condicionado	480.000,00
	<hr/>
	25.450.108,50

Apólices do Estado R. G. S.	63.384,20
Apólices Municipais	33.500,00
Apólices Federais	2.200,00
Diversos Títulos	10.585,00
Depósito em Caução	104.000,00
Cia. Fiação e Tecidos	8.000,00
	<hr/>
	221.669,20

TRANSITÓRIO	1.746.437,90
Cosinha — Gêneros	172.303,70
Cosinha — Gastos	31.181,60
Rouparia	145.946,00
Lavanderia	282.954,20
Gabinete Radiologia	9.826,50
Gabinete Diatermia	114.208,10
Sala de Operações	33.100,00
Farmácia	1.730.583,90
Gastos c/Sócios	2.685.399,60
Gastos Diretos	
	<hr/>
	6.951.941,50

COMPENSAÇÃO	490.376,00
Prestamistas	3.000.000,00
Bens Hipotecários	800.000,00
Empréstimos em C/C	
	<hr/>
	4.290.376,00
	<hr/>
	44.435.948,30

SOMA DO ATIVO:

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

BALANCETE GERAL DO RAZÃO PROCEDIDO EM 31 DE JANEIRO DE 1954

— P A S S I V O —

NÃO EXIGIVEL

Patrimônio Social	25.015.769,30
Reserva p/cta. Duvidosa	25.956,30

EXIGIVEL

Banco da Provincia S. A.	3.000,00
Banco Industrial e Comercial	150.071,00
Associação dos Empregados do Comércio	1.000.000,00
Contas a Pagar	314.534,40
Credores Diversos	34.795,30
Instituto de Previdência	54.451,50
Fornecedores	8.600,00
Sociedade Portuguesa de Beneficência — Livramento	16.000,00
	1.581.452,20

TRANSITORIO

Cosinha — Custo diárias a Sócios	473.515,30
Despesas Distribuidas a Sócios	710.262,00
Renda Patrimonial	81.671,00
Renda Estatutária	1.341.295,00
Renda Hospitalar	6.656.968,00
Renda de Farmácia	4.048.188,80
Rendas Diversas	210.494,40
	13.522.394,50

COMPENSAÇÃO

Sócios Rem. a Prestação	490.376,00
Hipotécas	3.000.000,00
Banco da Provincia	600.000,00
Banco Industrial e Comercial	200.000,00
	4.290.376,00

SOMA DO PASSIVO:

44.435.948,30

SÓCIOS BENFEITORES E BENEMÉRITOS NO ANO DO CENTENÁRIO

Beneméritos:	Dr. João Rache Vitelo
	João de Lima Coelho
Dr. Antonio Saint Pastous de Freitas	João de Oliveira Castro
Dr. Heitor Pires	João Dias Abrantes
Dr. João Augusto Caileya	Dr. Jorge Crisóstomo da Costa
Dr. João Guilherme Valentim	José Maria dos Santos Cordeiro
Dr. Manuel José Pereira Filho	José Luis Gomes
Dr. Odone Eugénio Frederico Marsiaj.	Dr. Júlio Ethur Bocaccio
	Irmã Cleófana, da Divina Providência
Benfeitores:	Irmã Esmeralda, da Divina Providência
D. Antonio Reis, Bispo de S. Maria	Irmã Leonor Goedert, da Divina Providência
Antonio Cardoso Saraiva	Dr. Luis Pacheco Prates
Aventino Pinto Vilarinho	Luis de Figueiredo Moreira
Abel Tavares dos Santos	Manuel Carvalho da Mota
Major Adroaldo Franco	Manuel Ferreira Moreira
Aparício Rosa da Mota	Dr. Mário Fernandes
Arquimedes Fortini	Dr. Nilo Marsiaj Noll
Dr. Bruno Atilio Marsiaj	Dr. Nino Marsiaj
Dr. Carlos Alves Pacheco	Dr. Oscar Teles Ferreira
Casemiro Teixeira da Silva	Oswaldo Santos Castro
Dr. Celeste Gobatto	Dr. Pedro Azevedo Pereira
Concetta Canzoniero	Paulo de Sousa Ribeiro
Conrado Riegel Ferrari	Dr. Ricardo Augusto Weber
Dr. Enio Marsiaj	Silvério de Vasconcelos Pinto
Dr. Edgar Freitas Eifler	Dr. Vitor Hugo Ludwig
Francisco José Matoso	Dr. Zeferino Bittencourt
Francisco Provenzano	

● O JUBILEU DA BENEFICÊNCIA PORTUGUESA

Por ocasião do cincoentenário da Sociedade, foi distribuída, em folha volante, a poesia a seguir, de autoria do sr.

NICOLAU VICENTE PEREIRA,

poeta comerciante, de profissão serigueiro, cuja casa comercial, naquele longínquo ano de 1904, ficava na rua dos Andradas, justamente no local em que hoje se abre a Galeria Chaves.

Nasceu amando e amada a virgem portuguesa
a doce irmã do amor, alegre como o dia!
E nasceu a sorrir em meio da pobreza
como nasceu Jesús, o filho de Maria!

Não teve do Oriente os Magos coroados
que a viessem saudar no dia de Natal,
mas teve corações em peitos extremados
que lhe vieram dar o abraço fraternal.

Nasceu e caminhou na senda caridosa
guiada pelas mãos de ilustres benfeitores,
aos filhos da desgraça, alegre e dadivosa,
traz a consolação suavizando as dores.

Se corre pela face o amargurado pranto
do enfêrmo que ergue a vista ao sempiterno Deus,
aqui na doce paz do asilo sacrossanto
a mão da virgem santa enxuga os olhos seus.

Dez lustros que percorre o vasto itinerário
no afã de bem fazer, iluminando a cruz
do Mártir que deixou no cimo do Calvário
exemplos perenais em turbilhões de luz.

Ela nasceu e vive em prol da humanidade
irradiante de luz, alegre como o dia!
E ungida pela fé no amor da caridade
sorri como Jesús, o filho de Maria.

Ei-la, a filha do céu, a virgem dos amores
sempre, sempre espalhando os dons que Deus lhe deu...
Vinde todos, ó Lusos, atirar-lhe flores,
vinde prestes saudar seu doce jubileu.

Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 1904.

* *

Segundo notícia no "Correio do Povo", da época, esta poesia foi recitada na sessão solene do cincoentenário pela senhorita Elisa Nunes, filha do sr. José Francisco da Silva Nunes, presidente da Sociedade. Concluindo a referida notícia, diz ainda o "Correio do Povo": — Tal entonação de sentimento e de verdade foram dados a estes versos (...) que o público identificando-se com a galante mocinha fez-lhe ruidosa manifestação de aplausos.

BIBLIOGRAFIA GERAL.

Para a confecção da presente obra foram consultadas e aproveitadas principalmente as seguintes obras e fontes:

- 1 — ALMANAQUE DA VILA DE PORTO ALEGRE, de Manuel Antonio de Magalhães, escrito em 1808 — publicado na Rev. do Inst. Hist. Brasileiro e, depois, em volume com notas de Augusto Porto Alegre, em 1908, e com notas de Walter Spalding no "Boletim Municipal", em 1940.
- 2 — ANAIS DA PROVINCIA DE SÃO PEDRO, do Visc. de São Leopoldo — 1.^a ed. em 2 vols. — 1819 - 1822; — 3.^a edição em um vol. 1940.
- 3 — BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE — N.º 8, de 1951.
- 4 — BOLETIM MUNICIPAL, de Porto Alegre, ns. 1 a 30 — 1939 a 1947.
- 5 — ESBOÇO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, de Walter Spalding, 1940.
- 6 — FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE, de Augusto Porto Alegre, 1906.
- 7 — GÊNESE DO BRASIL-SUL, de Walter Spalding, 1953.
- 8 — MEMÓRIAS ECÔNOMO-POLÍTICAS, de Antonio José Gonçalves Chaves, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul, 1922.
- 9 — NOTÍCIA DESCRITIVA DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL, de Nicolau Dreys, 1839.
- 10 — PORTO ALEGRE, Monografia — Editora Habitat, São Paulo. — Compilação de Walter Spalding, 1953.
- 11 — PRIMEIRA (A) PARÓQUIA DE PORTO ALEGRE, de Mons. Dr. João Maria Belém, 1941.
- 12 — REFLETS — revista da Associação de Cultura Franco-Brasileira — Alliance Française — em Porto Alegre — a Conferência de Walter Spalding — "Os Franceses no Rio Grande do Sul", Ns. 2 e 3.
- 13 — RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.
- 14 — RESUMO HISTÓRICO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA, de José Francisco da Silva Nunes, 1904 (folheto).
- 15 — VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL — 1820/1821, de Augusto de Saint-Hilaire — (Trad. de Leonam de Azeredo Pena), — 1939.
- 16 — VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL — 1833/1834, de Arsène Isabelle — (Trad. e notas de Dante de Laytano), 1946.

* *

ARQUIVOS:

- Da Sociedade Portuguesa de Beneficência.
- Da Dir. do Arquivo e Biblioteca de Prefeitura Municipal.

JORNAIS:

- O MERCANTIL — 1853/54.
- CORREIO DO SUL — 1853/54.
- SENTINELA DO SUL — 1867/68.
- A REFORMA — 1868.
- JORNAL DO COMÉRCIO, de Porto Alegre - 1867, 1868 e 1869.

* * * *

ALGUMAS OBRAS DE WALTER SPALDING

- FARRAPPOS! — 2 volumes. — 1931 e 1935 (esgotados).
A' LUZ DA HISTÓRIA — 1934 (esgotado).
POESIA DO POVO — 1934 (esgotado).
A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — 1939 (esgotado).
A INVASÃO PARAGUAIA NO BRASIL — 1940 (esgotado).
ESBOÇO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE — 1940 (esgotado).
O CRUZEIRO DO SUL — contos infantis — 1937 — Comp. Melhoramentos de São Paulo.
GÊNESE DO BRASIL SUL — 1953 — Livraria Sulina.
A GRANDE MESTRA — Vida e Obra de D. Ana Aurora do Amaral Lisboa — 1953 — Livraria Sulina.